



RELATÓRIO ANUAL **2016**

SUMÁRIO

Apresentação	04	Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)	36
Mensagem da Diretoria	05	Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)	38
Destaques	06	Regulamento Geral (Grupo C)	40
Cenário	08	PrevMais	43
Capítulo 1 - O Economus		Empréstimos	46
Principais Números	10	Capítulo 4 - Gestão de Assistência à Saúde	
Missão, Visão e Valores	10	Planos e Beneficiários	48
Planos	11	Perfil da Rede Credenciada	50
Governança	12	Destaques da Gestão da Saúde em 2016	51
Representação e Certificações	14	Resultado Geral dos Planos de Saúde	53
Gestão de Pessoas	15	Capítulo 5 - Gestão de Investimentos	
Capítulo 2 - Gestão Estratégica		Cenário Econômico	55
Relacionamento com os Públicos	19	Resultado dos Investimentos	56
Educação Previdenciária	22	Distribuição do Patrimônio e Retorno dos Investimentos por Planos e Programas	60
Planejamento Estratégico	23	Montante dos Investimentos com Gestão Própria e Terceirizada	68
Ética e Combate à Corrupção	25	Enquadramento dos Investimentos	76
Gestão de Riscos	25	Custos com a Administração dos Recursos	79
Gestão Administrativa	28	Políticas de Investimentos - 2017 a 2021	84
Capítulo 3 - Gestão Previdenciária			
Planos e Participantes	32		
Hipóteses Atuariais	32		

Capítulo 6 - Gestão Contábil

Balanço Patrimonial Consolidado	90
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada)	91
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Planos de Benefícios	92
Demonstração do Ativo Líquido por Planos de Benefícios	96
Demonstração das Provisões Técnicas por Planos de Benefícios	101
Notas Explicativas	105
Informa�es Suplementares – Gestão Assistencial	156

Capítulo 7 - Pareceres

Avalia�o Atuarial de 2016 por Planos de Benefícios	183
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstra�es Contábeis	213
Parecer do Conselho Fiscal	216
Manifesta�o do Conselho Deliberativo	217





APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações 2016 do Economus tem como objetivo apresentar, de modo simples e transparente, as ações realizadas e os resultados obtidos durante o exercício fiscal nos vários planos previdenciais e assistenciais administrados pelo Instituto.

A apresentação dos demonstrativos contábeis reforça o compromisso do Economus com as boas práticas de governança. Entendemos que compartilhar as ações realizadas e demonstrar o esforço empreendido para enfrentar os desafios do cenário econômico em que estamos inseridos, fortalece os laços de confiança do Instituto com seus públicos de relacionamento.

Esse documento oferece ao leitor uma visão do trabalho realizado na Entidade para atingir os objetivos explicitados na sua missão, mantendo toda estrutura focada para tornar realidade a visão de futuro declarada em seus documentos e alinhada com os valores com os quais assume compromisso público.

Os temas abordados neste relatório são importantes para dar conhecimento das ações que direcionaram os trabalhos realizados em 2016 para fazer uma gestão eficiente, fundamental para manter a solidez dos planos, sem abrir mão de proporcionar serviços cada vez mais qualificados e mais próximos dos participantes e beneficiários.

O relatório foi elaborado para proporcionar o acesso às informações de forma dinâmica. Para isso, foram disponibilizados recursos visuais em modo digital para deixar a leitura mais interessante e objetiva. Caso o leitor prefira, também é possível acessar, no portal do Economus, este relatório na versão em pdf e imprimir seu conteúdo completo.

Boa leitura.

MENSAGEM DA DIRETORIA

A caminho de completar quatro décadas de existência, o Economus apresenta um patrimônio de R\$ 5,9 bilhões, com mais de 24 mil participantes nos planos de previdência e mais de 45 mil beneficiários nos planos de saúde. Ciente da importância que o Economus tem na vida de milhares de pessoas, a Diretoria realizou uma gestão ativa em 2016, encaminhando decisões importantes e buscando soluções para todas as questões que foram necessárias enfrentar.

O ano foi de desafios para todo o mercado de previdência complementar. O setor precisou se ajustar para tentar recuperar as perdas de anos anteriores. No Economus, não foi diferente. Aproveitamos boas oportunidades de mercado para aquisição de títulos públicos e privados, alcançando êxito também no investimento em renda variável que obteve valorização de 27,65% no ano. Com isso, a rentabilidade consolidada dos investimentos ultrapassou a meta atuarial estimada para o período, o que demonstra a consistência do portfólio de ativos.

No caso específico do Regulamento Geral, apesar do bom desempenho dos investimentos, o plano apresentou resultado deficitário no ano de 2016, em decorrência de fatores atuariais, contingências judiciais, resultados a realizar, entre outros, conforme informações detalhadas no capítulo Gestão Previdenciária. No entanto, a economia é feita de ciclos e é preciso ter um olhar para o futuro, uma vez que previdência é um investimento de longo prazo. Outras crises já foram enfrentadas e sempre foram adotadas medidas para retomar o equilíbrio.

Desta forma, a gestão do Economus atuou de maneira consistente, com a tomada de decisões importantes como a elaboração do Plano de Equacionamento de Déficit, aprovado em 2016 para implementação em 2017. Foram iniciadas ainda em 2016 as discussões para alterar a forma de custeio dos benefícios de risco do Plano Regulamento Geral para garantir a cobertura a

todos os participantes. Para antecipar e amenizar o impacto financeiro desta alteração foi encaminhada também a criação de um Fundo Previdencial.

Racionalizar despesas administrativas e otimizar recursos financeiros sempre é importante, mas em tempos de ambiente econômico restritivo, estas medidas se tornam fundamentais. Nesse sentido, foi implantada uma série de ações para buscar mais eficiência, que envolveu a reestruturação organizacional, a renegociação de contratos, assim como a revisão e automatização de processos. Estas ações resultaram em uma economia de 17,8% em comparação com o valor orçado para o ano.

Houve também o aprimoramento dos processos de comunicação e de relacionamento com os públicos de interesse do Economus. Durante o ano, a Diretoria realizou uma gestão mais próxima dos participantes, apresentando de forma direta e transparente os principais assuntos sobre os planos de previdência e saúde, com a realização de encontros em diversas cidades no estado de São Paulo. Além disso, o Portal do Economus foi reformulado, disponibilizando novas funcionalidades e novo layout, com informações personalizadas de acordo com o perfil do participante, para a utilização dos serviços de forma mais rápida.



Para atender a demanda dos participantes, a linha de empréstimo do Economus foi reformulada, ofertando taxas de juros menores e prazo maior para pagamento. O sistema para simular e contratar empréstimos também foi atualizado e se tornou mais ágil, facilitando o acesso dos participantes a uma linha de crédito mais vantajosa em relação ao mercado.

O objetivo do Instituto é proporcionar aos participantes, beneficiários e seus familiares uma assistência à saúde de qualidade e um futuro seguro com os planos de previdência. As ações realizadas durante o ano para atingir estes objetivos poderão ser conferidas nas páginas deste relatório, que é muito mais do que uma obrigação legal, é um relato dos principais acontecimentos do ano para todos que fazem parte do Economus.

DESTAQUES

Conheça as principais realizações do Economus em 2016.

ENCONTROS COM PARTICIPANTES

Em busca de uma maior aproximação com os participantes e beneficiários, o Economus realizou eventos regionais em diversas cidades do Estado de São Paulo, com a participação de cerca de mil pessoas para esclarecer as principais dúvidas sobre os planos de previdência e saúde.

NOVO AUTOATENDIMENTO

Para atender as principais demandas dos participantes e beneficiários, o autoatendimento no site do Economus foi todo reformulado, disponibilizando novos serviços como: demonstrativo de pagamento de benefícios; 2ª via de boletos; acesso aos dados cadastrais do plano de saúde; entre outros.

ATENDIMENTO PRESENCIAL

Foi inaugurado em junho, um novo espaço físico para o atendimento presencial, mais amplo e agradável. Também foi lançado o serviço de agendamento para atendimentos personalizados, permitindo a realização de consultorias individualizadas sobre previdência e saúde.

CAMPANHA DE ADESÃO AO PREVMAIS

Foram realizadas ações para incentivar a adesão de funcionários não participantes do plano PrevMais. O objetivo foi esclarecer sobre a necessidade de se planejar para o futuro e as vantagens que o plano oferece. Como resultado, foram efetivadas 344 adesões em 2016, 59% a mais do que em 2015. **Saiba mais no Capítulo Gestão Previdenciária.**

EMPRÉSTIMO

Em novembro de 2016, foi lançado o novo modelo de empréstimo, tornando o produto mais atrativo, com taxa de juros reduzida, parcelamento em até 96 vezes e adesão simplificada para os participantes ativos e assistidos do PrevMais, Grupo C e Grupo B. **Saiba mais no Capítulo Gestão Previdenciária.**

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Durante o ano de 2016, o Economus realizou uma série de ações para tornar seus processos mais eficazes e menos onerosos, envolvendo também uma reestruturação organizacional que resultou na redução de R\$1,3 milhão nas despesas com pessoal no ano. Essas ações tiveram um resultado de 17,8% abaixo do orçado no volume total das despesas administrativas realizadas no ano. **Saiba mais no Capítulo Gestão Estratégica - Gestão Administrativa.**

ÉTICA E COMBATE À CORRUPÇÃO

Os Códigos de Ética e Conduta foram revisados em 2016, de acordo com as melhores práticas de mercado e refletem os valores, princípios e padrão de comportamento assumido pela Entidade, seus empregados e demais colaboradores. O Economus também desenvolveu o Regulamento de Ocorrências e Sanções e criou o Canal de Denúncia, que está disponível no site do Instituto.

INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA

Durante o ano o Instituto intensificou os investimentos em tecnologia, implantando novos sistemas de autoatendimento e de empréstimos. Também foram iniciados projetos de unificação dos sistemas de previdência, consolidação dos sistemas de saúde e atualização da central telefônica. No Portal do Economus foram desenvolvidos os canais exclusivos para Ouvidoria, Agendamento de Atendimento Presencial e hotsite para Apresentação dos Resultados do Instituto.

CENÁRIO

O ano de 2016 foi marcado por eventos políticos importantes, tanto no âmbito interno, quanto no externo, os quais afetaram a conjuntura econômica. Na Europa, ocorreu o Brexit, a saída do Reino Unido do bloco da União Europeia e, nos Estados Unidos, a eleição de Donald Trump, ambos eventos inesperados pela maioria dos analistas políticos e que trouxeram volatilidade para o mercado de capitais mundial.

No Brasil, após o processo de impeachment, a nova equipe do Governo impôs uma pauta de reformas e ajustes fiscais visando a retomada do crescimento econômico. A crise econômica no Brasil teve continuidade em 2016 e o país apresentou PIB em patamar negativo e redução da inflação nos últimos meses do ano, com início do ciclo de queda dos juros. Ainda no plano doméstico, o cenário político continuou instável frente às perspectivas de reformas econômicas, com nível de confiança de consumidores e empresários em patamares mínimos históricos.

Apesar da turbulência observada, destacou-se a elevada liquidez na economia mundial, uma das consequências da postergação do aumento de taxas de juros nos Estados Unidos, beneficiando os ativos de maior

risco. Para a bolsa de valores no Brasil, esse movimento foi benéfico, posto que apresentou forte valorização dos ativos e dos principais índices.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO ECONOMUS

A despeito das oscilações de preço dos ativos, a conjuntura apresentada foi favorável para os investimentos do Economus, com bom desempenho das aplicações em renda variável e aproveitamento de janelas de oportunidade para aquisição de ativos de renda fixa de baixo risco de crédito, com rentabilidade acima da meta atuarial. **Saiba mais no Capítulo *Gestão de Investimentos*.**



CAPÍTULO **1**

O Economus

O ECONOMUS

Fundado em 1977 pelo Banco Nossa Caixa, o Economus - Instituto de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos. Em 2009, o Banco Nossa Caixa foi incorporado pelo Banco do Brasil S/A, que em decorrência passou a ser o patrocinador dos planos de benefícios do Economus.

O Instituto administra planos de previdência para os funcionários e aposentados do Banco do Brasil, oriundos do Banco Nossa Caixa e empregados do Economus, proporcionando uma renda complementar na aposentadoria. Além disso, oferece assistência médica aos participantes e seus familiares.

O Economus é o 22º maior fundo de pensão do Brasil, com volume de R\$ 5,6 bilhões em termos de investimento, de acordo com o ranking da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

Emprega 199 pessoas para administrar os benefícios de mais de 24 mil participantes e a assistência médica de mais de 45 mil pessoas entre participantes, aposentados, pensionistas e seus familiares, observando as melhores práticas de gestão para alcançar a eficiência operacional em seus processos.

Os participantes também possuem uma linha de crédito, disponibilizada de acordo com a reserva constituída, e acesso ao Clube de Benefícios, com vantagens e promoções exclusivas.



MISSÃO

Oferecer soluções em previdência e assistência à saúde que atendam, com eficiência e segurança, às expectativas dos participantes e patrocinadores.



VISÃO

Proporcionar tranquilidade e segurança, agora e no futuro, despertando orgulho de pertencer ao Economus.



VALORES

Ética
Lealdade
Transparência
Equidade
Sustentabilidade
Excelência

PRINCIPAIS NÚMEROS DO ECONOMUS

Patrimônio Social Consolidado de **R\$ 5,9 bilhões**

24.807 participantes dos planos de previdência

R\$ 471,74 milhões de benefícios pagos no ano

R\$ 82,95 milhões em empréstimos concedidos

45.831 beneficiários dos planos de saúde

715 mil guias médicas analisadas

4.047 credenciados diretos

174.229 atendimentos realizados

1.407.526 acessos no site do Economus

199 empregados

22ª posição no ranking da Abrapp

PLANOS

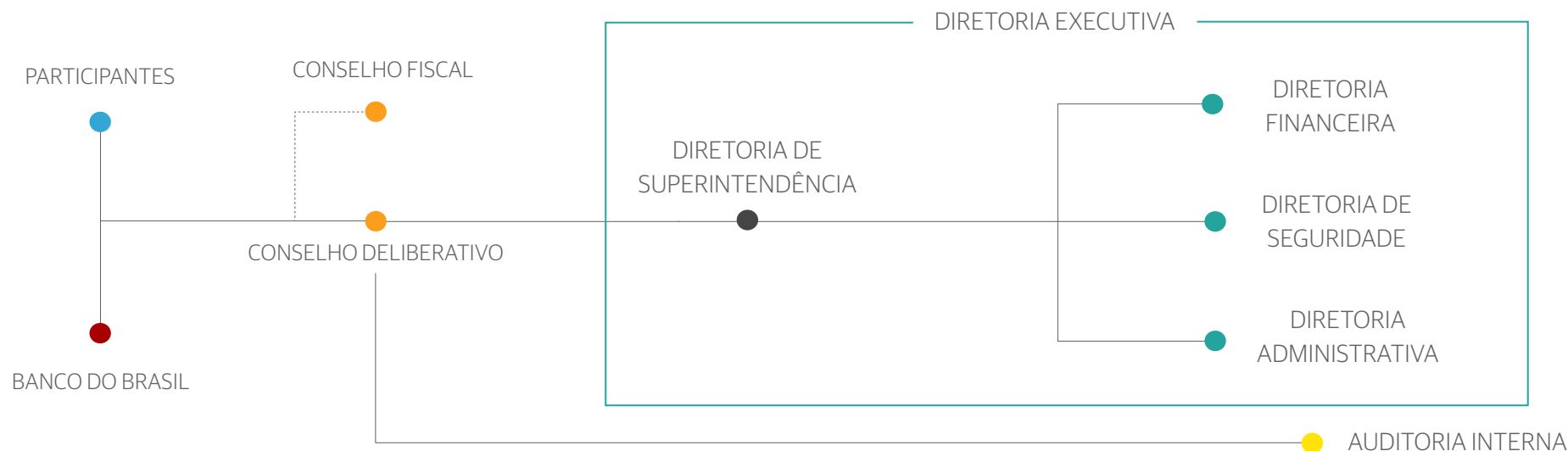
O Economus administra quatro planos de benefícios, que asseguram complementos à previdência oficial para os participantes e seus dependentes, e nove planos de assistência à saúde para os participantes ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes. Conheça mais sobre suas características:

Planos de Benefícios	Público	Situação
Regulamento Geral	Empregados contratados pelo regime CLT, a partir de 13 de maio de 1974 no Banco Nossa Caixa S.A.	Fechado para novas adesões.
Regulamento Complementar Nº 1	Empregados admitidos pelo regime de CLT, até 13 de maio de 1974 pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo (CESP).	Fechado para novas adesões.
Regulamento Complementar Nº 2	Empregados admitidos pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo (CESP), pelo regime estatutário e que optaram pela CLT.	Fechado para novas adesões.
PrevMais	Empregados contratados pelo Banco Nossa Caixa.	Aberto para funcionários ativos no Banco do Brasil e para os empregados do Economus.

Planos de Benefícios	Público
FEAS Básico	Assistidos
FEAS PAMC	
Novo FEAS	
Ecosaúde	Empregados Economus
Básico	Funcionários da ativa do BB egressos do BNC e seus dependentes
PAMC	
PLUS II	
PLUS	
Economus Família	Familiares dos titulares

GOVERNANÇA

A estrutura de governança do Economus é composta por Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, que são responsáveis pelas decisões de gestão e a fiscalização das atividades.



Entenda a atribuição de cada membro da Governança

ÓRGÃO	ATRIBUIÇÕES	COMPOSIÇÃO
Conselho Deliberativo	Órgão de decisão máxima. Delibera sobre as diretrizes administrativas, de seus planos e investimentos.	Seis membros titulares e seis membros suplentes. São nomeados paritariamente entre indicados do BB e eleitos pelos participantes.
Conselho Fiscal	Órgão de controle interno, responsável por fiscalizar as ações praticadas pela entidade, além de zelar pela gestão econômico-financeira e o cumprimento das regras de governança.	Quatro membros titulares e quatro membros suplentes. São nomeados paritariamente entre indicados do BB e eleitos pelos participantes.
Diretoria Executiva	Órgão de administração geral, responsável pela gestão administrativa, financeira e patrimonial da entidade, além de executar todos os atos necessários, de acordo com as disposições da Lei, do Estatuto e das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.	Quatro diretores: Superintendente, Financeiro, Administrativo e de Seguridade.

Em 2016, foram realizadas Eleições para os Conselhos Deliberativo e Fiscal e os candidatos eleitos tomaram posse em 1º de junho. Conheça a seguir a configuração dos Conselhos em 31 de dezembro de 2016:

CONSELHO DELIBERATIVO				
Nome	Representação		Cargo	Mandato (até)
Fabio Cristiano Danin Euzébio (*)	Patrocinador		Titular	mai/20
José Carlos de Oliveira	Participantes		Titular	mai/20
Max Freddy Frauendorf	Participantes		Titular	mai/20
Sonia Aparecida Aoki Zaia	Participantes		Titular	mai/18
Vitor Paulo Camargo Gonçalves	Patrocinador		Titular	mai/18
Priscila Requejo Simões de Araújo	Patrocinador		Suplente	mai/18
Carlos Henrique dos Santos	Patrocinador		Suplente	mai/20
Fernando Sabbi Melgarejo	Patrocinador		Suplente	mai/18
Francisco Vianna de Oliveira Junior	Participantes		Suplente	mai/20
Levi Gomes de Oliveira	Participantes		Suplente	mai/20

(*) Presidente do Conselho Deliberativo

CONSELHO FISCAL				
Nome	Representação		Cargo	Mandato (até)
César Augusto Jacinto Teixeira	Patrocinador		Titular	mai/18
Daniel André Stieler	Patrocinador		Titular	mai/20
Paulo Leite Julião	Participantes		Titular	mai/20
Pedro Amauri Rinaldi (*)	Participantes		Titular	mai/18
Augusto César Machado	Patrocinador		Suplente	mai/18
Jair Aquiles Bauto	Participantes		Suplente	mai/20
João Carlos de Faria	Participantes		Suplente	mai/18
Marcia Regina de Sousa	Patrocinador		Suplente	mai/20

(*) Presidente do Conselho Fiscal.

Mudanças na Diretoria

A Diretoria Executiva recebeu dois novos membros em 2016. Em fevereiro, Adilson Nascimento Ferreira, que era gerente executivo na Diretoria de Distribuição do Banco do Brasil, foi nomeado Diretor Administrativo do Economus. Em novembro, Marcelo Gonçalves Farinha, que atuava como gerente executivo da Diretoria de Finanças do Banco, tomou posse em substituição a João Vagnes de Moura Silva.

A Diretoria encerrou o ano com a seguinte composição:

NOME	CARGO
Lucia Helena Cruz Moya Cuevas	Diretora Superintendente
Adilson Nascimento Ferreira	Diretor Administrativo
Mauricio Messias	Diretor de Seguridade
Marcelo Gonçalves Farinha	Diretor Financeiro

Comitês

Para auxiliar os Conselhos e a Diretoria Executiva do Economus no desempenho de suas funções e responsabilidades, a entidade conta ainda com os seguintes comitês:

- **Comitê de Investimentos** – tem como objetivo avaliar e deliberar sobre as propostas de investimentos e alocações dos recursos realizadas pela Gerência de Investimentos, bem como definir as estratégias de macro alocação dos investimentos, observando as premissas atuariais dos planos de benefícios administrados pelo Instituto.
- **Comitê Executivo** - tem a finalidade de apresentar soluções e ações integradas e estratégicas entre as diversas áreas, assim como zelar pelo alcance dos objetivos institucionais.

- **Comitê de Ética** - o objetivo é orientar e aconselhar sobre a ética profissional de seus empregados e dirigentes, no relacionamento com participantes, assim como com os agentes públicos e privados ou com pessoas que demandarem qualquer tipo de relacionamento jurídico, formal ou informal com a Entidade.
- **Comitê Gestor de Gênero e Raça** – tem o objetivo de gerir ações que buscam igualdade nas relações de trabalho e interpessoais de seus empregados, além da quebra de barreiras relacionadas ao preconceito, a fim de obter o selo de certificação do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Governo Federal.

Representações e certificações

O Economus participa ativamente de entidades representativas de Previdência Complementar e Saúde para buscar as melhores práticas de mercado.

Foi reeleito para o conselho deliberativo da Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, além de possuir representantes nas seguintes Comissões Técnicas Regionais e Nacionais: Governança; Recursos Humanos; Tecnologia da Informação; Investimentos; Contabilidade; Comunicação e Marketing; Indicadores de Desempenho; Atuária; Seguridade; e Assuntos Jurídicos.

Na área da saúde participam representantes do Economus na Unidas - União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, e na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Além disso, neste ano, 15 profissionais obtiveram as seguintes certificações:

- ICSS – Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social: 13 certificações, sendo 8 novas e 5 recertificações. A certificação representa o reconhecimento dos esforços de qualificação dos profissionais de Seguridade;

- 1 CPA-20 - Certificação destinada aos profissionais que desempenham atividades ligadas a investimentos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima;
- 1 Certificação CFP – *Certified Financial Planner*. Certificação internacional que prepara o profissional para o exercício da atividade de consultor e planejador financeiro pessoal.

Todos os diretores e conselheiros do Instituto possuem a certificação pelo ICSS e estão devidamente habilitados pela Previc, órgão regulador do segmento, o que demonstra sua capacitação em atuar como gestores de Seguridade Social.

Investimentos Responsáveis

O Economus participa, desde março de 2007, dos Princípios para Investimentos Responsáveis - PRI (*Principles for Responsible Investments*), que é uma iniciativa criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, com objetivo de que os agentes financeiros globais incorporem em suas análises as melhores práticas relacionadas à sustentabilidade dos investimentos, baseados em três pilares: Ambiental, Social e Governança Corporativa.

A participação no PRI é um importante direcionador para o Economus com relação à busca constante por melhores práticas na gestão dos investimentos alinhados às práticas de sustentabilidade que, potencialmente, agregam retornos mais consistentes no longo prazo.

GESTÃO DE PESSOAS

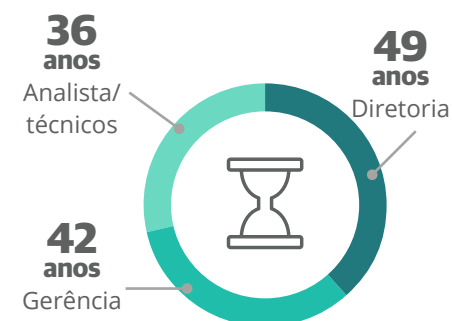
O Economus possui 199 colaboradores, sendo 193 empregados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalho (CLT) e 6 cedidos do Banco do Brasil. Deste total, 112 são mulheres e 87 são homens. O Instituto possui também convênio com a Associação Nossa Sra. Achiropita para contratação e orientação de 11 jovens aprendizes.

Distribuição por sexo

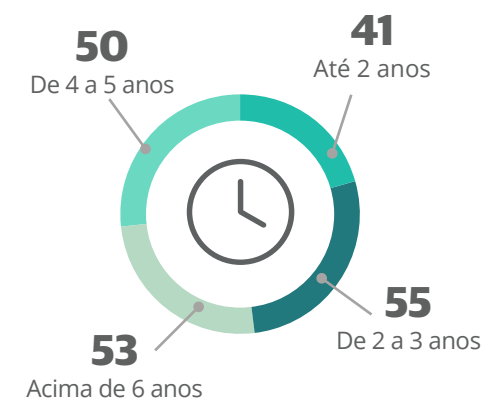


- Valorização
- Motivação
- Aprimoramento
- Crescimento
- Desenvolvimento Profissional

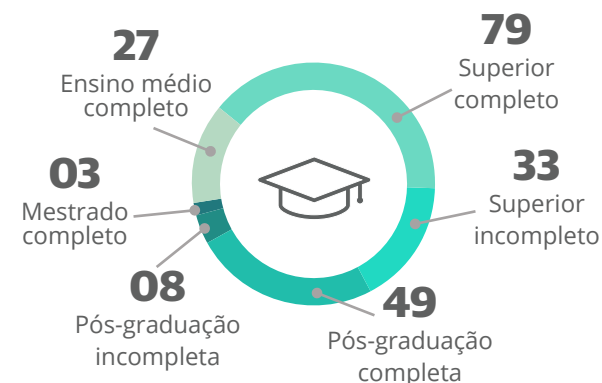
Média de idade por cargo



Tempo de Economus



Formação acadêmica

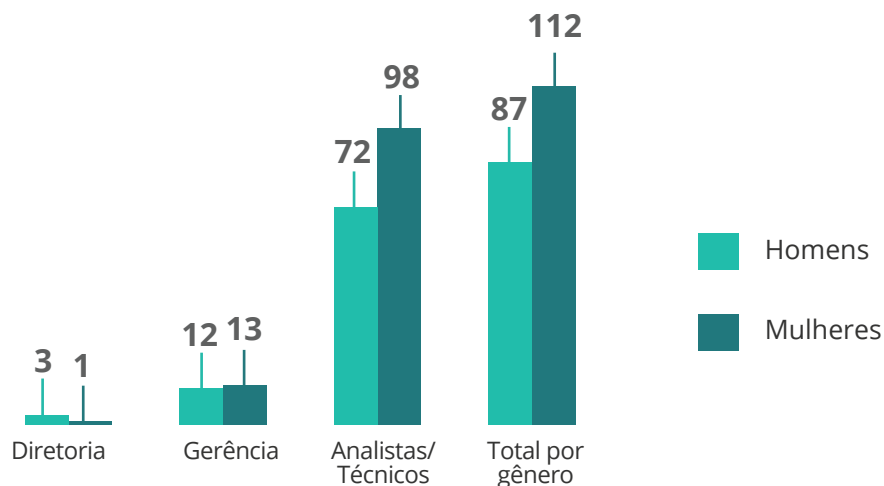


Equidade de Gênero e Raça

O Instituto preza pela igualdade entre os gêneros em todos os níveis hierárquicos e, para consolidar esta prática, aderiu em 2016 à 6ª edição do “Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça”, conduzido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República. O programa tem por objetivo disseminar novas práticas na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade racial entre mulheres e homens no mundo corporativo.

A seguir a distribuição atual de gênero e raça dos colaboradores, terceirizados e jovens aprendizes:

Distribuição por função e gênero



FAIXA ETÁRIA	Masculino	Raças					
		Branca	Negra	Parda	Amarela	Indígena	
Quadro de empregados	Abaixo de 30 anos	14	10	0	4	0	0
	Entre 30 e 49 anos	56	43	3	9	1	0
	Acima de 50 anos	17	17	0	0	0	0
	Total	87	70	3	13	1	0

Faixa Etária	Feminino	Raças					
		Branca	Negra	Parda	Amarela	Indígena	
Quadro de empregados	Abaixo de 30 anos	32	20	2	10	0	0
	Entre 30 e 49 anos	67	46	8	12	1	0
	Acima de 50 anos	13	9	3	1	0	0
	Total	112	75	13	23	1	0

* Dados referentes ao quadro de empregados próprios, diretoria e cedidos.

Investimento na qualificação

O Economus incentiva o crescimento de seus profissionais por meio de cursos e treinamentos, a fim de obter uma equipe qualificada e oferecer um serviço cada vez melhor aos participantes e beneficiários.

Em 2016, o Economus investiu em capacitação do seu corpo funcional. Este investimento contempla a participação em treinamentos, congressos e seminários, conforme apresentado na tabela abaixo:

Investimento em treinamento	Horas		Quantidade de Treinamentos	
	2015	2016	2015	2016
Congressos e Seminários	1.449	687	99	34
Treinamento e Desenvolvimento	6.988	17.411	852	1.490
Total	8.437	18.098	951	1.524

Para promover a qualificação e desenvolvimento profissional para todos os empregados do Economus, foi implantada a modalidade de Educação à Distância – EAD, uma plataforma flexível que envolve menor custo e propicia mais horas de treinamento em diversas áreas, ampliando o público com acesso aos treinamentos contratados. A utilização deste recurso elevou significativamente o volume de horas de treinamento.

A plataforma (EAD) também foi utilizada para divulgar cursos personalizados como “Ética e Conduta Economus”, que tratou dos Códigos Internos de forma simples a todos os empregados, cedidos e terceirizados, proporcionando conhecimento sobre as diretrizes internas do Instituto e sobre a Lei Anticorrupção.

Ainda em 2016, foi iniciado o projeto de trilhas de aprendizagem para cada área de negócio, que consistiu em avaliar com os gestores quais as necessidades específicas de cada área para qualificação e desenvolvimento de suas equipes. Como resultado, foram definidos treinamentos com foco nas demandas apontadas.

Pesquisa de Clima Organizacional

Em 2016, foi realizada a Pesquisa de Clima Organizacional que contou com a participação de 83,60% dos empregados. A pesquisa foi segregada em duas temáticas: Clima e Satisfação no Trabalho. O item Clima foi considerado satisfatório por 78,23% dos empregados, enquanto que a Satisfação no Trabalho obteve 76,51% de aprovação dos respondentes.



CAPÍTULO 2

Gestão Estratégica

GESTÃO ESTRATÉGICA

RELACIONAMENTO COM OS PÚBLICOS

Promover um relacionamento mais próximo com os participantes, beneficiários, entidades de classe, prestadores e empregados, foi uma das diretrizes da gestão em 2016. Foram realizadas diversas ações e eventos para facilitar o acesso às informações, de forma clara e transparente.

Comunicação

Em 2016, o Portal do Economus recebeu 1.407.526 acessos, com média de 3.856 visitantes por dia. Destes, 31% foram novos usuários. Em setembro, o site ganhou um novo autoatendimento para as principais demandas dos participantes e beneficiários. Organizado de maneira mais intuitiva, teve ainda o lançamento de novas opções, tais como: demonstrativo de pagamento de benefícios; 2ª via de boletos; acesso aos dados cadastrais do plano de saúde e ao Clube de Benefícios do Economus.

Neste ano também foi lançado um novo hot site específico para apresentar informações sobre os resultados dos planos, como cenário econômico, desempenho dos investimentos e seu impacto nos planos de benefício, além de outras informações para esclarecer os números obtidos em 2015. O hot site obteve 4.718 acessos de abril a dezembro de 2016.

Para consolidar o processo de divulgação dos resultados, o Economus realizou diversos encontros regionais com seus participantes para apresentar os grandes números do Instituto nas áreas de previdência, saúde e relacionamento, assim como responder dúvidas e acolher *feedbacks* quanto à prestação de serviços.

Nessa jornada foram reunidas mais de 1.000 pessoas, entre funcionários da ativa do Banco do Brasil e aposentados, de regiões como: Ribeirão Preto, Bauru, Marília, Ourinhos, Presidente Prudente, Lençóis Paulista, Indaiatuba,

Pirassununga, Sorocaba, Botucatu, Piracicaba, Campinas, São José dos Campos, Taubaté, Santos, São José do Rio Preto e Jundiá. A organização desses eventos contou com o apoio do Banco do Brasil, por meio de suas superintendências e gerências de gestão de pessoas – GEPES, assim como de entidades representativas, sindicatos, associação dos aposentados e lideranças regionais.

As redes sociais são um importante canal para levar informações de forma rápida e direta. Desta forma, a comunicação foi intensificada no Facebook do Economus com 92 publicações de posts com informações institucionais, notícias de saúde, de educação financeira e previdenciária. Como resultado, as publicações alcançaram 118.559 visualizações. Além disso, o Economus acompanha as redes sociais, os comentários de participantes e beneficiários, buscando promover melhorias na comunicação e nos serviços prestados.

Outro canal de comunicação é o Informativo Eletrônico, enviado quinzenalmente por e-mail aos participantes e beneficiários com as principais notícias do Economus. Em 2016, houve um total de 157.754 visualizações dos conteúdos.



Encontro com participantes.

Central de Relacionamento

O Economus busca aprimorar o diálogo com seu público elevando o nível de importância, respeito, transparência e confiança nos produtos e serviços oferecidos, com os seguintes canais de atendimento: telefônico, eletrônico (e-mail e o Fale Conosco do site) e presencial. Além destes canais, há o monitoramento das redes sociais.

Em 2016, foram realizados 174.229 atendimentos para participantes, beneficiários e prestadores de serviços dos planos de saúde.

O canal mais utilizado foi o telefônico, correspondendo a 71% do total de atendimentos. No ano, foram atendidas 123.297 ligações, sendo que 83,5% referiram-se aos serviços de saúde, 14,3% aos assuntos de previdência e 2,2% trataram dos atendimentos sobre o Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (PEAI). Dessas ligações, 76% foram atendidas em até 60 segundos.

0800 014 7000, disponível de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 18h e plantão 24h para casos de urgência e emergência médica.

O segundo canal mais utilizado foi o eletrônico, com 25.830 e-mails recepcionados, que representaram 15% de todas as consultas realizadas na Central.

atendimento@economus.com.br

O atendimento presencial representou 4% dos atendimentos. Foram 6.581 visitantes, sendo os pedidos de aposentadoria e as adesões ao plano de saúde os principais temas atendidos, em decorrência do PEAÍ (Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada) lançado pelo Banco do Brasil em novembro de 2016. Outro assunto frequente foi a solicitação de empréstimos.

Rua Quirino de Andrade, 185, Centro – São Paulo, disponível de segunda-feira a sexta-feira das 9h às 17h.

Os atendimentos institucionais - demandas dos órgãos reguladores, governança, representações sindicais, associações e mídias sociais, corresponderam a 1% dos atendimentos com 1.504 ocorrências.

Para fortalecer esse vínculo e promover maior interação com os participantes, a Central passou a realizar contatos ativos sobre diversos assuntos: adesões ao plano de saúde Economus Família, adesões ao PrevMais, autorizações e perícias médicas, atualização de dados cadastrais, dentre outros. No ano, foram realizados 17.017 contatos ativos.

Em junho, foi inaugurado um novo espaço físico, mais amplo e agradável, para o atendimento presencial. Também foi lançado o serviço de agendamento para atendimentos personalizados, permitindo a realização de consultorias individualizadas sobre previdência e saúde.



123.297
Telefônico



25.830
Eletrônico



6.581
Presencial



1.504
Outros



17.017
Ativos

Atendimento especial Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada - PEAI

Para esclarecer as dúvidas dos participantes e subsidiá-los na tomada de decisão quanto ao PEAI, lançado pelo Banco do Brasil em novembro de 2016, o Economus montou uma estrutura especial de atendimento e realizou as seguintes ações:

- Elaboração e divulgação de informações por meio de notícias no site, e-mail marketing, perguntas frequentes e publicação nas redes sociais;
- Disponibilização das simulações dos benefícios de aposentadoria no Autoatendimento do site e enviados por e-mail aos participantes elegíveis ao PEAI;
- Realização de apresentações e plantões de dúvidas nas dependências do Economus.

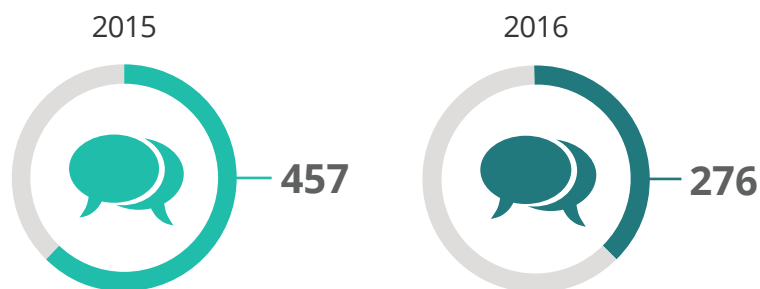
Ouvidoria

A Ouvidoria do Economus acolhe as manifestações dos participantes da Previdência, dos beneficiários da Assistência Médica e dos proponentes do Empréstimo, sendo possível registrar reclamações em 2ª instância, elogios, sugestões e denúncias sobre os serviços prestados pelo Economus e por sua rede credenciada. No ano de 2016, recebeu 276 manifestações, uma redução de 40% se comparado com o ano anterior, sendo que destas, 156 foram tratadas como procedentes na instância Ouvidoria e 120 manifestações foram encaminhadas à Central de Relacionamento para atendimento.



Novo espaço para o atendimento presencial.

Quantidade de Manifestações



A Ouvidoria está ligada diretamente à Diretoria de Superintendência do Economus e trabalha de forma transparente e imparcial. Sua principal atribuição é buscar soluções na defesa dos direitos e dos interesses dos beneficiários e participantes do Instituto. Observa rigorosamente as determinações legais, regulamentares e normativas que regem os serviços e benefícios ofertados pelo Economus, garantindo o direito de resposta às manifestações dentro do prazo legal, preconizado na Resolução Normativa nº 323/2013 da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Além disso, a Ouvidoria atua como porta-voz do cliente, pois, por meio das manifestações recebidas, identifica os problemas, analisa as reclamações e sugestões, assim como elabora recomendações de melhoria para as Unidades Organizacionais do Instituto. O objetivo é aprimorar o relacionamento, os processos e os produtos e serviços prestados aos participantes e beneficiários, estabelecendo um ciclo de melhoria contínua para agregar valor ao Instituto e aos seus associados.

Educação Previdenciária

O Programa de Educação Financeira e Previdenciária – Educonomus tem como objetivo ampliar o conhecimento dos participantes ativos e assistidos sobre aspectos financeiros e previdenciários, incentivando-os a pla-

nejar seus gastos e pensar no futuro de maneira estruturada, seja antes ou depois da aposentadoria.

As ações realizadas ao longo de 2016 no âmbito do Programa envolveram a publicação de notícias, capacitação da Central de Atendimento, participação em eventos e ensino à distância sobre finanças pessoais e previdência complementar.

Consultoria Previdenciária

O Economus também disponibilizou a Consultoria Previdenciária, um canal de atendimento que é agendado pelo participante e inclui um profissional especializado para realizar projeções e cálculos de aposentadoria e esclarecer dúvidas relacionadas aos planos de benefícios. Ao todo, foram atendidas 127 pessoas.

Além disso, foram realizadas campanhas de alteração de perfil de investimento, alteração de percentual de contribuição e de adesão ao plano, destinadas aos participantes do PrevMais. Confira o resultado de cada uma:

- **Campanha de orientação sobre a Alteração de Perfil de Investimento**

É possível alterar a opção de perfil de investimento três vezes ao ano – janeiro, maio e setembro. A campanha foi realizada nestes meses para orientar os participantes do plano sobre as características de cada perfil de investimento e para auxiliar na tomada de decisão.

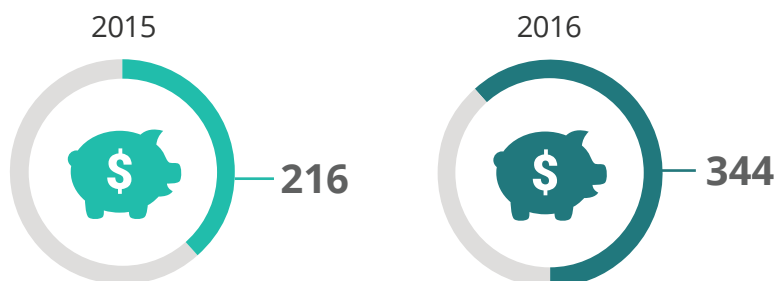
- **Campanha de Alteração de Percentual de Contribuição ao PrevMais**

Realizada em novembro de 2016, contou com um simulador para projetar o montante a ser acumulado em caso de alteração do percentual de contribuição. O objetivo foi orientar os participantes sobre os benefícios e impactos com a alteração. Como resultado, 807 pessoas alteraram seu percentual e 85% delas optaram por aumentar sua contribuição.

• Campanha de Adesão ao PrevMais

Para incentivar a adesão de funcionários não participantes do PrevMais, foram realizadas diversas ações com o objetivo de explicar sobre a necessidade de se planejar para o futuro e as vantagens que o plano oferece. Como resultado, foram efetivadas 344 adesões em 2016, 59% a mais do que em 2015.

Adesões ao PrevMais



Clube de Benefícios

O E-Clube de Benefícios é uma vitrine de ofertas e benefícios. Quando foi criado em 2015, seu benefício era voltado exclusivamente aos participantes, assistidos e empregados do Economus. A partir de 2016, com a criação do novo autoatendimento, os beneficiários e dependentes dos planos de saúde passaram a ter acesso aos descontos oferecidos pelo clube. A plataforma permite realizar compras de produtos e serviços com descontos especiais em estabelecimentos conveniados de diversos segmentos. Em 2016, foram registrados 5.329 acessos.

Planejamento Estratégico

No exercício anterior foram definidos Objetivos e Direcionadores Estratégicos para o Planejamento Estratégico do triênio de 2016-2018, que foi elaborado de acordo com a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), uma

ferramenta que auxilia no controle e alinhamento estratégico da organização e possibilita o desdobramento das estratégias por meio de quatro perspectivas ligadas à visão de futuro: Processos, Clientes, Finanças e Pessoas.

Para assegurar o sucesso na implantação do Planejamento Estratégico, em 2016 foram aprovados pela Diretoria Executiva os Planos de Ação e os acompanhamentos da evolução e conclusão dos projetos, bem como dos benefícios que essas ações trarão ao Instituto. Confira a seguir a estrutura do Planejamento com os Objetivos e Direcionadores Estratégicos.

PLANO ESTRATÉGICO

PERSPECTIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DIRECIONADOR ESTRATÉGICO
PROCESSOS INTERNOS	1. Potencializar a gestão e a eficiência operacional	<p>Otimizar os processos internos com apoio de novas tecnologias</p> <p>Criar vantagem competitiva produzindo qualidade e confiabilidade com menor tempo de entrega de produto final</p>
CLIENTES	2. Consolidar o relacionamento com os públicos de interesse do Economus	<p>Intensificar o relacionamento com os participantes, assistidos e beneficiários e entidades representativas</p> <p>Proporcionar satisfação ao cliente</p> <p>Intensificar o relacionamento com os prestadores de serviço e fornecedores</p>
FINANÇAS	3. Otimizar os resultados econômicos dos planos da Entidade	Assegurar a solvência e liquidez dos planos
	4. Ampliar a participação do Economus nos segmentos de atuação	Desenvolver e reposicionar produtos
APRENDIZADO E INOVAÇÃO	5. Reer e desenvolver capital humano comprometido com a inovação e obtenção de resultados	<p>Promover um ambiente de trabalho que propicie o engajamento e a satisfação dos empregados</p> <p>Manter e preparar equipes para novos desafios institucionais</p> <p>Estimular a inovação</p>

Dentre os diversos planos aprovados, destacamos a seguir três já implementados. O primeiro foi o plano de ação “Promover o uso consciente dos planos previdenciários”, que foi definido para o direcionador “Intensificar o relacionamento com os participantes, assistidos e beneficiários e entidades representativas”, gerou ao todo 60 (sessenta) informativos publicados nos canais de comunicação do Economus. Esses informativos tiveram o intuito de melhor informar e conscientizar os participantes da importância dos planos previdenciários.

O resultado dessa ação contribuiu diretamente para o êxito alcançado em outro plano, o de “Captar novos participantes”, que registrou um aumento de 59,26% de novas adesões ao PrevMais, evoluindo de 216 em 2015 para 344 em 2016. Este plano faz parte do direcionador “Ampliar a participação do Economus nos segmentos de atuação”.

Outro plano de ação deste mesmo direcionador, concluído com sucesso em 2016, é o plano de “Revisar o modelo de Empréstimo e Implantar”. O principal objetivo do plano foi reformular o produto para torná-lo mais ágil na liberação dos créditos e mais atrativo em seus benefícios. **Saiba mais sobre Empréstimo no Capítulo de Gestão Previdenciária.**

Ética e combate à corrupção

Os Códigos de Ética e Conduta foram revisados em 2016 de acordo com as melhores práticas de mercado e refletem os valores, princípios e padrão de comportamento assumido pela Entidade, seus empregados e demais colaboradores. O Economus também desenvolveu o Regulamento de Ocorrências e Sanções e criou o Canal de Denúncia, que está disponível no site do Instituto.

Para a sensibilização e divulgação dos Códigos de Ética a todos os empregados, cedidos, diretores e conselheiros, foi realizado evento em maio de 2016. Além disso, foi realizado um extensivo Programa de Integridade na Entidade, que envolveu a realização de treinamentos institucionais e divulgação de informações sobre corrupção e combate à lavagem de dinheiro.

Gestão de Riscos

Com o objetivo de conhecer os riscos inerentes à atividade e fortalecer o sistema de controles internos, o Economus desenvolveu em 2016 uma série de ações para o gerenciamento de riscos, a fim de promover a eficiência operacional e mitigar os riscos, principalmente na gestão de investimentos e de passivos atuariais.

Para isso, durante o ano foram desenvolvidas ações para a revitalização de políticas, normas e procedimentos, como também foram adotados modelos e metodologias de mensuração, avaliação e tratamento dos diversos tipos de riscos.

Conheça a definição de cada risco monitorado pelo Economus:



Risco de Crédito: possibilidade de perda decorrente de inadimplência de cláusulas nos contratos financeiros da carteira de investimentos e de valores a receber da entidade.



Risco de Mercado: possibilidade de perda decorrente de flutuações adversas nos preços dos fatores de mercado que afetam os valores dos ativos financeiros da entidade.



Risco de Liquidez: possibilidade de perda decorrente da necessidade de liquidar ativos ou tomar recursos em condições adversas por necessidade de caixa.



Risco de Terceirização: possibilidade de perda decorrente de situações em que os serviços prestados ou os processos executados por meio de terceirização não atinjam os padrões contratados e esperados.



Risco Operacional: possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.



Risco Legal: possibilidade de perda decorrente de penalidades ou decisões desfavoráveis em aspectos legais e regulamentares que envolvam os contratos firmados e as obrigações previdenciárias, fiscais, trabalhistas e societárias da entidade.



Risco Sistêmico: risco de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional - SFN.



Risco Atuarial: possibilidade de perda decorrente da adoção de hipóteses atuariais insuficientemente fundamentadas ou de falha na interpretação de regulamentos que possam comprometer a segurança econômico-financeira, a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios administrados pela entidade.

A seguir, entenda como foi realizada a mensuração de cada risco em 2016.

Risco de Crédito

Para investimento em Títulos e Valores Mobiliários de Instituições Financeiras, não Financeiras e FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), foram observadas as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de mercado e as avaliações técnicas acerca da emissão, dos fatores de risco e de outras características inerentes ao investimento.

Para ativos adquiridos pela Gestão Direta e Fundos de Investimento Exclusivos, o Economus observou o limite técnico adicional para Instituições Financeiras, que tem como objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, monitorar a exposição e controlar a concentração dos recursos investidos. Essa modelagem observa o rating atribuído pela agência classificadora de risco contratada, e necessariamente é analisada e aprovada pelo Comitê de Investimentos do Instituto.

Risco de Mercado

Para mitigar o risco de mercado, durante o ano foi realizada a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento deste risco por meio de dois indicadores:

- *Value at Risk* (VaR), ou Valor em Risco, que estima a maior perda possível em determinado horizonte de tempo;
- *Tracking Error*, que aponta o risco de descasamento em determinado horizonte de tempo em relação a um parâmetro de referência.

Também foram utilizados cenários econômicos-base e de estresse para avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

Risco de Liquidez

Para monitorar o risco de liquidez são avaliados os horizontes de curto, médio e longo prazo, de forma a se buscar a alocação adequada às necessi-

dades de recursos e de desempenho do Instituto.

O monitoramento de liquidez de curto prazo visa observar e ajustar o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, como ativos ou fundos de investimento em renda fixa, para fazer frente aos compromissos de curto prazo (2017). Os monitoramentos de liquidez de médio e longo prazo observam o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo (2018 a 2021) e de longo prazo (posterior a 2021).

Risco de Terceirização

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos da entidade. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos gestores externos, porém não isenta a entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

Nesse contexto, o modelo de terceirização exige que a entidade tenha processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus gestores em linha com o que estabelece o Guia de Melhores Práticas em Investimentos Previc.

Em atendimento aos dispositivos da Lei 12.846/13, conhecida como Lei Anticorrupção ou Lei da Empresa Limpa e do Decreto 8420/15, o Instituto desenvolveu internamente o processo de *Due Diligence* em Terceiros. Nesse processo, por meio da aplicação de uma matriz são avaliados os perfis das contrapartes em diligência e determinados os níveis de riscos aos quais o Instituto pode estar exposto em caso de formalização de relacionamento com estes fornecedores ou credenciados.

Complementarmente, está em desenvolvimento a Política de Relacionamento com Fornecedores, que descreve os princípios a serem observados nas relações comerciais entre o Economus e potenciais parceiros. No documento, o Instituto explicita que valoriza e reconhece como diferencial os parceiros que apresentem posturas de relacionamento semelhantes àquelas

praticadas por ela em sua cadeia de fornecedores e parceiros em geral.

O Economus possui processos instalados que relacionam o histórico, justificativas e documentação pertinente à seleção e monitoramento de gestores.

Risco Operacional

Os riscos operacionais têm sido avaliados anualmente a partir da Autoavaliação e da Matriz de Riscos e Controles Internos, que observam aspectos qualitativos e quantitativos dos riscos inerentes aos processos institucionais.

A cada ciclo de Autoavaliação de Riscos e Controles Internos, os processos são atualizados e os níveis de riscos e oportunidades de melhorias identificadas são convertidos em ações, que visam a implantação de controles nas rotinas operacionais das unidades e, posteriormente, são certificadas pela área de Riscos e Controles Internos. As possíveis perdas de valores monetários ocorridas são identificadas, registradas e avaliadas, a fim de se promover aprimoramentos nos processos e qualificar a gestão dos recursos do Instituto.

Ainda na gestão do risco operacional, o Economus tem como prática identificar anualmente, a partir da construção da (*Business Analysis Impact*) BIA, os processos e atividades críticos para os negócios que são objetos de elaboração de Planos de Continuidade de Negócios (PCN), desenvolvidos com as respectivas unidades gestoras.

Risco Legal

Em 2016, foram realizadas atividades de monitoramento do cumprimento das obrigações legais dos órgãos reguladores, em especial de Previdência e de Assistência à Saúde, para assegurar a conformidade em seus processos.

Ainda sobre a Gestão de Investimentos, é utilizado software específico para verificação, mensuração e quantificação da aderência de todas as carteiras de investimentos de acordo com a legislação aplicável às EFPCs (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e as Políticas Institucionais do Instituto.

Risco Sistêmico

A diversificação é um fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Dessa forma, o Economus aloca os recursos em diversos setores, emissores e gestores externos, bem como são observados diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos dos Planos.

Além disso, é realizada a diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, com seus diversos segmentos.

Risco do Passivo Atuarial

Como é realizado em todos os anos, em 2016 o Economus analisou o estudo de aderência das hipóteses biométricas e demográficas (mortalidade geral e de inválidos, entrada em invalidez/auxílio-doença e rotatividade) e econômico-financeiras (crescimento salarial e convergência de taxa de juros), e verificou as premissas adequadas às características de cada plano e de sua população. As premissas foram utilizadas na avaliação atuarial do exercício.

As avaliações atuariais dos planos de benefícios demonstram a situação financeira e atuarial de cada um dos planos por meio de suas provisões matemáticas calculadas e posicionadas em uma determinada data-base. Na avaliação foram estabelecidos os planos de custeio, de modo a assegurar a existência de recursos suficientes para garantir o pagamento dos benefícios contratados.

Também foram realizados estudos de ALM (*Asset Liability Management*) para cada um dos planos de benefícios administrados, de modo a orientar a elaboração do planejamento financeiro e identificar a melhor alocação dos ativos, considerando risco, liquidez e rentabilidade.

Gestão Administrativa

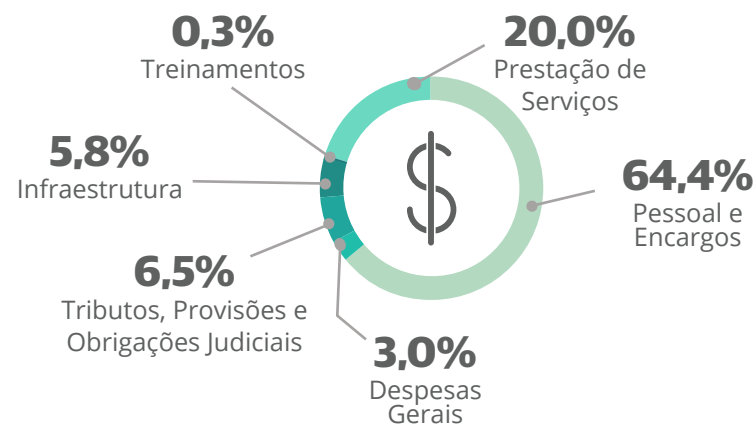
Os recursos do Fundo Administrativo PGA são destinados para cobrir as despesas da estrutura administrativa do Economus para gestão dos planos previdenciários. Cabe destacar que a arrecadação é paritária entre patrocinador e participantes e que o resultado do Fundo Administrativo PGA não impacta eventuais desequilíbrios nos planos previdenciários.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas são identificadas e controladas por centros de custos e segregadas de acordo com critérios preestabelecidos entre as gestões previdencial, de investimentos e assistencial, com este último sendo integralmente reembolsado ao PGA através de recursos dos próprios planos de assistência à saúde e de suas fontes de custeio. As despesas são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo e monitoradas regularmente pelo Conselho Fiscal.

Em 2016, as despesas relacionadas à manutenção da estrutura da gestão dos planos de benefícios e investimentos previdenciais corresponderam a 52,6% do volume total de despesas administrativas do Economus, enquanto 47,4% foram direcionados à administração dos planos de assistência à saúde.

Distribuição do Total de Despesas Administrativas Gerenciais por Grupo

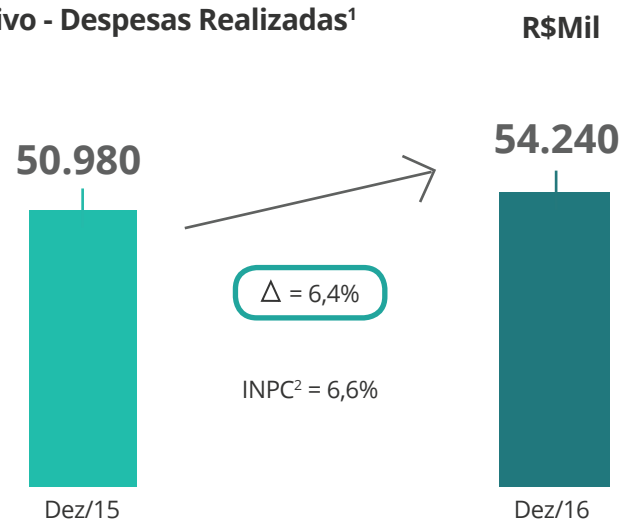


Eficiência Operacional

Durante o ano de 2016, o Economus realizou uma série de ações para tornar seus processos mais eficazes e menos onerosos.

Quando comparado o volume de despesas totais realizadas em 2016 com as despesas totais realizadas no ano anterior, há uma variação de apenas 6,4%, portanto, abaixo do índice de inflação do ano que foi de 6,6% (INPC). Tal desempenho foi alcançado mesmo considerando a evolução da despesa com Pessoal e Encargos além da inflação, devido ao reajuste de 9,5% concedido a todos os empregados em janeiro de 2016, mês da convenção coletiva da categoria.

Comparativo - Despesas Realizadas¹

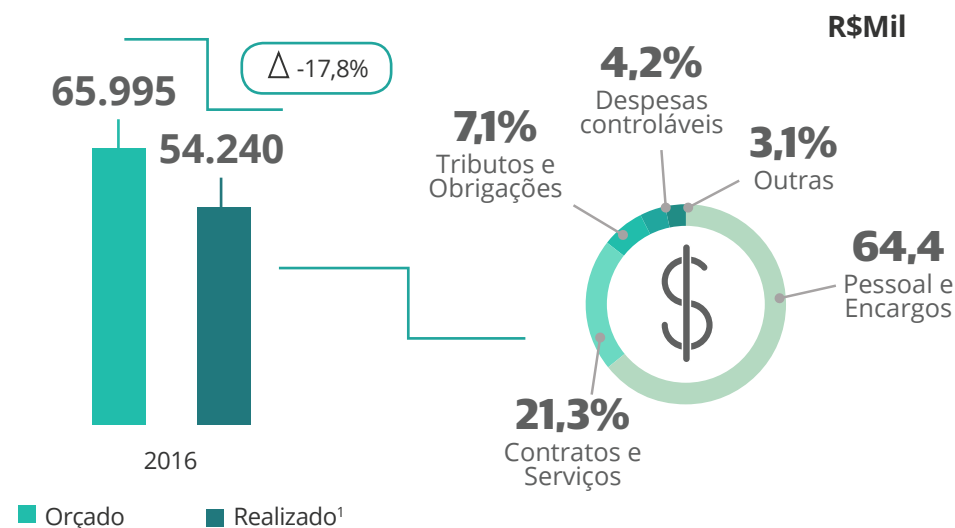


(1) Inclusive as provisões contingenciais e as despesas administrativas assistenciais realizadas diretamente na gestão assistencial (ANS).

(2) INPC Acumulado 2016

Reduzir despesas e aumentar a eficiência operacional tem sido fundamental para a melhoria do resultado apresentado pelo PGA - Plano de Gestão Administrativa.

Dessa forma, foram criadas frentes de trabalho para analisar cada grupo de despesas e adequá-las ao atual momento, com ênfase nos processos com maior impacto no orçamento. Essas ações tiveram um resultado de 17,8% abaixo do orçamento no volume total das despesas administrativas realizadas no ano, como é possível verificar no gráfico a seguir:

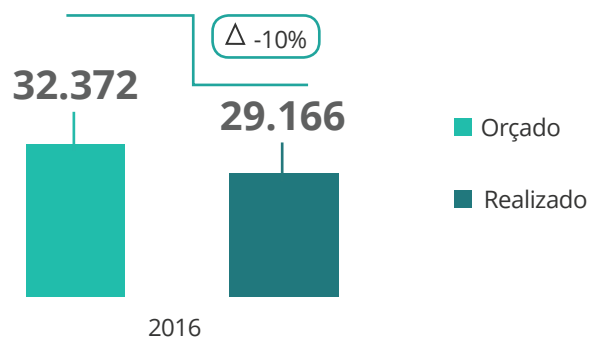


(1) Inclusive as provisões contingenciais e as despesas administrativas assistenciais realizadas diretamente na gestão assistencial (ANS).

Os ganhos de produtividade foram maximizados com a diminuição de custos por meio de uma ampla reestruturação organizacional que gerou uma redução de R\$ 1,3 milhão anual nas despesas com Pessoal Próprio, representando uma economia de 10,0% em comparação com o valor orçado para o ano.

Pessoal Próprio (Salários e Benefícios)

R\$Mil



Outra estratégia utilizada foi a renegociação dos contratos de prestação de serviços, valendo-se do vínculo com o Banco do Brasil para o aproveitamento das mesmas condições obtidas nas licitações e contratações realizadas pelo patrocinador. Como exemplo, vale destacar que a renegociação do contrato de prestação de serviços de limpeza gerou uma economia mensal de 24% em relação ao contrato anterior, representando redução de R\$ 259 mil anuais nas despesas administrativas.

Ainda com o objetivo de ganho de produtividade e redução de custos, foram implementadas diversas ações de revisão e reorganização dos processos, bem como de melhoria do gerenciamento das demais despesas administrativas. Como exemplo, a disponibilização do holerite eletrônico proporcionou economia de R\$ 64 mil no período de outubro a dezembro, com despesas de impressão e postagem, além de trazer maior comodidade aos participantes.





CAPÍTULO 3

Gestão Previdenciária

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

PLANOS E PARTICIPANTES

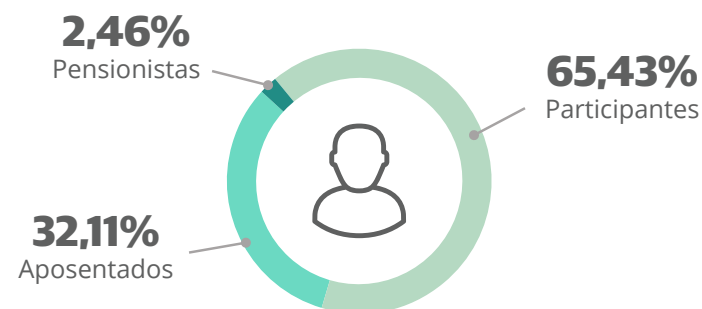
O Economus administra quatro planos de benefícios previdenciários, três na modalidade de Benefício Definido (BD) e um na modalidade de Contribuição Variável (CV).

Ao final de 2016, os planos de benefícios apresentaram as seguintes quantidades de participantes e assistidos:

PLANOS	PARTICIPANTES	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)	1.167	7	4	1.178
Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)	987	0	4	991
Regulamento Geral (Grupo C)	4.501	6.621	507	11.629
PrevMais	9.576	1.338	95	11.009
TOTAL	16.231	7.966	610	24.807

Do total de 24.807, constam 5.540 participantes e assistidos que possuem dois planos de previdência: o Regulamento Geral e o PrevMais.

Distribuição da Massa de Participantes



HIPÓTESES ATUARIAIS

Em atendimento ao disposto na Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006 e suas alterações, e na Instrução MPS/PREVIC nº 23, de 26/06/2015, o Instituto realizou estudo de aderência das hipóteses a serem utilizadas nas avaliações atuariais dos planos.

O objetivo desse estudo é atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o plano de benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequados, ou seja, aderentes às características da massa de participantes e assistidos, bem como ao regulamento dos planos de benefícios.

Os resultados dos estudos técnicos de aderência tem validade máxima de três anos, podendo ser realizados em menor período quando indicado pelo Administrador Responsável dos Planos e com base em parecer do atuário responsável. As hipóteses de taxa de juros e crescimento salarial tem validade específica de um ano.

Com base no resultado dos estudos, foram utilizadas as seguintes hipóteses em cada Plano de Benefícios:

Regulamento Geral

HIPÓTESES	2015	2016
Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT-2000 M&F (A50%)	AT-2000 M&F (A50%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 - Disable Female	RP 2000 - Disable Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Media	TASA 1927
Tábua de Entrada em Auxílio-Doença	Ex - Economus II	Ex - Economus II
Rotatividade	Ex- Economus ajuste gráfico	Ex- Economus ajuste gráfico
Entrada em Aposentadoria	Experiência GAMA-ECONOMUS	Experiência GAMA-ECONOMUS
Crescimento Real de Salários	0,00% ao ano	0,00% ao ano
Fator de Capacidade	0,9776	0,9805
Taxa de Juros	6,00% ao ano	6,00% ao ano

Regulamento Complementar N° 1

HIPÓTESES	2015	2016
Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT-2000 M&F (A50%)	AT-83 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de Entrada em Auxílio-Doença	Ex - Economus II	Ex - Economus II
Fator de Capacidade	0,9780	0,9804
Taxa de Juros	5,38% ao ano	5,00% ao ano

Regulamento Complementar N° 2

HIPÓTESES	2015	2016
Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT-2000 M&F (A50%)	AT-83 Female
Fator de Capacidade	0,9780	0,9804
Taxa de Juros	5,52% ao ano	5,00% ao ano

PrevMais

HIPÓTESE	2015	2016
Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT-2000 F	AT-2000 F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI – 85 Female	MI – 85 Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller	Muller
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	Ex-Economus 2005 -2014	Ex-Economus 2005 -2014
Rotatividade	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (D25%) (taxa média de 0,77% ao ano até a idade de aposentadoria e nula após esta idade)	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (D25%) (taxa média de 0,77% ao ano até a idade de aposentadoria e nula após esta idade)
Crescimento Salarial	1,36% ao ano	1,12% ao ano
Fator de Capacidade	0,9778	0,9804
Taxa de Juros	5,00% ao ano	5,00% ao ano

Para melhor compreensão da importância e do propósito de cada hipótese na projeção dos compromissos dos Planos de Benefícios para com seus participantes e assistidos, conheça a definição de cada uma delas:

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS

- **Mortalidade Geral:** Tabela que contém as probabilidades de morte e/ou sobrevivência em função da idade. É utilizada para dimensionar o valor atual dos benefícios futuros, cujo evento gerador pode ser a morte, caso do benefício de pensão por morte, ou a sobrevivência, caso do benefício de aposentadoria programada.
- **Mortalidade de Inválidos:** Tabela que contém as probabilidades de morte e sobrevivência em função da idade. É utilizada para dimensionar o valor atual dos benefícios futuros, cujo evento gerador pode ser a morte, caso do benefício de pensão gerado pela morte de um indivíduo inválido, ou a sobrevivência, dimensionado o compromisso em razão de um benefício de aposentadoria por invalidez.
- **Entrada em Aposentadoria:** Tabela que contém as probabilidades de um indivíduo se aposentar por tempo de contribuição ou idade antes de atingir uma determinada idade.
- **Entrada em Invalidez:** Tabela que contém as probabilidades de um indivíduo se invalidar antes de atingir uma determinada idade.
- **Entrada em Auxílio-Doença:** Tabela que representa o número de pessoas expostas ao risco de requerer um benefício de auxílio-doença após 15 dias consecutivos ao afastamento do trabalho. Essa hipótese é utilizada para o cálculo do compromisso da entidade com o pagamento de auxílio-doença aos participantes do plano.

HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS

- **Rotatividade:** Hipótese que representa a expectativa do número de participantes que solicitarão o cancelamento do plano de benefícios, ou ainda que desistirão do mesmo sem que tenham implementado o direito a qualquer benefício do plano ao qual estiver vinculado.

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

- **Crescimento Salarial:** Expressa a variação salarial na forma de taxa. É utilizada para estimar o salário do participante para o período de cálculo dos benefícios, visando projetar o benefício devido na data em que for concedido, ou na data mais próxima possível do evento, bem como para estimar as contribuições futuras pelo tempo em que o participante permanecerá no plano de benefícios.
- **Fator de Capacidade:** Representa o valor real do salário ou do benefício médio anual (poder aquisitivo), podendo ser entendido como o poder de compra do salário ou do benefício entre duas datas de reajustes, e está inversamente ligada ao índice de inflação projetado, sendo que, quanto maior o índice de inflação entre duas datas, menor o fator de capacidade e vice-versa.
- **Taxa de Juros:** É a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios.

SITUAÇÃO DOS PLANOS EM DEZEMBRO/2016

Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

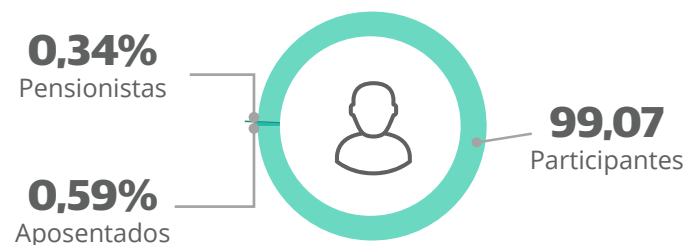
O plano Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) é o plano dos empregados do Banco Nossa Caixa S.A. admitidos pelo regime CLT, até 13 de maio de 1974, e abrangidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58.

Atualmente, o plano oferece apenas o benefício de Pecúlio por Morte aos beneficiários dos participantes habilitados ao recebimento de pensão por morte.

Participantes

DADOS	PARTICIPANTES	ASSISTIDOS
Quantidade	1.167	11
Idade média	68,43	70

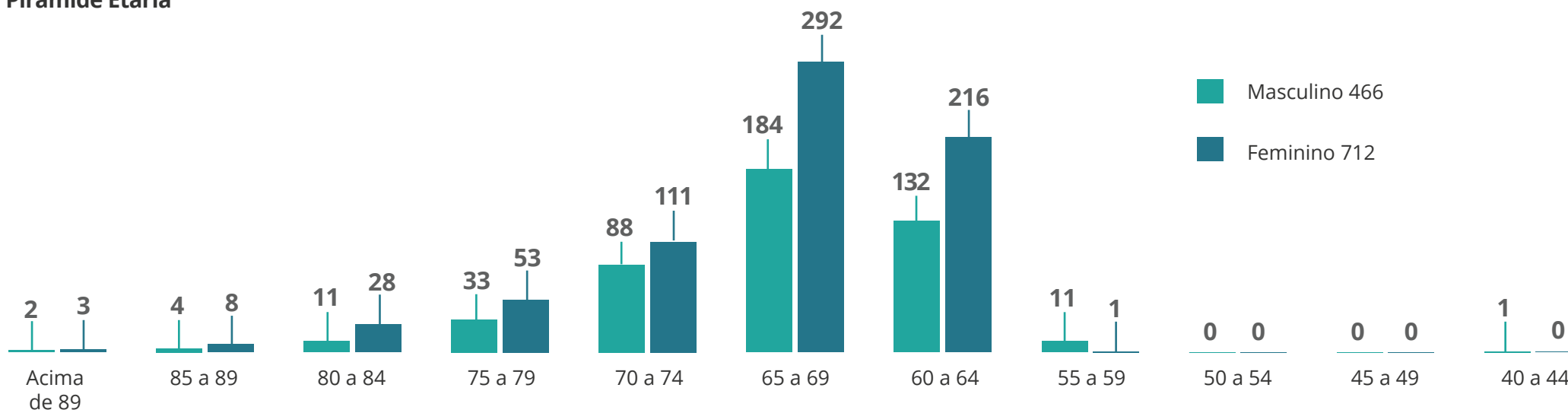
Distribuição da Massa de Participantes



Distribuição por Sexo



Pirâmide Etária



O Plano em 2016 encerrou o ano superavitário no montante de R\$ 1.194.969,43, conforme apresentado no quadro a seguir:

Valores em R\$

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL 2015 (A)	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL 2016 (B)	VARIAÇÃO ANUAL (B)/(A)-1
Patrimônio de Cobertura do Plano	35.421.501,80	40.822.511,16	15,25%
Total das Provisões Matemáticas	55.768.213,26	39.627.541,73	-28,94%
Equilíbrio Técnico	(20.346.711,46)	1.194.969,43	-105,87%
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	(20.346.711,46)	1.194.969,43	-105,87%
Reserva de Contingência	0,00	1.194.969,43	-
Reserva Especial para Revisão do Plano	0,00	0,00	-
Equilíbrio Técnico	(20.346.711,46)	1.194.969,43	-105,87%
Ajuste De Precificação ⁽¹⁾	210.571,06	0,00	-100,00%
Equilíbrio Técnico Ajustado ⁽¹⁾⁽²⁾	(20.136.140,40)	1.194.969,43	-105,93%

(1) Instrução Previc nº 19/2015.

(2) De acordo com a legislação vigente, o ajuste de precificação positivo, no valor de R\$ 1.750.046,62 não foi considerado, uma vez que o plano apresentou equilíbrio técnico positivo.

O superávit do exercício de 2016 deve-se, principalmente, ao equacionamento do déficit de 2015 contabilizado em Provisão Matemática a Constituir, que resultou na diminuição de 28,94% das Provisões Matemáticas Totais.

Também contribuiu para esse resultado a rentabilidade do plano, que no ano foi de 12,87%, enquanto a meta atuarial no período, representada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano (5,38% + INPC), foi de 12,31%.

Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

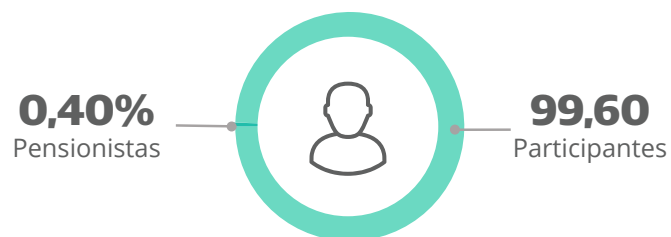
O plano Regulamento Complementar nº 2, ou Grupo A, destina-se aos empregados do Banco Nossa Caixa S.A. admitidos sob o regime estatutário e optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76.

Atualmente, o plano oferece apenas o benefício de Pecúlio por Morte aos beneficiários dos participantes habilitados ao recebimento de pensão por morte.

Participantes

DADOS	PARTICIPANTES	ASSISTIDOS
Quantidade	987	4
Idade média	79,85	75,20

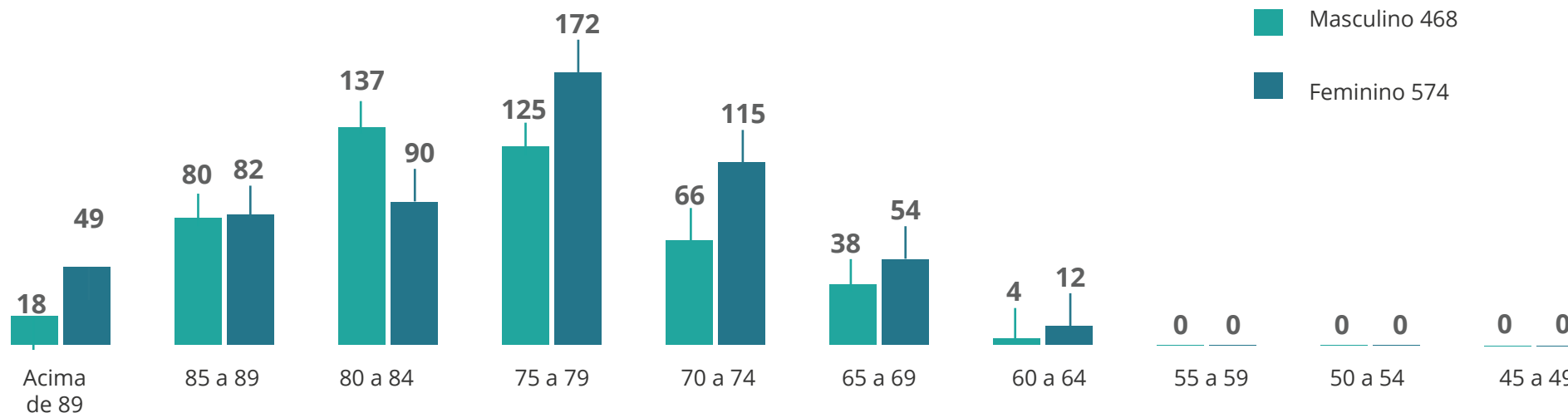
Distribuição da Massa de Participantes



Distribuição por Sexo



Pirâmide Etária



O Regulamento Complementar nº 2 apresentou resultado superavitário em 2016, no valor de R\$ 390.928,70, principalmente em função do equacionamento do déficit de 2015 contabilizado em Provisão Matemática a Constituir, que resultou na diminuição de 46,04% das Provisões Matemáticas Totais, conforme apresentado a seguir:

Valores em R\$

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL 2015 (A)	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL 2016 (B)	VARIAÇÃO ANUAL (B)/(A)-1
Patrimônio de Cobertura do Plano	23.592.889,87	25.526.282,33	8,19%
Total das Provisões Matemáticas	46.584.953,19	25.135.353,63	-46,04%
Equilíbrio Técnico	(22.992.063,32)	390.928,70	-101,70%
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	(22.992.063,32)	390.928,70	-101,70%
Reserva de Contingência	0,00	390.928,70	-
Reserva Especial para Revisão do Plano	0,00	0,00	-
Equilíbrio Técnico	(22.992.063,32)	390.928,70	-101,70%
Ajuste De Precificação ⁽¹⁾	128.040,72	0,00	-100,00%
Equilíbrio Técnico Ajustado ⁽¹⁾⁽²⁾	(22.864.022,60)	390.928,70	-101,71%

(1) Instrução PREVIC nº 19/2015

(2) De acordo com a legislação vigente, o ajuste de precificação positivo, no valor de R\$ 558.831,14 não foi considerado, uma vez que o plano apresentou equilíbrio técnico positivo.

A rentabilidade do plano no ano foi de 12,43%, enquanto que a meta atuarial no período, representada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano (5,52% + INPC), foi de 12,46%.

Regulamento Geral (Grupo C)

O plano Regulamento Geral, ou Grupo C, destina-se aos empregados admitidos a partir de 13 de maio de 1974 no Banco Nossa Caixa S.A. e contratados pelo regime CLT.

Está estruturado na modalidade Benefício Definido, ou seja, no momento da contratação do plano o participante sabe qual será o nível de seu benefício futuro e as contribuições poderão ser ajustadas de forma a garantir o pagamento do benefício.

O plano compreende os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte e Invalidez;
- Auxílio-Doença ou Acidente de Trabalho;
- Auxílio-Adicional;
- Auxílio-Reclusão.

Participantes Não Optantes pelo Saldamento

DADOS	DEZEMBRO/2016
Quantidade	24
Idade média	54,19
Tempo médio de plano	24,54
Tempo médio de empresa	26,46
Tempo médio de serviço futuro	3,98

Participantes Saldados

DADOS	DEZEMBRO/2016
Quantidade	4.456
Idade média	52,02

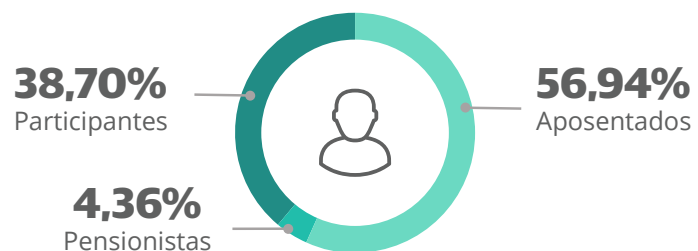
Participantes em Benefício Proporcional Diferido

DADOS	DEZEMBRO/2016
Quantidade	21
Idade média	54,45

Assistidos em 31/12/2016

TIPO DE BENEFÍCIO	QUANTIDADE	TIPO DE BENEFÍCIO	BENEFÍCIO MÉDIO	FOLHA MENSAL (R\$)
Aposentadoria por tempo de serviço ou por idade	6.108	64,04	4.932,30	30.126.482,06
Aposentadoria por invalidez	513	63,75	3.788,74	1.943.625,14
Pensão por morte	507	65,05	3.788,17	1.920.599,97
TOTAL/MÉDIA	7.128	64,09	4.768,62	33.990.707,17

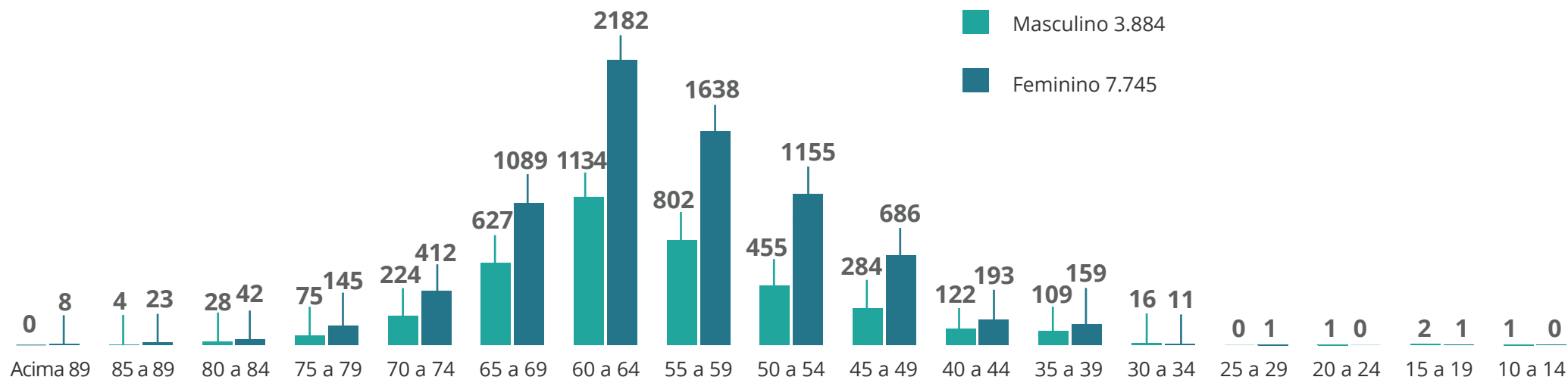
Distribuição da Massa de Participantes



Distribuição por Sexo



Pirâmide Etária



Em 2016 o Regulamento Geral encerrou o ano com resultado deficitário acumulado de R\$ 354.124.514,37, conforme quadro a seguir:

Valores em R\$

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL 2015 (A)	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL 2016 (B)	VARIAÇÃO ANUAL (B)/(A)-1
Patrimônio de Cobertura do Plano	4.167.799.477,89	4.335.226.047,82	4,02%
Total das Provisões Matemáticas	4.679.580.727,80	4.689.350.562,19	0,21%
Equilíbrio Técnico	(511.781.249,91)	(354.124.514,37)	-30,81%
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	(892.359.961,72)	(713.859.516,05)	-20,00%
Resultados a Realizar	380.578.711,81	359.735.001,68	-5,48%
Equilíbrio Técnico	(511.781.249,91)	(354.124.514,37)	-30,81%
Ajuste de Precificação ⁽¹⁾	35.772.189,93	52.217.361,09	45,97%
Equilíbrio Técnico Ajustado ⁽¹⁾	(476.009.059,98)	(301.907.153,28)	-36,58%

(1) Instrução Previc n° 19/2015

A redução do déficit técnico acumulado no ano de 2016 deveu-se principalmente ao equacionamento do déficit de 2015 contabilizado em Provisão Matemática a Constituir.

O ajuste de precificação totalizou R\$ 52.217.361,09, resultando em um déficit técnico ajustado de R\$ 301.907.153,28.

A rubrica “Resultados a Realizar”, que compõem o grupo de contas “Equilíbrio Técnico”, reconhece contabilmente a receita futura de títulos públicos (NTN-C) adquiridos em 2002 e 2003, conforme autorizado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Em 31 de dezembro de 2016, tal rubrica totalizava R\$ 359.735.001,68.

A rentabilidade do plano no ano foi de 15,45%, enquanto que a meta atuarial no período, representada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano (6% + INPC), foi de 12,97%.

Apesar do bom desempenho dos investimentos, o Regulamento Geral apresentou resultado deficitário no exercício de 2016 de R\$ 127.948.700,45, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	VALORES EM R\$
Diferença Atualização entre Ativo e Passivo (TMA)	(32.106.302,70)
Alteração de Premissas Atuariais	(44.631.810,51)
Movimentação de Participantes	(4.236.894,01)
Contingências	(26.129.983,10)
Resultado Gerado em 2016	(107.104.990,32)
Resultado a Realizar	(20.843.710,13)
Resultado	(127.948.700,45)

Regime Financeiro dos Benefícios de Risco

Tendo em vista que o Regulamento Geral é um plano fechado para novas adesões, é importante a alteração dos regimes financeiros atualmente adotados para o custeio dos benefícios de Pensão por Morte, Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Reclusão e Pecúlio por Morte e por Invalidez, para o Regime de Capitalização.

Mantida a condição atual, o custo para o pagamento dos benefícios ficará muito elevado no futuro pelos participantes remanescentes, uma vez que o plano é fechado para novas adesões. Por isso a alteração tem sido objeto de recorrentes recomendações do órgão regulador (Previc), dos auditores externos, bem como do atuário responsável.

Nesse sentido, com o objetivo de se antecipar e amenizar o impacto produzido por esta alteração no plano, foi aprovada pelos órgãos de governança do Instituto a constituição de um Fundo Previdencial para arrecadar recursos dos patrocinadores, participantes, aposentados e pensionistas.

A constituição desse fundo está sob análise de órgãos externos e, quando aprovada, as contribuições serão realizadas somente até a alteração dos regimes financeiros.

PrevMais

O plano PrevMais está estruturado na modalidade Contribuição Variável (CV), que une características das modalidades Benefício Definido e Contribuição Definida. É utilizado o modelo de Contribuição Definida, com contas individuais, no período de acumulação, e o modelo de Benefício Definido no período de gozo do benefício, a depender da opção do participante.

No que se refere aos benefícios de risco, todos estão estruturados sob a modalidade de Benefício Definido, conforme regulamento do plano.

O plano compreende os seguintes benefícios:

- Benefício de Aposentadoria
- Auxílio-Doença ou Acidente de Trabalho
- Aposentadoria por Invalidez
- Pensão por Morte
- Auxílio-Funeral

Participantes

DADOS	DEZEMBRO/2016
Quantidade	7.982
Idade média	44,46
Tempo médio de empresa	17,64
Tempo médio de plano	8,72
Tempo médio de serviço futuro	9,44

Optantes pelo Autoprocínio

DADOS	DEZ/2016
Quantidade	56
Idade média	42,49

Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido

DADOS	DEZ/2016
Quantidade	7
Idade média	38,95

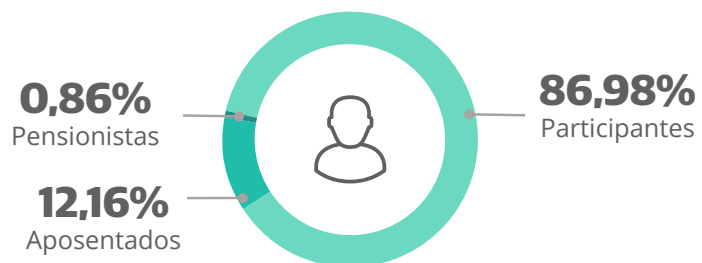
Outros Participantes*

DADOS	DEZ/2016
Quantidade	1.531
Idade média	52,69

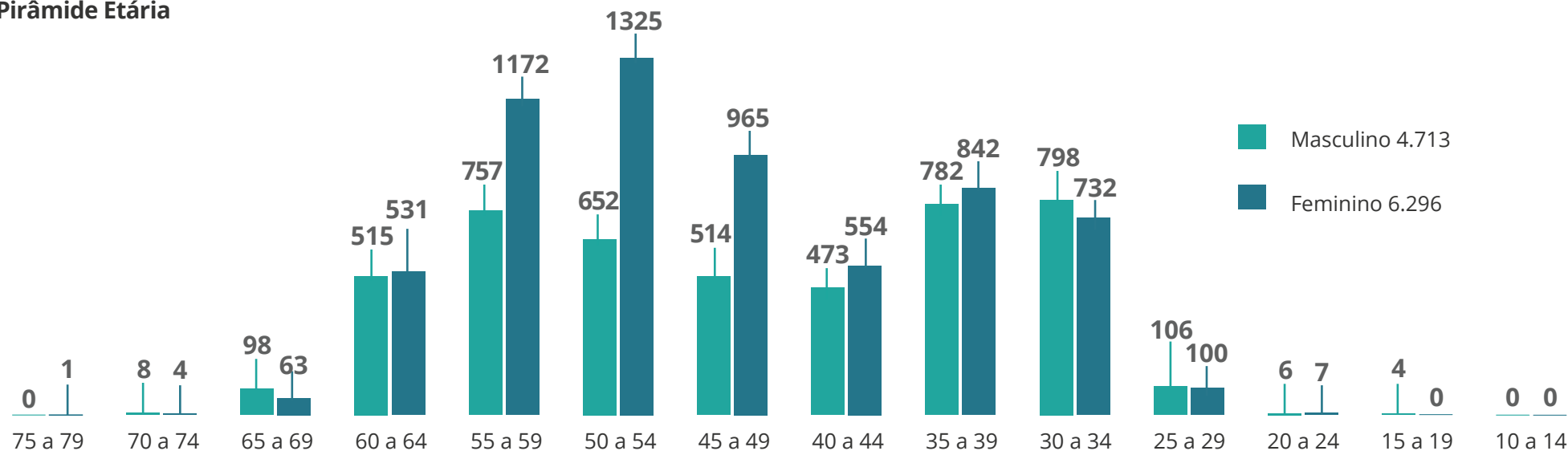
*Participantes que estão em alguma das seguintes situações: desligados que não manifestaram opção pelos institutos legais assegurados pelo plano; com contribuição suspensa; aguardando concessão de benefício; aguardando concessão de instituto; ou falecido e sem beneficiário.

Assistidos em 31/12/2016

TIPO DE BENEFÍCIO	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA	BENEFÍCIO MÉDIO (R\$)	FOLHA MENSAL (R\$)
Aposentadoria - Estruturada na modalidade de benefício definido	97	60,05	874,67	84.842,63
Aposentadoria - Estruturada na modalidade de contribuição definida	1.094	59,38	1.305,84	1.428.591,67
Aposentadoria por invalidez	147	57,94	4.768,22	700.928,15
Pensão por morte - Estruturada na modalidade de benefício definido	83	46,77	4.547,67	377.456,83
Pensão por morte - Estruturada na modalidade de contribuição definida	12	56,44	462,20	5.546,38
TOTAL/MÉDIA	1.433	58,52	1.812,54	2.597.365,66

Distribuição da Massa de Participantes**Distribuição por Sexo**

Pirâmide Etária



O PrevMais fechou o ano de 2016 superavitário em R\$ 19.272.109,69, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL 2015 (A)	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL 2016 (B)	VARIAÇÃO ANUAL (B)/(A)-1
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.091.384.868,03	1.366.393.551,47	25,20%
Total das Provisões Matemáticas	1.083.335.822,64	1.347.121.441,78	24,35%
Equilíbrio Técnico	8.049.045,39	19.272.109,69	139,43%
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	8.049.045,39	19.272.109,69	139,43%
Reserva de Contingência	8.049.045,39	19.272.109,69	139,43%
Reserva Especial para Revisão do Plano	0,00	0,00	-
Equilíbrio Técnico	8.049.045,39	19.272.109,69	139,43%
Ajuste De Precificação ⁽¹⁾	0,00	0,00	0,00
Equilíbrio Técnico Ajustado ⁽¹⁾⁽²⁾	8.049.045,39	19.272.109,69	139,43%

(1) Instrução PREVIC n° 19/2015

(2) De acordo com a legislação vigente, o ajuste de precificação positivo, de R\$ 28.087.917,89 não foi considerado, uma vez que o plano apresentou equilíbrio técnico positivo.

A rentabilidade do plano no ano foi de 15,09%, enquanto que a meta atuarial no período, composta pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do plano, foi de 11,91%.

O aumento do superávit técnico acumulado no ano de 2016 foi devido à superação da meta atuarial pela rentabilidade do plano e a elevação abaixo do esperado do Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco, motivada pela alteração da premissa de crescimento real de salários.

EMPRÉSTIMOS

O Economus oferece uma linha de crédito exclusiva para os participantes ativos e assistidos do PrevMais, Regulamento Geral (Grupo C) e Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B). Em 2016, visando oferecer melhores condições e recursos compatíveis com a realidade financeira dos participantes, foram realizadas alterações em suas regras.

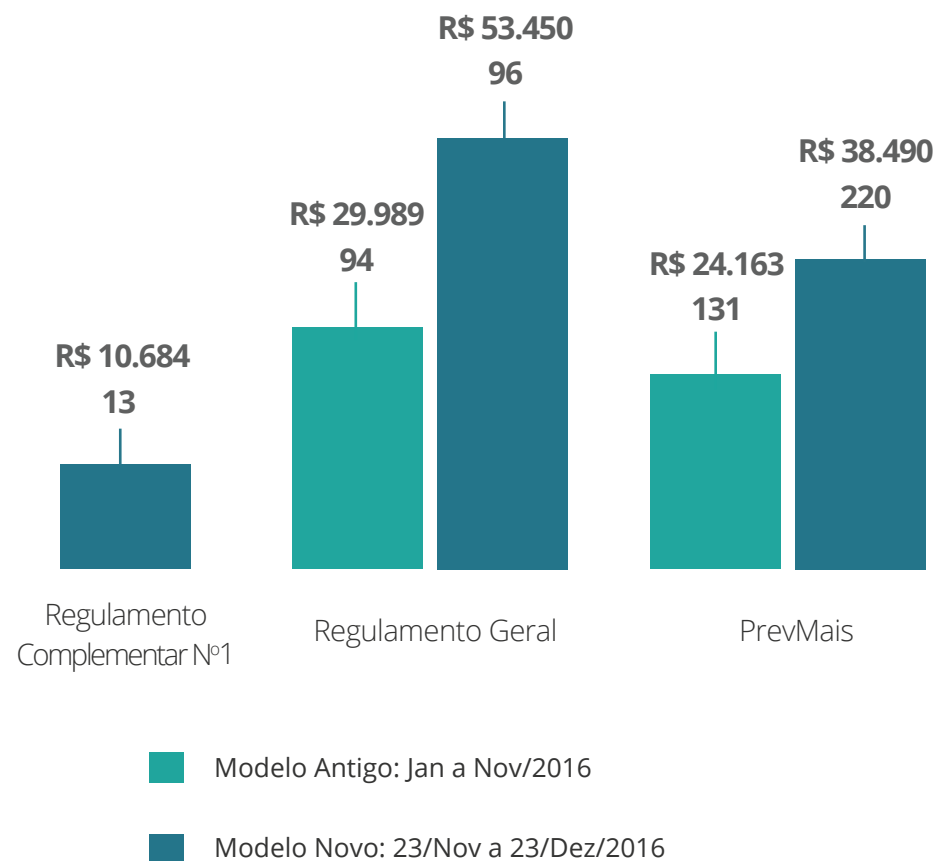
O novo modelo de empréstimo foi lançado em novembro com taxa de juros reduzida, parcelamento em até 96 vezes e adesão simplificada. As principais mudanças foram:

- Redução da taxa de juros;
- Maior prazo para pagamento;
- Novas regras para o limite de crédito;
- Liberação de crédito semanal;
- Novo simulador;
- Automatização do empréstimo – autosserviço;
- Possibilidade de refinanciamento do saldo devedor;
- Dispensa de avalista.

Após um mês do lançamento, identificou-se o aumento de 90% do valor médio emprestado e de 46% da quantidade média de concessões mensais em comparação ao período de janeiro a novembro/2016 no modelo anterior, encerrando o mês de dezembro/2016 com o total de 410 empréstimos concedidos.

Concessões de Empréstimo

VALOR MÉDIO X QUANTIDADE MÉDIA MENSAL





CAPÍTULO 4

Gestão de Assistência à Saúde

GESTÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O ano de 2016 foi marcado pela otimização dos custos operacionais de assistência à saúde e gestão das despesas médico-hospitalares, assim como pelo incentivo ao diálogo e maior aproximação com os beneficiários, sempre com o foco nas necessidades das pessoas que utilizam os planos de saúde. Por outro lado, tiveram destaque as ações de promoção à saúde e prevenção de doenças, com realização de palestras e programas voltados para a saúde dos participantes do Instituto.

Conheça abaixo os grandes números de 2016:

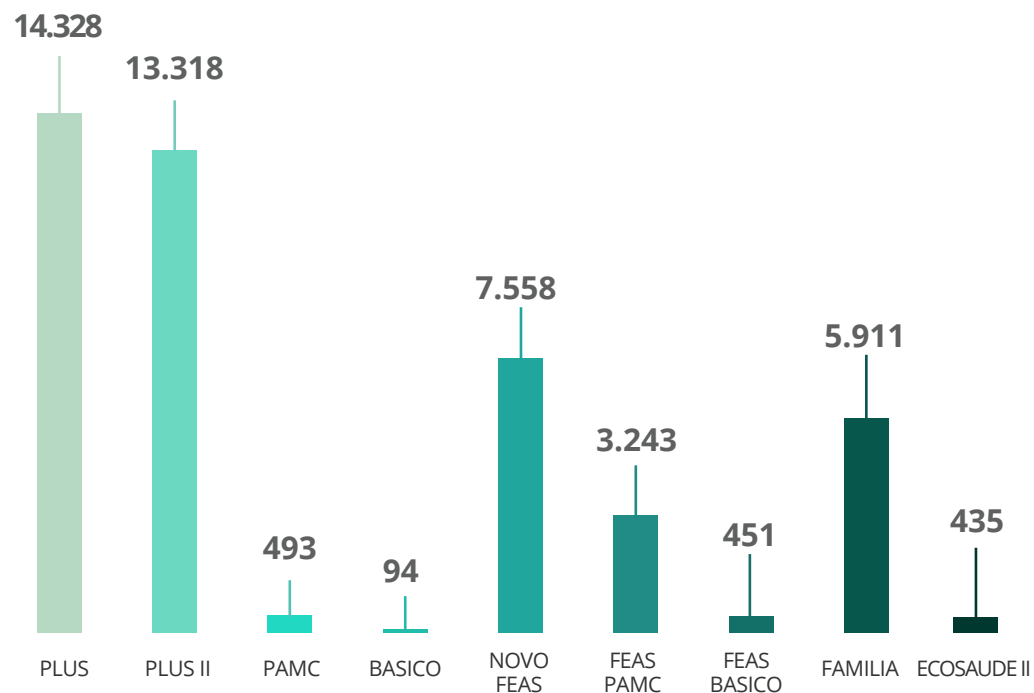


PLANOS E BENEFICIÁRIOS

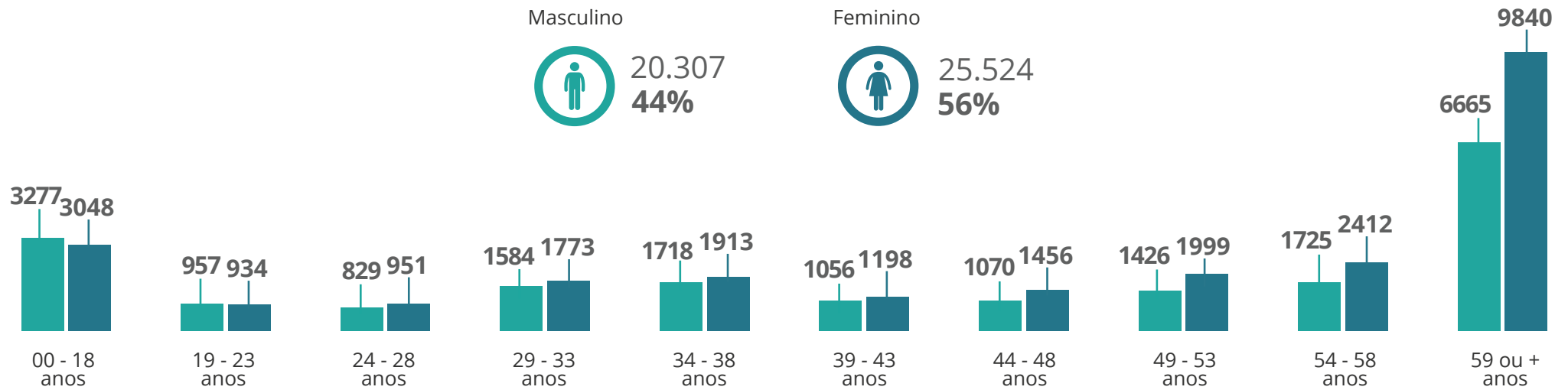
O Economus administra nove planos de saúde com 45.831 beneficiários inscritos, entre empregados ativos e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa e do Economus, assim como seus dependentes diretos e familiares.

Ao final de 2016, os planos de saúde apresentaram o seguinte perfil de beneficiários:

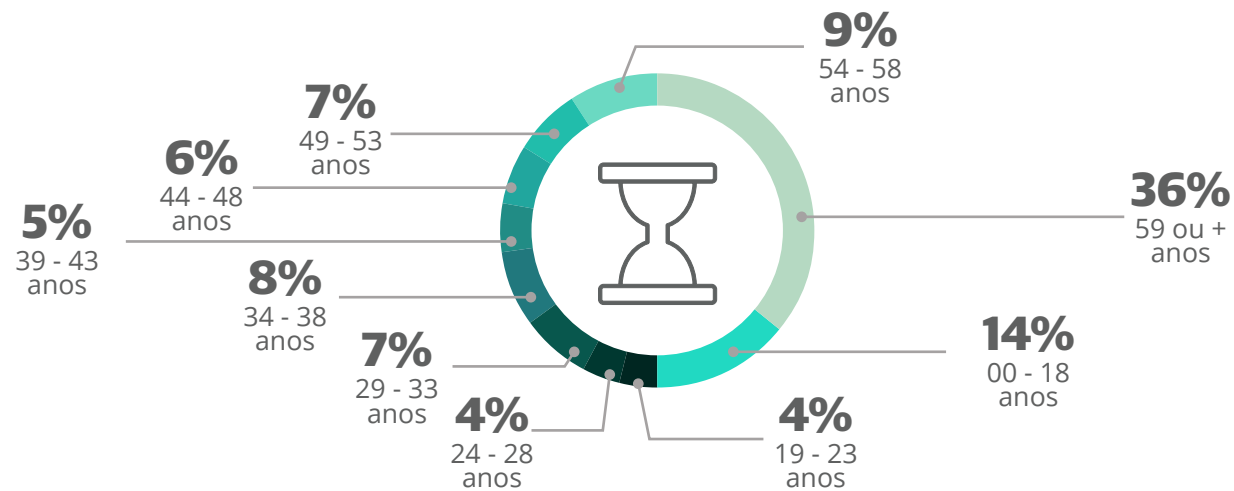
Distribuição dos Beneficiários por Plano



Distribuição dos Beneficiários por Sexo



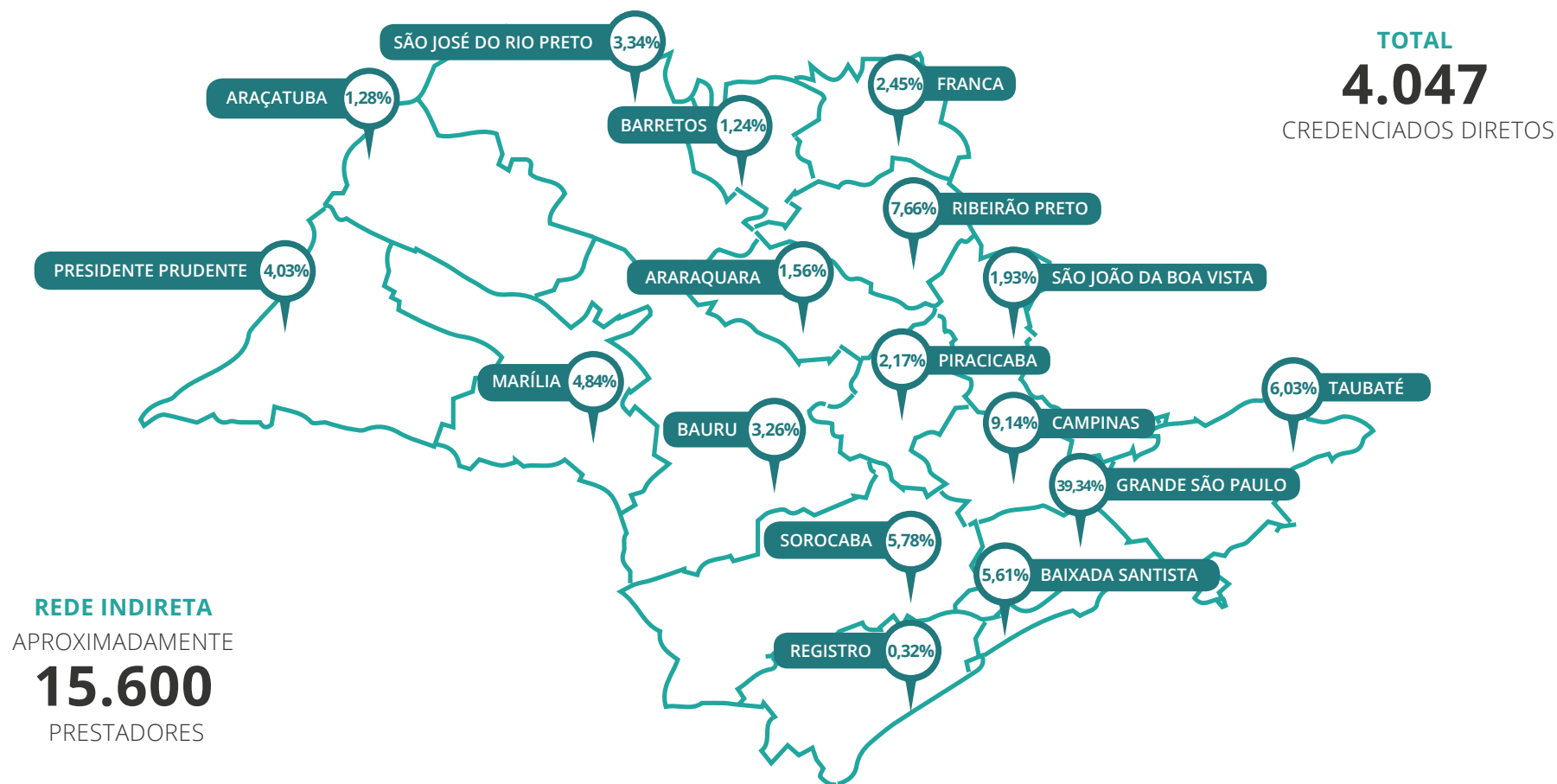
Distribuição por Faixa Etária



Perfil da Rede Credenciada

A rede de prestadores concentra 4.047 credenciados em todo o Estado de São Paulo, com aproximadamente 15.600 prestadores provenientes de contratações indiretas. Do total de prestadores da rede direta, 54% estão no interior do Estado e 46% na Capital, Grande São Paulo e Baixada Santista. Além disso, Economus possui parceria com a Cassi para os beneficiários residentes fora do Estado de São Paulo.

O Economus está presente em todas as 17 regiões definidas pela ANS, conforme demonstrado abaixo:



DESTAQUES NA GESTÃO DA SAÚDE EM 2016

Programa do Idoso Bem Cuidado

Lançado neste ano pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o projeto Idoso Bem Cuidado é uma iniciativa que surgiu da necessidade de melhorar o cuidado aos idosos que possuem planos privados de saúde.

Após apresentação do projeto piloto, o Economus foi uma das operadoras selecionadas para participar desta iniciativa, que compreende um conjunto de ações com a proposta de promover um modelo inovador de atenção aos idosos. Serão implementadas medidas nas seguintes áreas: envelhecimento ativo; qualidade da atenção à saúde; custos e gastos em saúde; remuneração de prestadores, desde a consulta preventiva ao atendimento hospitalar e domiciliar (homecare); além do monitoramento contínuo por telefone e visitas presenciais.

Palestras

Ao longo de 2016 o Economus promoveu, como uma das ações de incentivo à saúde, um ciclo de palestras com profissionais da saúde para levar informação aos seus beneficiários sobre prevenção e qualidade de vida. Cerca de 400 beneficiários participaram dessas palestras e a avaliação foi positiva, superando as expectativas. As palestras abordaram os seguintes temas: controle de diabetes; saúde dos idosos; qualidade de vida; hipertensão arterial; saúde dos olhos; obesidade; depressão; tabagismo; controle do colesterol; e câncer de mama.

Medicamento Oncológico Oral

Neste ano, o Economus realizou 2.285 entregas de quimioterápicos e medicamentos adjuvantes orais, aprovados pela Anvisa, na residência de 235 beneficiários. O Instituto conta com equipe interna especializada, responsável pela aquisição, controle, monitoramento e distribuição dos medicamentos, o que proporcionou uma economia em torno de

57% se comparado aos valores praticados pela rede credenciada de clínicas e hospitais.

Aquisição de órteses e próteses

Gerenciamento sobre a autorização e aquisição de órteses, próteses, materiais e medicamentos especiais (OPME). Esta conduta permitiu uma redução significativa de custos de aproximadamente R\$ 2 milhões no ano, representando diminuição de 27% da despesa total de OPME, economia essa que se reverte aos nossos beneficiários.

Rede de referência em ortopedia

Tendo em vista que cerca de um terço da população com 65 anos ou mais sofre pelo menos uma queda anualmente, afetando suas atividades diárias, o Instituto implantou a rede de referência em ortopedia com o objetivo de garantir atendimento integrado, desde o diagnóstico até o pós-tratamento por meio de equipe qualificada, propiciando mais comodidade ao paciente e apoio à família.

Hoje, 35% da carteira de beneficiários do Economus é composta por idosos, razão pela qual o Instituto tem priorizado parcerias para o atendimento integral nessa especialidade, principalmente nos casos de quedas e fraturas, uma vez que as fraturas graves em idosos aumentam o tempo de hospitalização, levam a um longo período de reabilitação e diminuem a qualidade de vida desta população.

Dieta Enteral

Fornecimento de dieta enteral (ingestão de alimentos realizada por sonda) aos pacientes em atendimento domiciliar, por meio de empresa especializada. Essa conduta proporcionou qualidade assistencial, agilidade e controle de entrega, além de uma redução significativa de custos de aquisição em aproximadamente R\$ 4,2 milhões no ano.

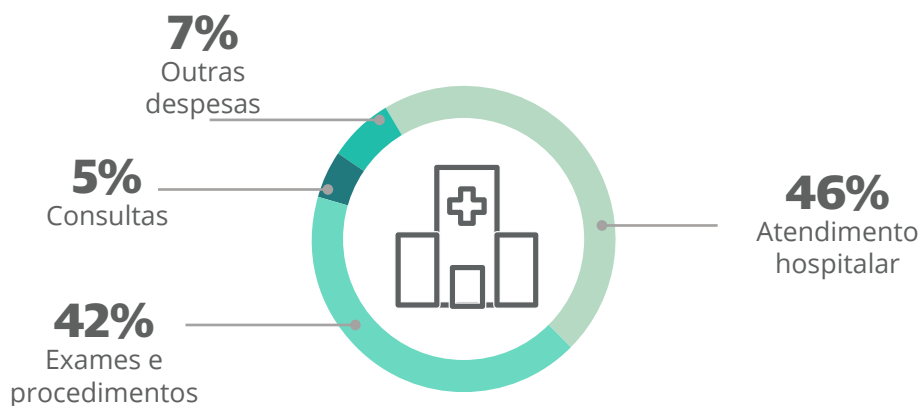
Regulação em saúde

O objetivo da regulação em saúde é avaliar adequadamente o tratamento para cada paciente, com orientação técnica, quanto a real necessidade de realização de procedimentos envolvendo Órteses, Próteses, Materiais e Medicamentos Especiais (OPME). Este ano, foram encaminhados 116 pacientes para avaliações específicas por meio de, no mínimo, uma segunda opinião.

Análise de Guias Médicas

Em 2016, foram autorizadas e analisadas aproximadamente 715 mil guias referentes às despesas assistenciais, por equipes de médicos, enfermeiros e analistas, representando um aumento de 10% se comparado a 2015, com 650 mil guias processadas.

Diariamente foram analisadas, em média, 2.815 guias, assegurando a correta cobrança sobre a utilização e pertinência dos itens faturados nas contas médicas. Confira no gráfico a distribuição das despesas.



Rede Credenciada

Com o objetivo de reforçar a rede credenciada, ocorreram 403 novos credenciamentos em diversas regiões do estado de São Paulo. Veja abaixo o quadro com o ranking e distribuição dos novos credenciados pelo Estado de São Paulo:

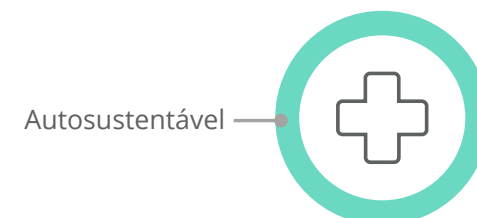
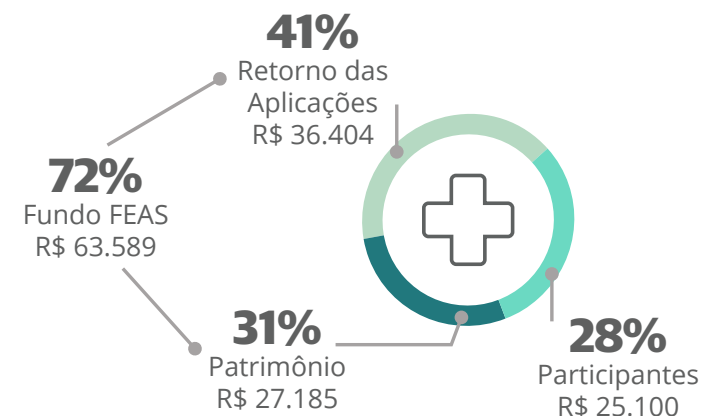
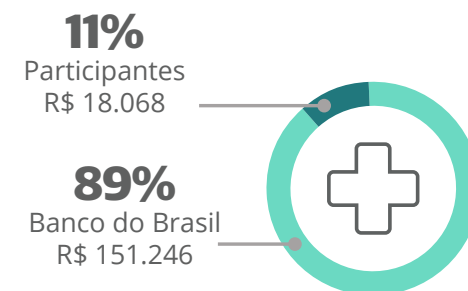
Distribuição de Prestadores Credenciados em 2016 por Região de Saúde ANS

Credenciamentos ocorridos nos últimos 12 meses

Ranking	Região de Saúde ANS	Qtde. Prestadores	Percentual
1	Grande São Paulo	150	37,22%
2	Sorocaba	45	11,17%
3	Taubaté	40	9,93%
4	Campinas	32	7,94%
5	Baixada Santista	24	5,96%
6	São José do Rio Preto	22	5,46%
7	Ribeirão Preto	20	4,96%
8	Bauru	12	2,98%
9	Piracicaba	11	2,73%
10	Presidente Prudente	9	2,23%
11	Franca	8	1,99%
12	Marília	8	1,99%
13	Araçatuba	7	1,74%
14	São João da Boa Vista	6	1,49%
15	Araraquara	5	1,24%
16	Barretos	4	0,99%
17	Registro	0	0,00%
Total		403	100%

Resultado Geral dos Planos de Saúde

A seguir os resultados dos principais planos assistenciais de saúde distribuídos por custeador:





CAPÍTULO 5

Gestão de Investimentos

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Neste capítulo são apresentadas informações sobre os cenários econômicos e as políticas de investimentos, assim como a descrição dos recursos constantes dos Demonstrativos de Investimentos e os custos incorridos com a administração de recursos.

Na gestão dos recursos são adotados procedimentos operacionais e modelos de avaliação que buscam incrementar o desempenho dos investimentos, observando os limites de risco, liquidez e diversificação de ativos, com foco na preservação do patrimônio e no alcance dos melhores resultados.

GESTÃO DE INVESTIMENTO DO ECONOMUS

Os critérios estabelecidos para a condução dos investimentos estão pautados nos seguintes pilares:

- **Cenário Econômico:** é um importante suporte para definição dos direcionamentos estratégicos dos recursos. Considera a definição de cenários alternativos (cenários base, benigno e adverso) e seus impactos sobre os resultados dos investimentos;
- **Estudo de Ativos e Passivos:** é uma ferramenta que tem como principal função a definição da alocação estratégica para identificar os ativos disponíveis com as melhores condições, do ponto de vista de rentabilidade, risco e liquidez, a fim de honrar com os pagamentos de benefícios ao longo da existência dos planos administrados pelo Instituto;
- **Planejamento dos Investimentos:** é o gerenciamento que tem por objetivo definir as ações de curto prazo com foco na otimização dos resultados obtidos pelas carteiras de investimentos, sem se distanciar da estratégia de longo prazo e da liquidez necessária para honrar com as obrigações assumidas como o Participantes e Assistidos.

CENÁRIO ECONÔMICO

Ambiente Internacional

O ano de 2016 apresentou como destaques os seguintes pontos:

- Elevação da taxa básica de juros dos EUA, até chegar ao patamar entre 0,50% a 0,75% a.a, refletindo aceleração da atividade econômica e da inflação naquele país, bem como os níveis de emprego beirando as metas da autoridade monetária norte-americana;
- Elevação da liquidez global, especialmente com relação à continuidade dos programas de incentivo monetário na Europa e Japão, favorecendo o fluxo de capitais, especialmente para países emergentes;
- Resultados políticos que contrariaram as expectativas de pesquisas, a exemplo do plebiscito do Brexit que sinalizou a saída do Reino Unido do Bloco da

União Europeia, e da eleição de Donald Trump nos EUA;

- Manutenção do patamar de crescimento da atividade chinesa em níveis próximos a 6,5% a.a, porém com maior nível de incerteza do esforço necessário para manutenção desse nível de crescimento econômico para os próximos anos.

Ambiente Doméstico

No âmbito doméstico, os principais destaques foram:

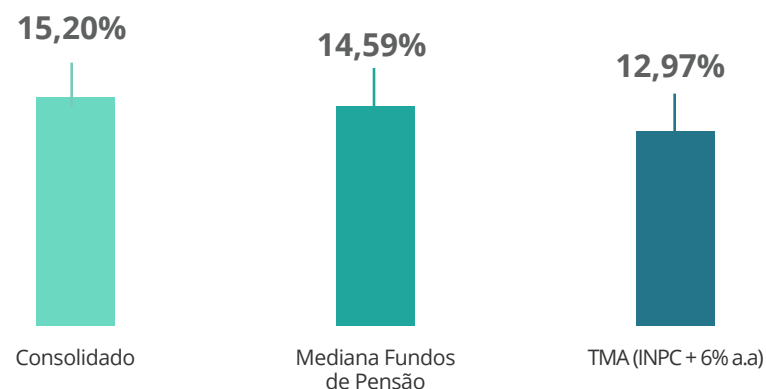
- A troca de governo federal, por meio do processo de impeachment, que resultou em ações referentes ao ajuste fiscal, na qual se destaca a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional e no início das tratativas sobre reforma trabalhista e da previdência;
- Redução expressiva da atividade econômica brasileira, impactando em praticamente todos os setores que compõem a cadeia produtiva, bem como nos níveis de confiança da indústria e do consumidor na economia;
- O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu pelo segundo ano seguido em 2016 e confirmou a pior recessão da história do país, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A retração foi de 3,6% em relação ao ano anterior (2015 a economia recuou 3,8%);
- O Banco Central deu início ao ciclo de queda da taxa básica de juros (SELIC), que fechou o ano em 13,75% a.a., contra 14,75% a.a. em 2015, refletindo também em menor inflação oficial medida pelo IPCA, com 6,29% em 2016 contra 10,67% no ano anterior;
- Valorização dos ativos de renda variável, influenciada principalmente pelo fluxo de investimento estrangeiro e expectativas com relação ao ajuste fiscal, onde o IBrX reportou rentabilidade de 36,70%, primeiro resultado anual positivo desde 2012.

RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

Como o cenário e as decisões da gestão impactaram os investimentos do Economus

A conjuntura econômica apresentada trouxe grande volatilidade para os mercados, elevando o risco e exigindo ainda mais cautela nas decisões de investimentos. Neste ambiente de maiores riscos e oportunidades, o resultado consolidado dos investimentos atingiu 15,20% no ano, equivalente a INPC+8,32%.

Retorno Consolidado do Economus



Obs: As medianas dos retornos dos Fundos de Pensão apresentadas neste relatório foram fornecidas pela consultoria contratada e reflete as informações de 115 Entidades Fechadas de Previdência Complementar e patrimônio de aproximadamente R\$ 201 bilhões.

A posição patrimonial apresentou evolução nominal de 8,66% quando comparado com a posição dos investimentos do mês de dezembro do exercício anterior, que registrava o montante de R\$ 5.462,3 milhões.

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO CONSOLIDADA			
	%	31/12/2015	%	30/12/2016
Renda Fixa	84,79%	4.631.414.812,02	86,65%	5.142.932.541,42
Renda Variável	6,02%	328.867.726,08	4,84%	287.651.084,64
Investimentos Estruturados	4,88%	266.774.962,90	4,69%	278.192.971,07
Investimentos no Exterior	0,16%	8.912.013,34	-	-
Imóveis	2,24%	122.348.859,90	1,87%	111.017.983,00
Empréstimos	1,91%	104.029.838,93	1,95%	115.600.265,59
Total de Investimentos	100,00%	5.462.348.213,17	100,00%	5.935.394.845,72

Segmento de Renda Fixa

Diante da conjuntura econômica citada, as oscilações nos preços dos ativos propiciaram oportunidades de negócios que agregaram ao resultado dos investimentos do Economus, com foco no médio e longo prazo dos planos.

Os movimentos abruptos das taxas de juros futuras e especulações acerca das reformas que estavam por vir permitiram que o Economus realizasse operações importantes, como as aquisições a seguir apresentadas:

OPERAÇÃO	RISCO	TAXA	VALOR
Letras Financeiras	Baixo risco de crédito	111,70% da Selic	107,5 milhões
Títulos Públicos	Soberano	IPCA + 6,45% aa	83,5 milhões
Letras Financeiras	Baixo risco de crédito	IPCA + 7,31% aa	77,0 milhões

Como resultado em 2016, o retorno do segmento de renda fixa foi de 110,6% do CDI e, em comparação com a inflação, representou INPC + 8,35%.

Renda Fixa Economus**Índices de Referência**

*TMA: INPC+6% a.a.

Obs: As medianas dos retornos dos Fundos de Pensão apresentadas neste relatório foram fornecidas pela consultoria contratada e reflete as informações de 115 Entidades Fechadas de Previdência Complementar e patrimônio de aproximadamente R\$ 201 bilhões.

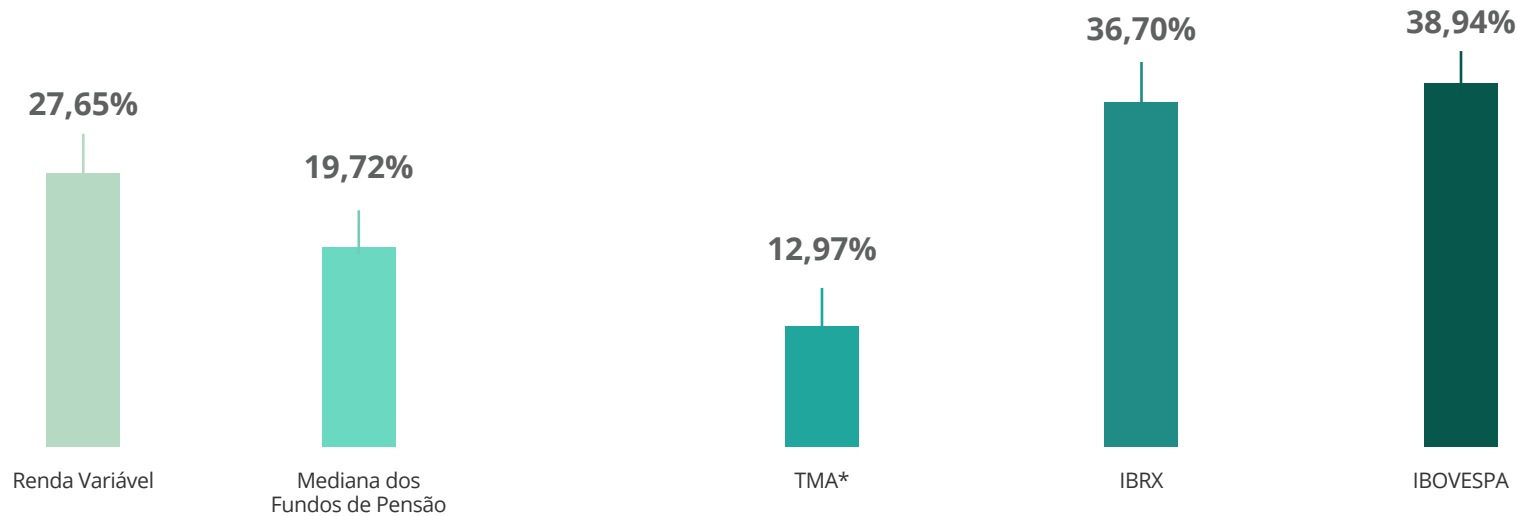
Segmento de Renda Variável

No início do ano, avaliando a precificação dos ativos em bolsa, o Economus optou por manter os investimentos nesse segmento, finalizando 2016 com exposição de 4,8% do total do patrimônio consolidado.

Essa opção se mostrou acertada, visto que a postergação do aumento das taxas de juros nos Estados Unidos, incrementando a liquidez global, bem como a pauta das propostas de reformas pelo Governo brasileiro, trouxeram ânimo ao mercado a partir do 2º trimestre, o que permitiu que os investimentos em renda variável apresentassem um retorno de 27,65% em 2016.

Renda Variável Economus

Índices de Referência



*TMA: INPC+6% a.a.

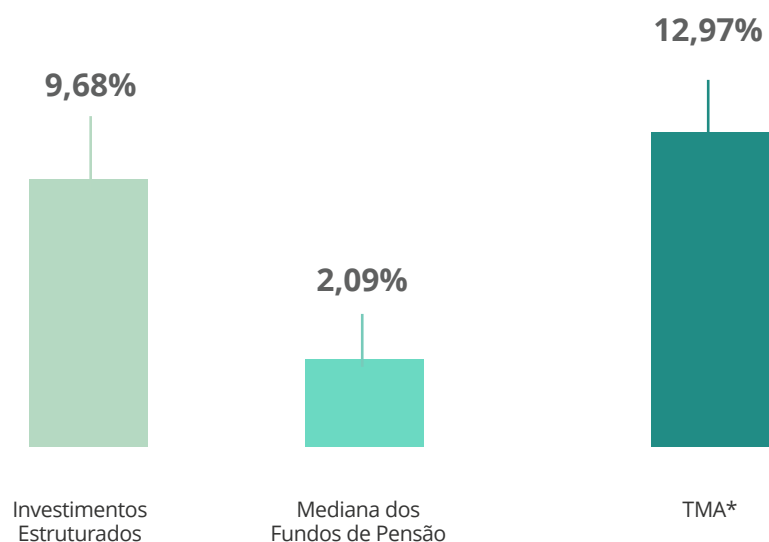
Obs: As medianas dos retornos dos Fundos de Pensão apresentadas neste relatório foram fornecidas pela Consultoria Contratada e refletem as informações de 115 Entidades Fechadas de Previdência Complementar e patrimônio de aproximadamente R\$ 201 bilhões.

A rentabilidade apresentada no segmento de renda variável ficou abaixo do IBRX e Ibovespa, conforme tabela acima, devido ao perfil conservador e resiliente das empresas que compõem as carteiras dos fundos investidos pelo Economus. Além disso, houve a decisão de não participar dos movimentos especulativos em ações mais voláteis e com resultados de curto prazo, que tiveram suas cotações impulsionadas pelo fluxo de investimento estrangeiro ao longo do ano. No entanto, comparativamente à mediana dos retornos dos Fundos de Pensão, o resultado do Economus, dado o perfil conservador das aplicações, ficou acima do esperado.

Segmento de Investimentos Estruturados

Diferentemente do segmento de renda variável, que antecipa as expectativas de melhora na atividade econômica, os Investimentos Estruturados refletem os dados reais da economia, ou seja, demonstram as consequências da atividade econômica fraca, incluindo investimentos, consumo e gastos do governo, registrada ao longo de 2016. Dessa maneira, os resultados ficaram abaixo do esperado, mas com perspectivas favoráveis para o longo prazo e alguns destaques positivos, conforme expostos a seguir.

Investimentos Estruturados Economus



*TMA: INPC+6% a.a.

Obs: As medianas dos retornos dos Fundos de Pensão apresentadas neste relatório foram fornecidas pela Consultoria Contratada e reflete as informações de 115 Entidades Fechadas de Previdência Complementar e patrimônio de aproximadamente R\$ 201 bilhões. A mediana dos Fundos de Pensão considera a rentabilidade das carteiras de Fundos de Investimento em Participações.

Como destaques positivos e importantes, do ponto de vista de evolução do patrimônio e de diversificação do portfólio, é possível citar o desinvestimento completo do primeiro Fundo de Investimento em Participações (FIP) investido pelo Economus, que teve seu início em 2007 com desempenho superior a IPCA + 10,50% a.a. em todo o ciclo do investimento. Além disso, o resultado do FIP investidor do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB-Re), investimento mais representativo do segmento, foi superior a 50% nominal no ano

de 2016, já retornando a integralidade do capital investido, representando IPCA + 43% no ano e acumulando IPCA + 30% desde o seu início em 2014.

Segmento de Empréstimos

Em 2016, os empréstimos aos participantes e assistidos propiciaram retorno de 18,65%. No segundo semestre, o Economus tomou a decisão de reduzir as taxas de juros e aumentar os valores e prazos para concessão, além de realizar simplificações operacionais, com o objetivo de elevar os recursos alocados nesse segmento.

Segmento de Imóveis

O segmento de imóveis apresentou queda de 10,24% no ano de 2016. A desvalorização da carteira foi devido à reavaliação do valor contábil dos imóveis, que é realizada anualmente, e seguiu a conjuntura para o segmento imobiliário na capital paulista, em que foi observada a elevação da vacância dos imóveis comerciais e a queda de seu valor patrimonial.

Como destaque positivo, em que pese o cenário ao longo do ano, foi finalizada a construção do Edifício Bela Cintra Corporate, na Rua Bela Cintra, São Paulo – SP. Apesar da atual adversidade do mercado imobiliário brasileiro, o Economus está em fase de negociação para fechar a locação de 100% do imóvel, por quinze anos, junto à empresa de grande porte e solidez financeira.

DISTRIBUIÇÃO DO PATRIMÔNIO E RETORNO DOS INVESTIMENTOS POR PLANOS E PROGRAMAS

Previdencial

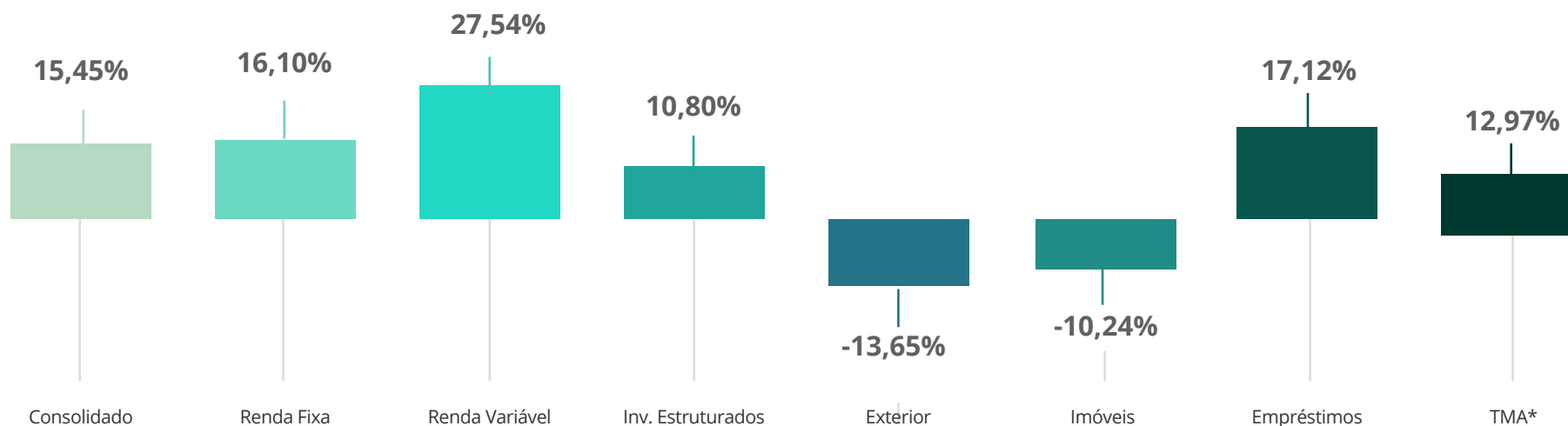
Nas tabelas comparativas de alocações, temos a distribuição dos investimentos por segmento e classe de ativos das carteiras distribuídas ao final de 2015 e 2016.

I. Regulamento Geral (Grupo C)

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO			
	%	31/12/2015	%	30/12/2016
Renda Fixa	81,66%	3.117.464.383,25	83,57%	3.338.386.072,32
Títulos Públicos	77,76%	2.968.863.295,66	78,15%	3.121.969.766,84
Títulos Privados	1,93%	73.553.206,78	3,86%	154.266.153,04
Fundos de Investimento	1,97%	75.047.880,81	1,56%	62.150.152,44
Renda Variável	7,14%	272.572.289,52	5,98%	238.641.622,66
Fundos de Ações	7,14%	272.572.289,52	5,98%	238.641.622,66
Investimentos Estruturados	6,27%	239.374.781,52	6,22%	248.578.800,46
FII (Imobiliário)	1,44%	54.986.179,64	1,34%	53.763.227,25
FIP (Participações)	4,83%	184.388.601,88	4,88%	194.815.573,21
Investimentos no Exterior	0,23%	8.912.013,34		
Fundos de Investimento no Exterior	0,23%	8.912.013,34		
Imóveis¹	3,20%	122.348.859,90	2,78%	111.017.983,00
Imóveis - Aluguéis e Renda	3,20%	122.348.859,90	2,78%	111.017.983,00
Empréstimos	1,50%	57.074.095,84	1,45%	57.954.480,98
Empréstimos a Participantes	1,50%	57.074.095,84	1,45%	57.954.480,98
Total dos Investimentos	100,00%	3.817.746.423,37	100,00%	3.994.578.959,42

¹Os valores referentes aos aluguéis a receber não foram considerados na posição

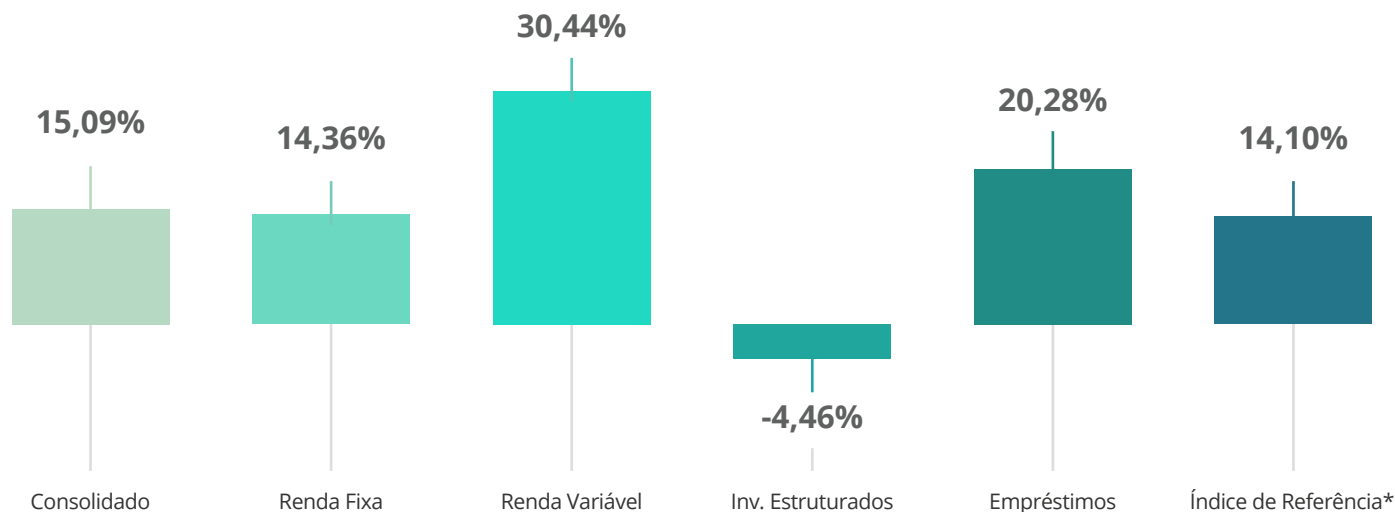


*TMA: Meta de Rentabilidade INPC + 6% a.a.

II. PrevMais

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO			
	%	31/12/2015	%	30/12/2016
Renda Fixa	92,61%	1.120.382.838,33	92,67%	1.381.609.876,74
Títulos Públicos	17,94%	217.079.749,13	16,71%	249.151.015,32
Títulos Privados	15,36%	185.762.595,33	22,28%	332.191.950,29
Fundos de Investimento	59,31%	717.540.493,87	53,68%	800.266.911,13
Renda Variável	3,32%	40.157.233,12	3,29%	49.009.461,98
Fundos de Ações	3,32%	40.157.233,12	3,29%	49.009.461,98
Investimentos Estruturados	0,19%	2.306.570,72	0,18%	2.775.032,52
FIP (Participações)	0,19%	2.306.570,72	0,18%	2.775.032,52
Empréstimos	3,88%	46.955.743,09	3,86%	57.505.167,56
Empréstimos a Participantes	3,88%	46.955.743,09	3,86%	57.505.167,56
Total dos Investimentos	100,00%	1.209.802.385,26	100,00%	1.490.899.538,80



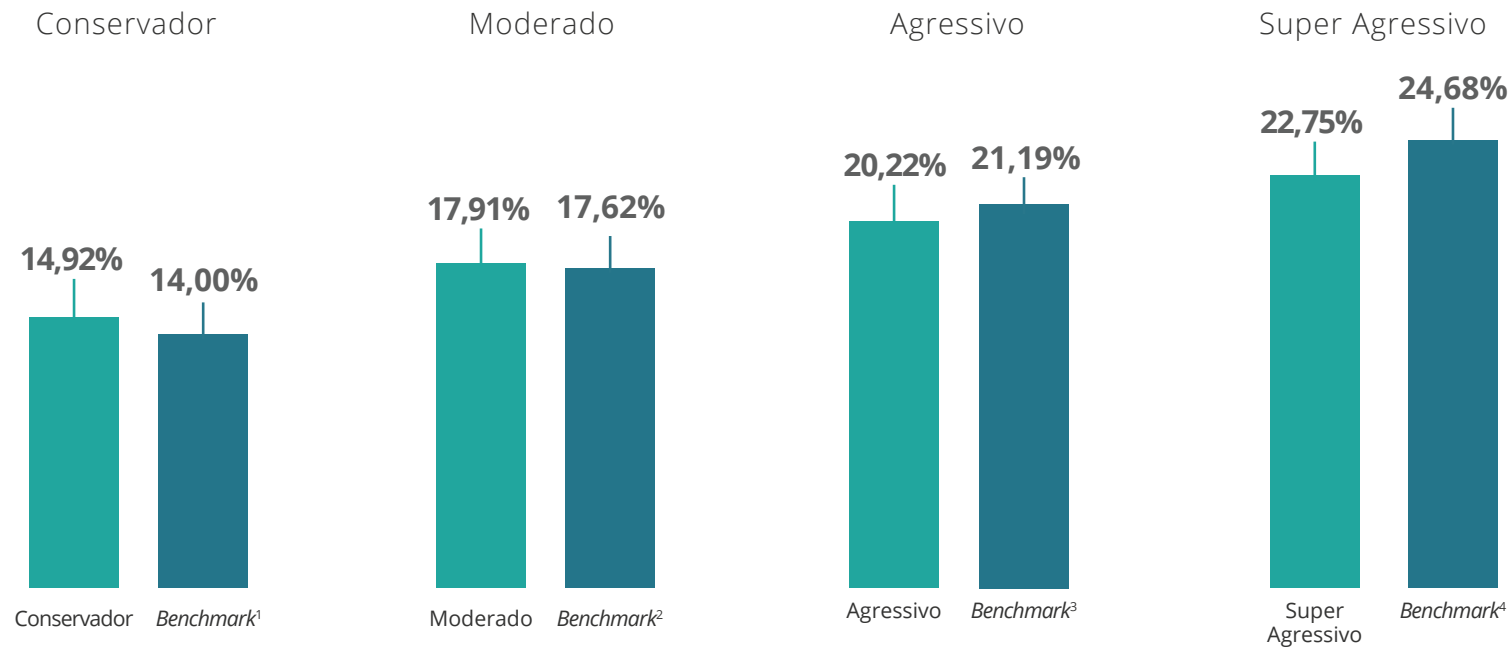
*Índice de referência composto por 73% (CDI) + 2% (IBRX) + 25% (INPC + 5,39%)

PrevMais Renda Programada

O PrevMais Renda Programada possui quatro diferentes perfis de investimento:

- Perfil Conservador: composto por ativos de renda fixa e empréstimos (100%). Essa classe de investimento é destinada aos participantes com tolerância a risco relativamente baixa e é recomendada para aqueles com pouco tempo para requerer a aposentadoria no PrevMais;
- Perfil Moderado: composto por ativos de renda fixa e empréstimos (85%) e renda variável (15%). É destinado aos participantes com alguma tolerância ao risco e visão de médio e longo prazo;
- Perfil Agressivo: composto por ativos do segmento de renda fixa e empréstimos (70%) e renda variável (30%). Esse perfil é destinado aos participantes que ainda falta algum tempo para requerer a aposentaria e aceitam maior volatilidade em seus investimentos e, portanto, estão dispostos a correr riscos maiores em busca de retornos mais elevados no longo prazo;
- Perfil Super Agressivo: composto por ativos de renda fixa e empréstimos (55%) e renda variável (45%). É destinado aos participantes que possuem acentuada tolerância ao risco, com vistas a buscar retornos mais elevados no longo prazo. Esse perfil é mais adequado para aquele que esteja iniciando a sua carreira profissional e tenha vários anos para requerer a aposentadoria no plano.

O quadro abaixo apresenta o resultado dos Perfis de Investimentos do plano PrevMais no ano de 2016 e seus respectivos *benchmarks*.



¹ Parâmetro de comparação composto = 100% CDI

² Parâmetro de comparação composto = 85% do CDI e 15% do IBrX

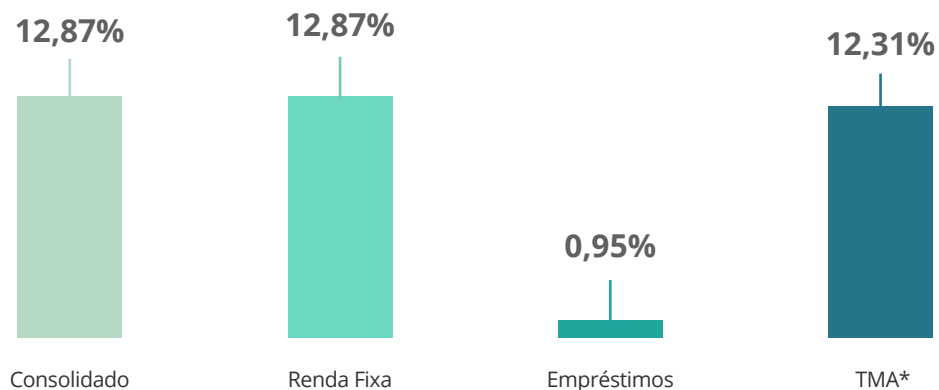
³ Parâmetro de comparação composto = 70% do CDI e 30% do IBrX

⁴ Parâmetro de comparação composto = 55% do CDI e 45% do IBrX

III. Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO			
	%	31/12/2015	%	30/12/2016
Renda Fixa	100,00%	31.296.334,81	99,64%	39.051.408,39
Títulos Públicos	46,06%	14.414.588,45	56,41%	22.108.535,35
Títulos Privados	7,06%	2.209.467,55	16,94%	6.640.174,62
Fundos de Investimento	46,88%	14.672.278,81	26,29%	10.302.698,42
Empréstimo ¹			0,36%	140.617,05
Empréstimo a Participantes			0,36%	140.617,05
Total dos Investimentos	100,00%	31.296.334,81	100,00%	39.192.025,44

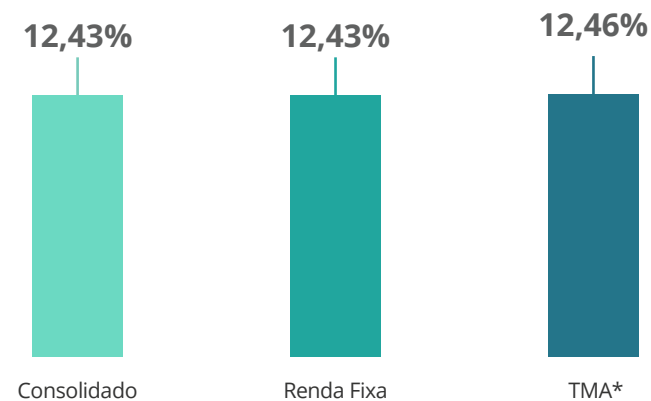
¹Início em Outubro/2016

*TMA: Meta de Rentabilidade INPC + 5,38% a.a.

IV. Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO			
	%	31/12/2015	%	30/12/2016
Renda Fixa	100,00%	21.261.510,65	100,00%	24.416.750,14
Títulos Públicos	65,16%	13.855.183,79	68,75%	16.786.616,37
Títulos Privados	9,60%	2.040.824,51	18,03%	4.403.256,37
Fundos de Investimento	25,24%	5.365.502,35	13,22%	3.226.877,40
Total dos Investimentos	100,00%	21.261.510,65	100,00%	24.416.750,14

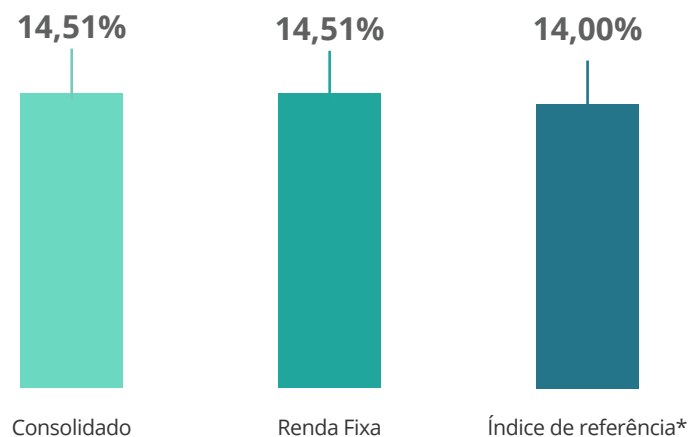


*TMA: Meta de Rentabilidade INPC + 5,52% a.a.

V. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO			
	%	31/12/2015	%	30/12/2016
Renda Fixa	100,00%	53.904.277,02	100,00%	71.871.821,60
Títulos Públicos	10,92%	5.886.495,42	9,34%	6.711.405,63
Títulos Privados	2,60%	1.402.734,83	9,87%	7.095.248,07
Fundos de Investimento	86,48%	46.615.046,77	80,79%	58.065.167,90
Total dos Investimentos	100,00%	53.904.277,02	100,00%	71.871.821,60



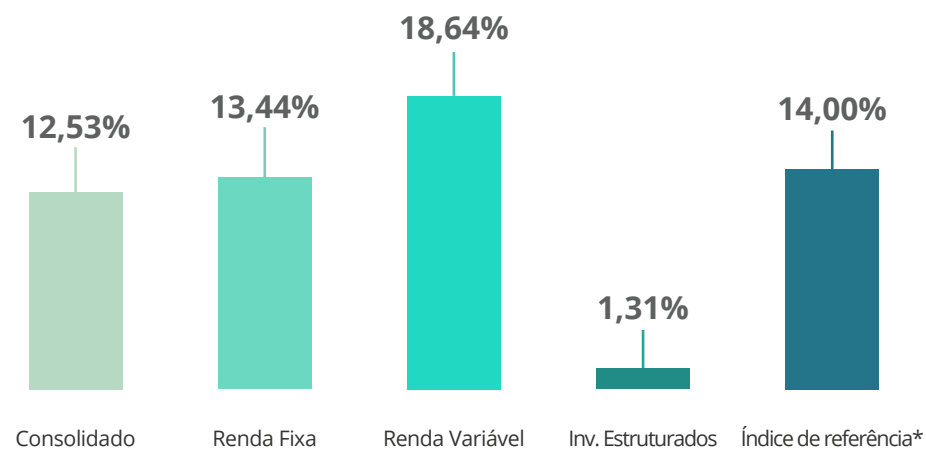
*Índice de Referência CDI

Assistencial

I. Fundo Economus de Assistência Social - FEAS

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO			
	%	31/12/2015	%	30/12/2016
Renda Fixa	86,00%	253.358.702,64	90,28%	249.195.002,60
Títulos Públicos	55,59%	163.779.858,52	58,76%	162.181.989,07
Títulos Privados	21,63%	63.708.872,32	26,33%	72.691.511,86
Fundos de Investimento	8,78%	25.869.971,80	5,19%	14.321.501,67
Renda Variável	5,48%	16.138.203,44		
Fundos de Ações	5,48%	16.138.203,44		
Investimentos Estruturados	8,52%	25.093.610,66	9,72%	26.839.138,09
FIP (Participações)	8,52%	25.093.610,66	9,72%	26.839.138,09
Total dos Investimentos	100,00%	294.590.516,74	100,00%	276.034.140,69

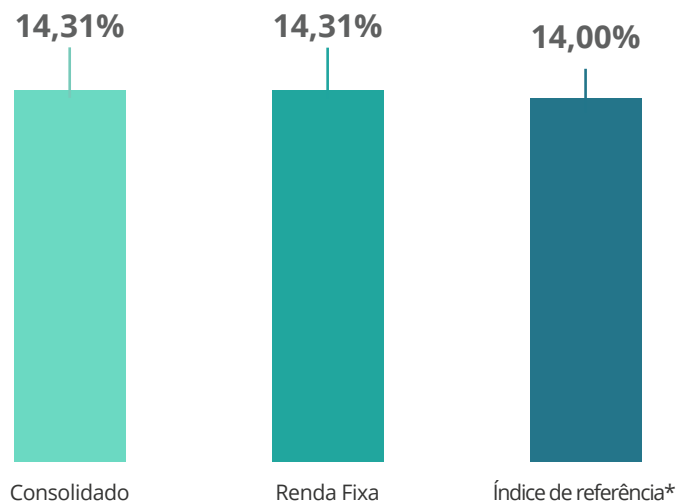


*Índice de Referência CDI

II. Ecomus Família

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO			
	%	31/12/2015	%	30/12/2016
Renda Fixa	100,00%	11.979.526,24	100,00%	16.240.542,15
Títulos Públicos	44,38%	5.316.428,21	37,32%	6.060.818,59
Fundos de Investimento	55,62%	6.663.098,03	62,68%	10.179.723,56
Total dos Investimentos	100,00%	11.979.526,24	100,00%	16.240.542,15



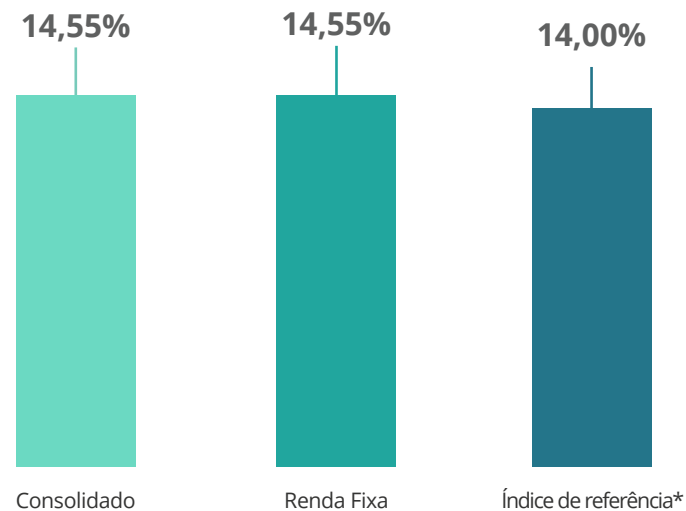
*Índice de Referência CDI

III. Administrativo Assistencial / Eco Saúde / PAMC

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO ¹			
	%	31/12/2015	%	30/12/2016
Renda Fixa	100,00%	21.767.239,08	100,00%	22.161.067,48
Fundos de Investimento	100,00%	21.767.239,08	100,00%	22.161.067,48
Total dos Investimentos	100,00%	21.767.239,08	100,00%	22.161.067,48

¹ A Posição Consolidada em 31/12/2015 não contempla Eco Saúde e PAMC



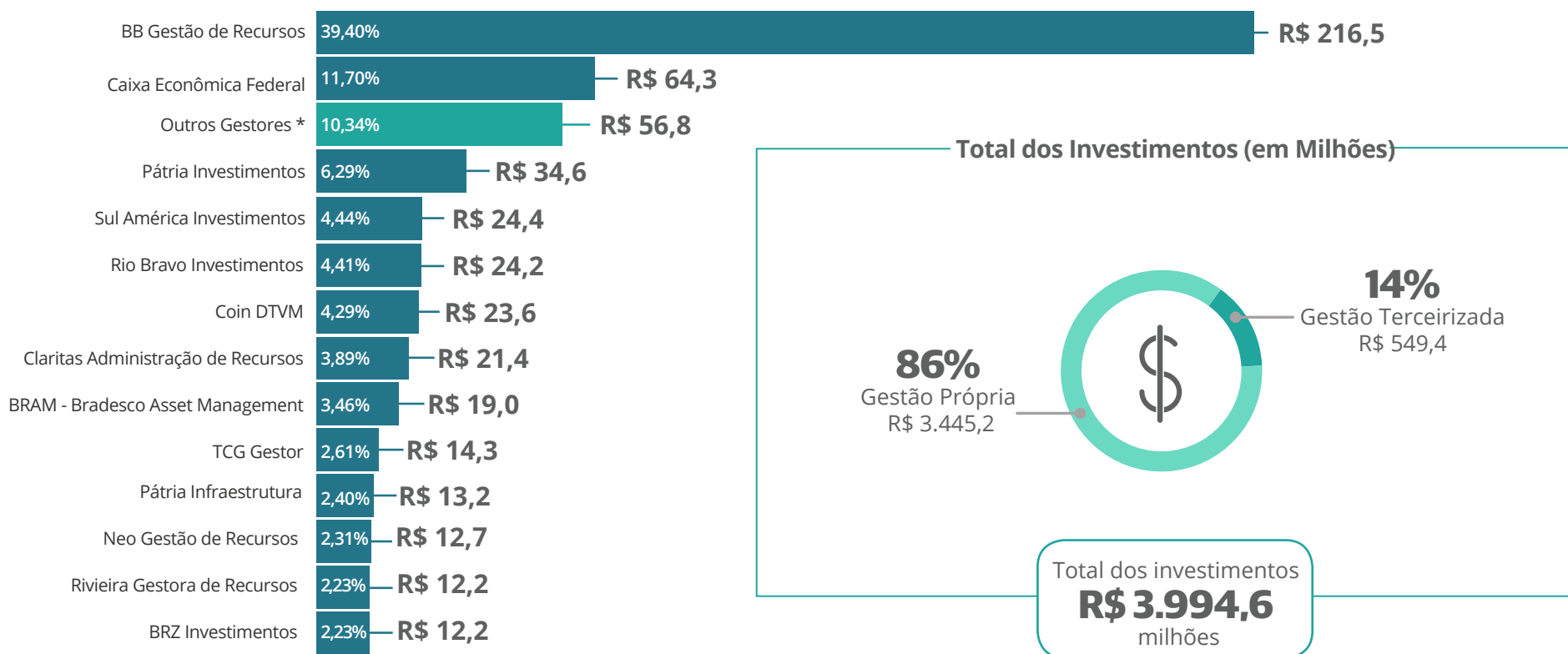
*Índice de Referência CDI

Montante dos Investimentos com Gestão Própria e Terceirizada

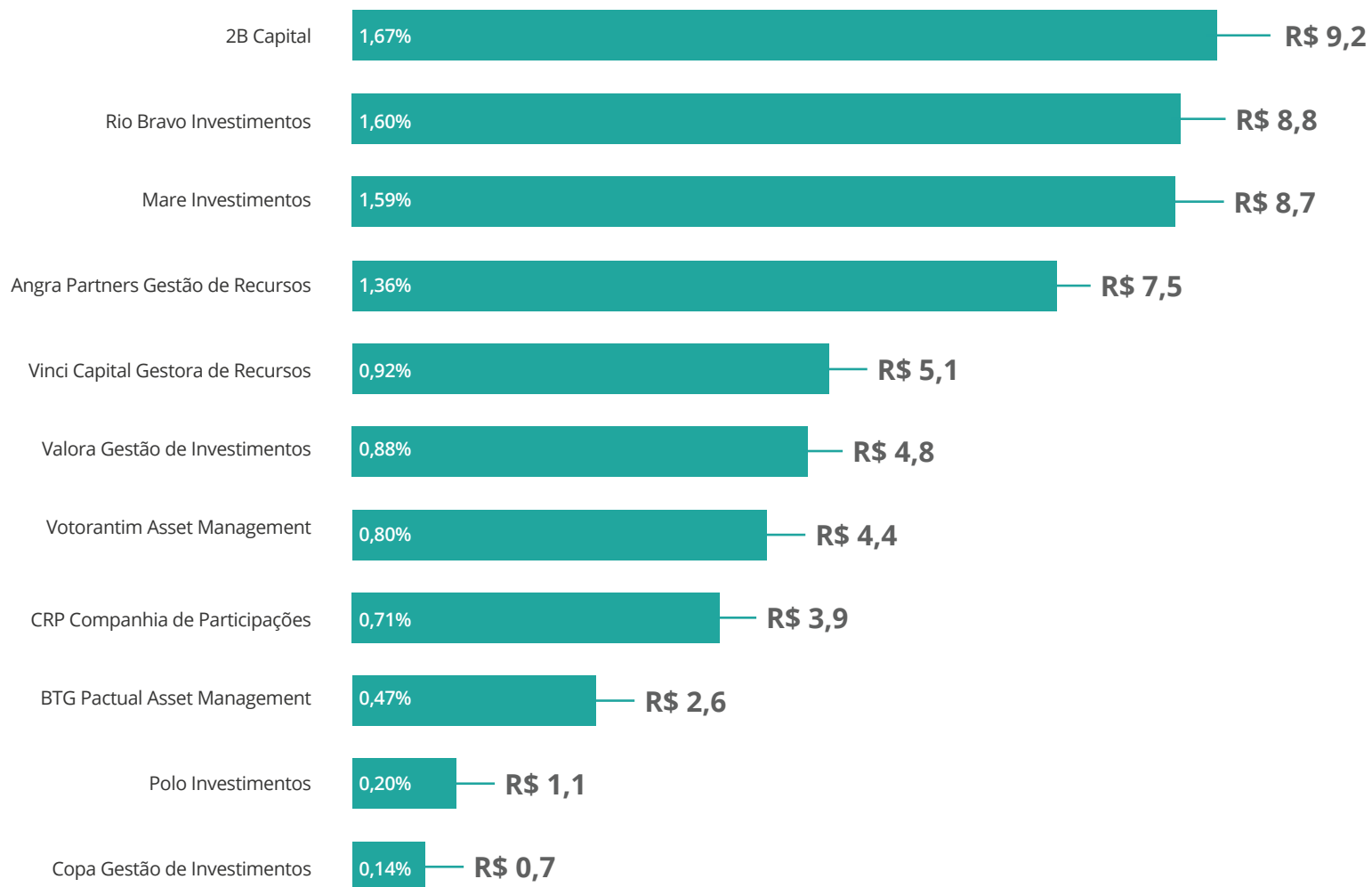
A apresentação dos investimentos neste item está segregada entre Gestão Própria (carteira proprietária) e Gestão Terceirizada (gestores contratados). Desse modo, apresentamos nos gráficos a seguir o montante de recursos utilizando-se do critério de segregação mencionado. O Economus busca minimizar os riscos de concentração e operacional por meio de uma política de diversificação, utilizando o modelo desenvolvido internamente, para a abertura de limite técnico para instituições financeiras e para gestoras de recursos independentes, previsto em Instruções Normativas internas.

I. Regulamento Geral (Grupo C)

Investimentos da Gestão Terceirizada (em Milhões)

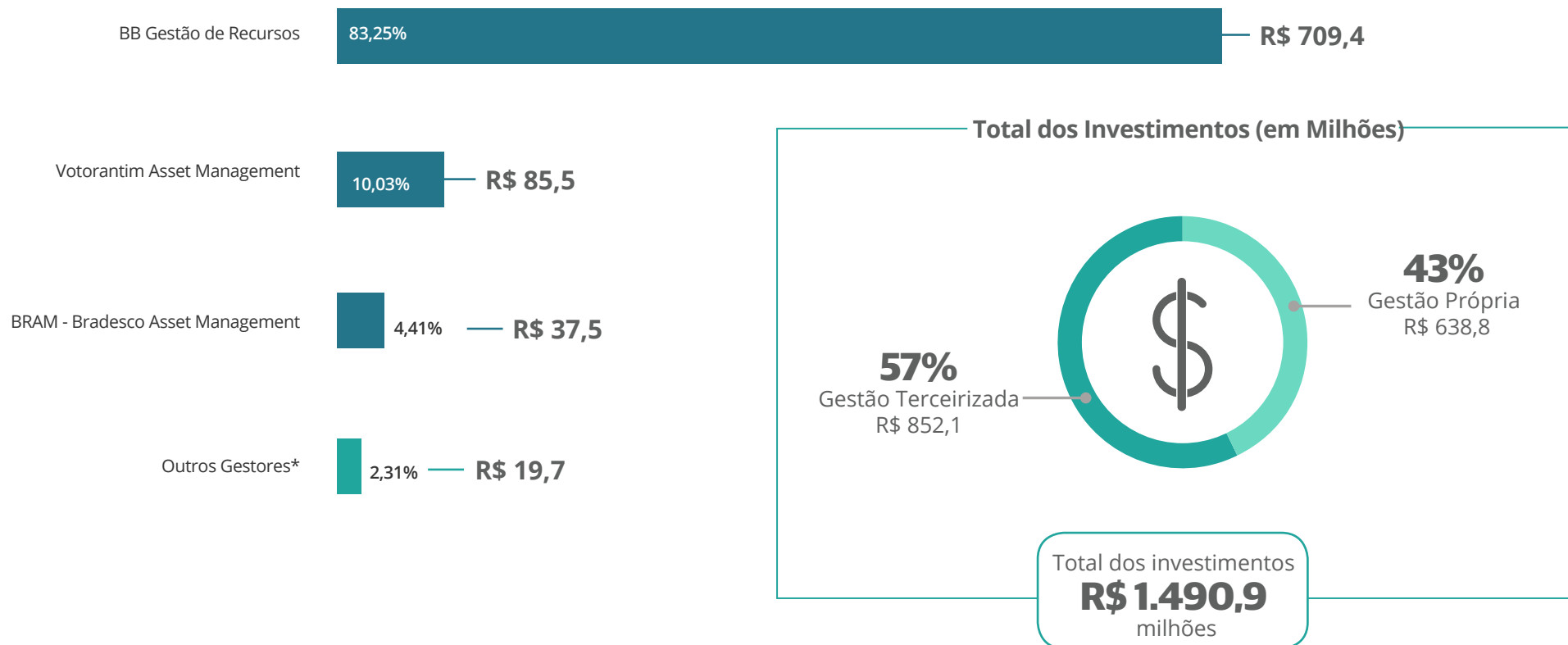


Obs: Os fundos de investimento em cotas Eco Cash e Eco Stocks, da gestora Sul América Investimentos, concentram os investimentos alocados na BB Gestão de Recursos, Rio Bravo Investimentos, BRAM – Bradesco Asset Management e Votorantim Asset Management.

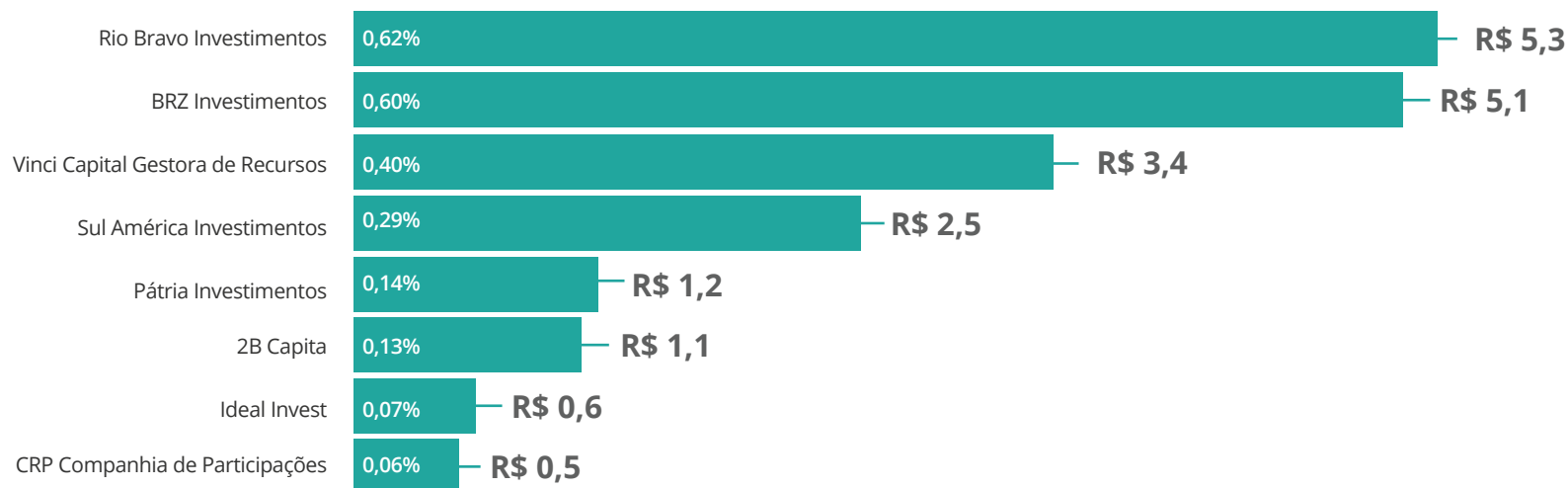
Outros Gestores *

II. PrevMais

Investimentos da Gestão Terceirizada (em Milhões)



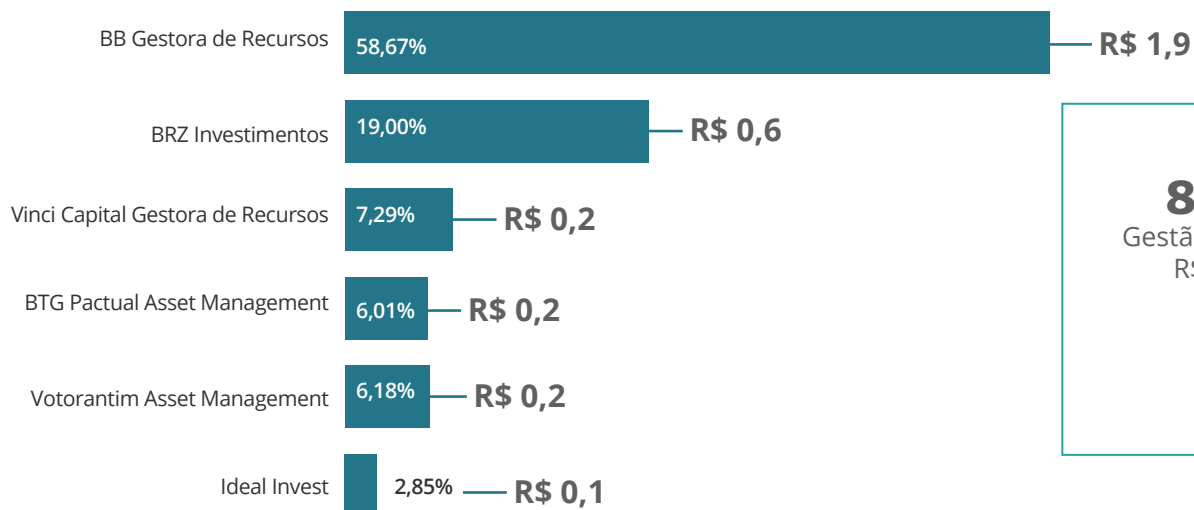
Obs: Os fundos de investimento em cotas Eco Cash e Eco Stocks, da gestora Sul América Investimentos, concentram os investimentos alocados na BB Gestão de Recursos, Rio Bravo Investimentos, BRAM – Bradesco Asset Management e Votorantim Asset Management.

Outros Gestores ***III. Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)****Investimentos da Gestão Terceirizada (em Milhões)**

Obs: O fundo de investimento em cotas Eco Cash, da gestora Sul América Investimentos, concentra os investimentos alocados na BB Gestão de Recursos e Votorantim Asset Management.

IV. Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)

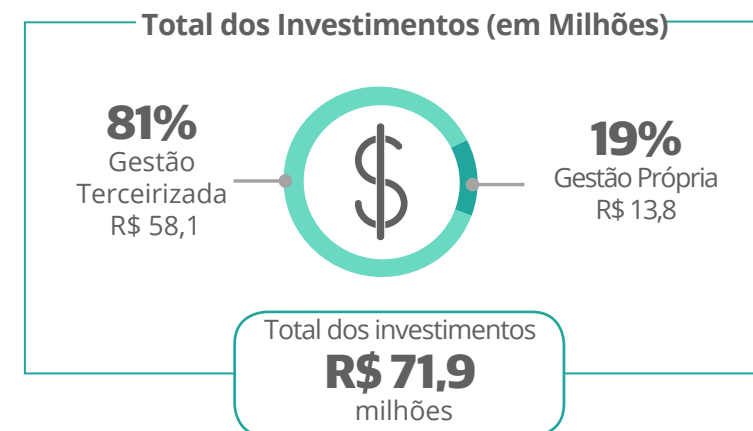
Investimentos da Gestão Terceirizada (em Milhões)



Obs: O fundo de investimento em cotas Eco Cash, da gestora Sul América Investimentos, concentra os investimentos alocados na BB Gestão de Recursos e Votorantim Asset Management.

V. PGA

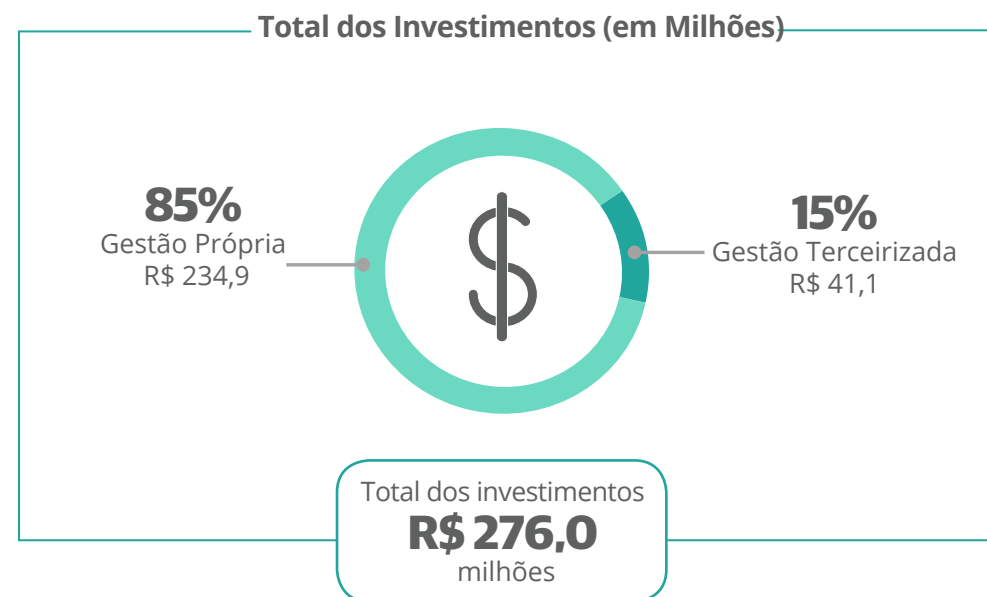
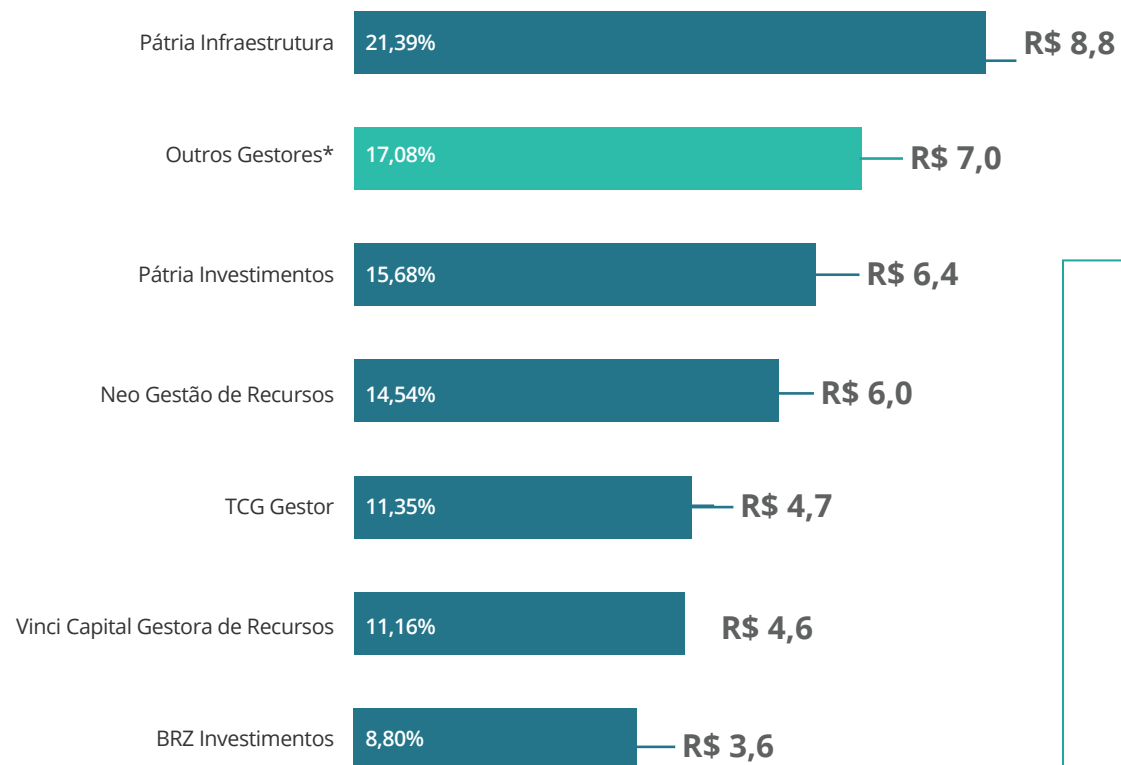
Investimentos da Gestão Terceirizada (em Milhões)



Obs: O fundo de investimento em cotas Eco Cash, da gestora Sul América Investimentos, concentra os investimentos alocados na BB Gestão de Recursos e Votorantim Asset Management.

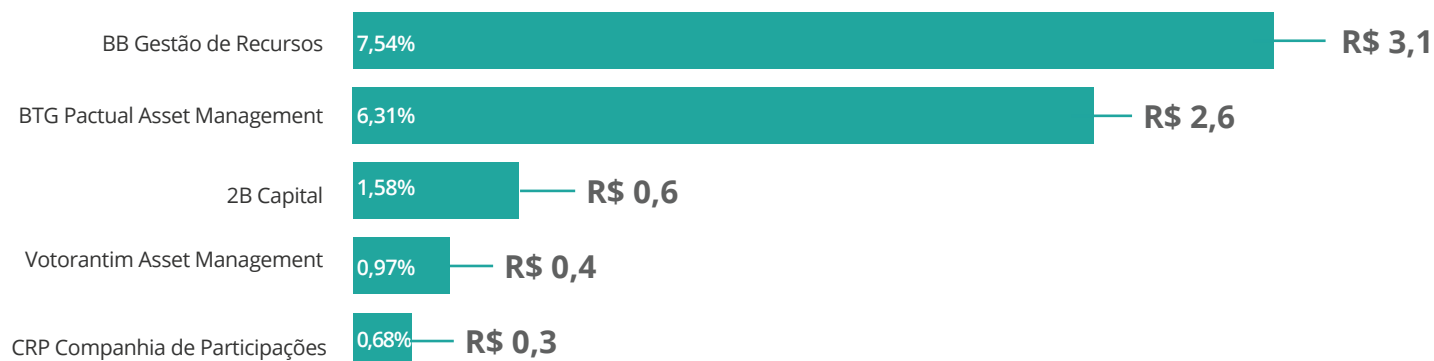
VI. Fundo Ecomus de Assistência Social - FEAS

Investimentos da Gestão Terceirizada (em Milhões)



Obs: O fundo de investimento em cotas Eco Cash, da gestora Sul América Investimentos, concentra os investimentos alocados na BB Gestão de Recursos e Votorantim Asset Management

Outros Gestores *



VII. Economus Família

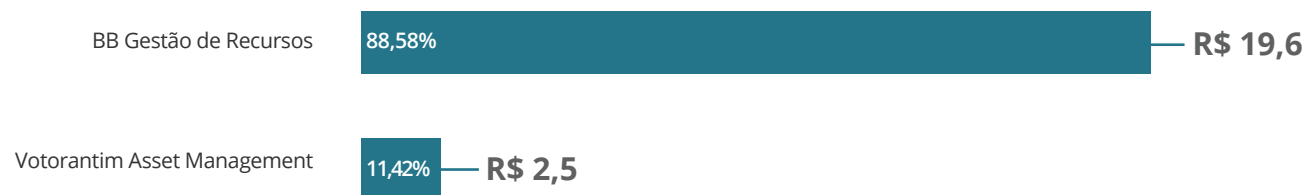
Investimentos da Gestão Terceirizada



Obs: O fundo de investimento em cotas Eco Cash, da gestora Sul América Investimentos, concentra os investimentos alocados na BB Gestão de Recursos e Votorantim Asset Management.

VII. Administrativo Assistencial / Eco Saúde / PAMC

Investimentos da Gestão Terceirizada (em Milhões)



Obs: O fundo de investimento em cotas Eco Cash, da gestora Sul América Investimentos, concentra os investimentos alocados na BB Gestão de Recursos e Votorantim Asset Management.

Enquadramento dos Investimentos

Para avaliar a aderência das aplicações financeiras realizadas ao longo de 2016 dos Planos de Benefícios, PGA, Economus Família e FEAS às regras estabelecidas nas Políticas de Investimentos e na Resolução do CMN 3.792/2009, o Economus utiliza os trabalhos de Consultoria de Investimentos contratada, que apresenta, mensalmente, relatórios sobre o enquadramento dos investimentos. As tabelas a seguir mostram que os investimentos dos planos sob a administração do Instituto estão em consonância com os limites atribuídos, tanto pela Política de Investimentos vigente à época, quanto pelos limites estabelecidos pela referida Resolução.

I. Regulamento Geral (Grupo C)

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	3.338,4	83,57%	87,6%	58,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	238,6	5,98%	1,2%	0,0%	20,0%	70,0%
Estruturado	248,6	6,22%	7,2%	0,0%	15,0%	20,0%
Exterior	-	-	0,6%	0,0%	2,0%	10,0%
Imóveis	111,0	2,78%	1,4%	0,0%	5,0%	8,0%
Empréstimos	58,0	1,45%	2,0%	0,0%	5,0%	15,0%
Total Geral	3.994,6	100,00%				

II. PrevMais

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	1.381,6	92,67%	94,70%	63,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	49,0	3,29%	2,20%	0,00%	32,00%	70,00%
Empréstimos	57,5	3,86%	2,70%	0,00%	15,00%	15,00%
Estruturado	2,8	0,18%	0,40%	0,00%	5,00%	20,00%
Total Geral	1.490,9	100,00%				

III. Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	39,1	99,64%	85,50%	85,00%	100,00%	100,00%
Empréstimos	0,1	0,36%	14,50%	0,00%	15,00%	15,00%
Total Geral	39,2	100,00%				

IV. Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	24,4	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Total Geral	24,4	100,00%				

V. PGA

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	71,9	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Total Geral	71,9	100,00%				

VI. Fundo Ecomus de Assistência Social – FEAS

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	249,2	90,28%	88,10%	75,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	-	-	1,60%	0,00%	10,00%	70,00%
Estruturado	26,8	9,72%	10,30%	0,00%	15,00%	20,00%
Total Geral	276,0	100,00%				

VII. Ecomus Família

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	16,2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Total Geral	16,2	100,00%				

VIII. Administrativo Assistencial / Eco Saúde / PAMC

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	22,2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Total Geral	22,2	100,00%				

Custos com a Administração dos Recursos – Gestão Própria e Terceirizada

O conceito adotado para o cálculo e a distribuição das despesas da Gestão Própria e Gestão Terceirizada foi o de “Rateio dos Custos por Regime de Caixa”, que leva em consideração a participação de cada plano na despesa total diante de seu patrimônio, preservando a consistência dessa equação ao longo do tempo.

O mapeamento mencionado está demonstrado de forma gerencial e sintética, por meio da apresentação dos gráficos abaixo relacionados, os quais identificam, por plano e programas administrados pelo Economus, o total dos valores efetivamente pagos, ao longo de 2016, aos prestadores de serviços contratados.

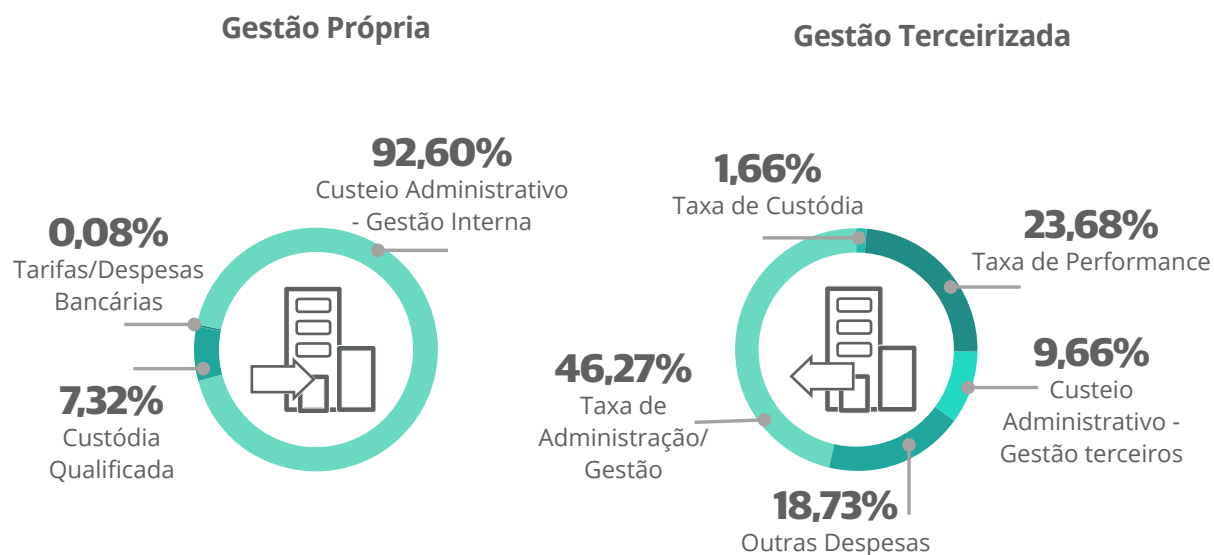
Os custos identificados, em grande parte, visam oferecer maior segurança aos ativos financeiros e são instrumentos fundamentais para uma boa administração. Essas técnicas proporcionam a mensuração dos riscos aos quais as aplicações estão expostas, possibilitando a construção de estratégias mais seguras e consistentes, por intermédio de investimentos com características de longo prazo e baixa volatilidade.

Vale ressaltar que, no que concerne à gestão terceirizada, as cotas dos fundos de investimento são divulgadas líquidas de quaisquer custos e/ou encargos financeiros. Portanto, não há desembolso físico de recursos, já que são quitadas por meio da diminuição de rentabilidade desses veículos.

Desse modo, o mapeamento, exposto a seguir, reflete as despesas incorridas somente com a gestão de recursos no período citado. Porém, esses custos podem oscilar no decorrer do ano, em virtude, por exemplo, das despesas administrativas como: taxa de custódia, consultorias, cartórios e outros. Essas movimentações são objeto de permanente monitoramento, visando analisar a sua coerência e benefício para o portfólio.

I. Regulamento Geral (Grupo C)

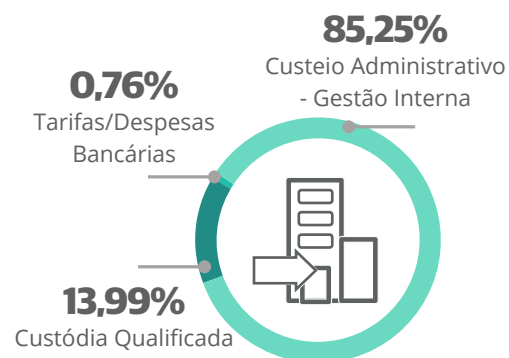
REGULAMENTO GERAL	R\$
Gestão Direta	
Custeio Administrativo - Gestão Interna	4.523.336,10
Custódia Qualificada	357.341,22
Tarifas/Despesas Bancárias	3.989,69
Total dos Custos com Investimentos	4.884.667,01
Gestão Indireta	
Taxa de Administração/Gestão	4.865.955,97
Taxa de Custódia	174.821,44
Taxa de Performance	2.490.507,80
Custeio Administrativo - Gestão Terceiros	1.015.730,19
Outras Despesas	1.970.448,34
Total dos Custos com Investimentos	10.517.463,74



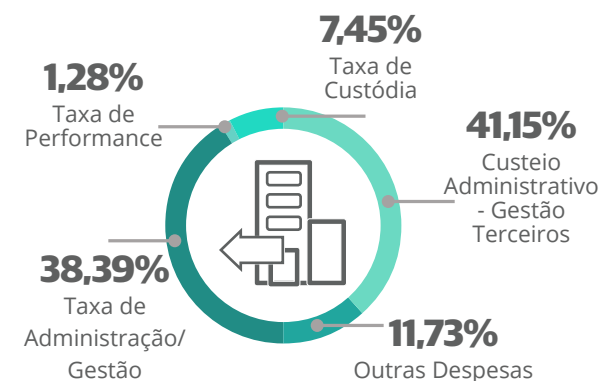
II. PrevMais

PREVMAIS	R\$
Gestão Direta	
Custeio Administrativo - Gestão Interna	746.754,53
Custódia Qualificada	122.549,83
Tarifas/Despesas Bancárias	6.621,30
Total dos Custos com Investimentos	875.925,66
Gestão Indireta	
Taxa de Administração/Gestão	967.568,87
Taxa de Custódia	187.850,34
Taxa de Performance	32.287,03
Custeio Administrativo - Gestão Terceiros	1.037.087,68
Outras Despesas	295.655,77
Total dos Custos com Investimentos	2.520.449,69

Gestão Própria



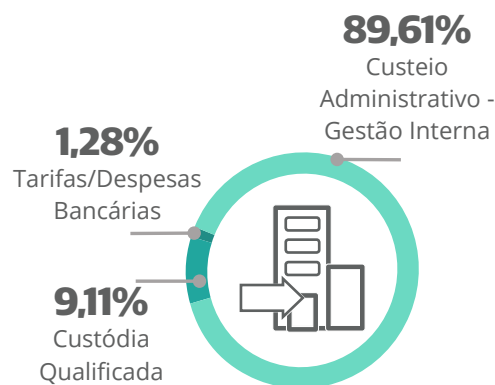
Gestão Terceirizada



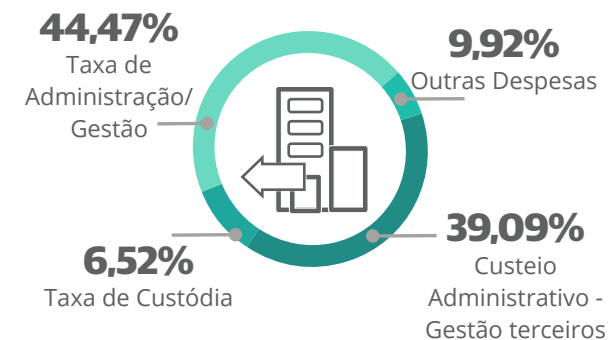
III. Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)

REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 1	R\$
Gestão Direta	
Custeio Administrativo - Gestão Interna	32.610,77
Custódia Qualificada	3.313,17
Tarifas/Despesas Bancárias	467,20
Total dos Custos com Investimentos	36.391,14
Gestão Indireta	
Taxa de Administração/Gestão	15.227,06
Taxa de Custódia	2.233,17
Custeio Administrativo - Gestão Terceiros	13.385,19
Outras Despesas	3.394,75
Total dos Custos com Investimentos	34.240,17

Gestão Própria



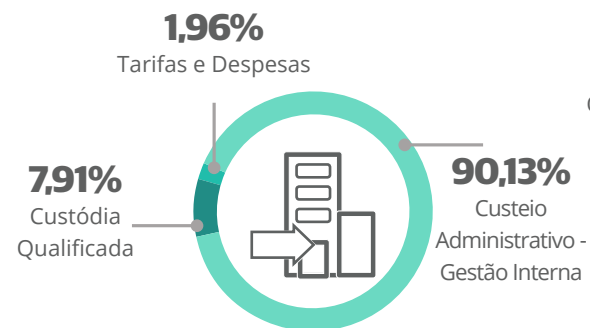
Gestão Terceirizada



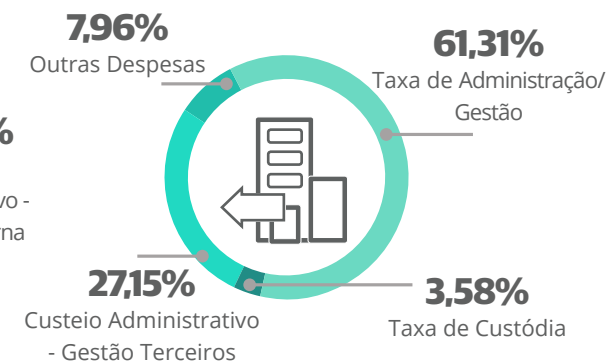
IV. Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)

REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2	R\$
Gestão Direta	
Custeio Administrativo - Gestão Interna	24.749,85
Custódia Qualificada	2.173,49
Tarifas/Despesas Bancárias	537,68
Total dos Custos com Investimentos	27.461,02
Gestão Indireta	
Taxa de Administração/Gestão	11.404,65
Taxa de Custódia	665,54
Custeio Administrativo - Gestão Terceiros	5.049,48
Outras Despesas	1.481,42
Total dos Custos com Investimentos	18.601,09

Gestão Própria



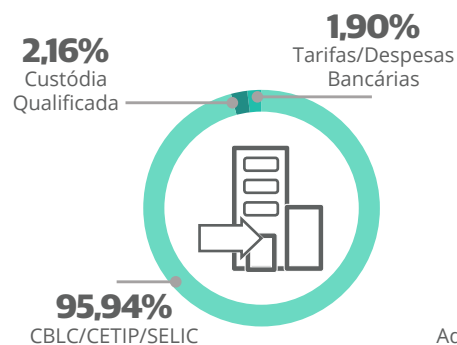
Gestão Terceirizada



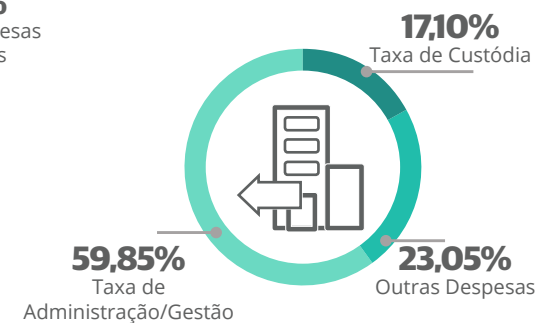
V. PGA

PGA	R\$
Gestão Direta	
Custódia Qualificada	5.795,17
CBLC/CETIP/SELIC	257.037,13
Tarifas/Despesas Bancárias	5.095,04
Total dos Custos com Investimentos	267.927,34
Gestão Indireta	
Taxa de Administração/Gestão	43.459,45
Taxa de Custódia	12.415,00
Outras Despesas	16.739,06
Total dos Custos com Investimentos	72.613,51

Gestão Própria



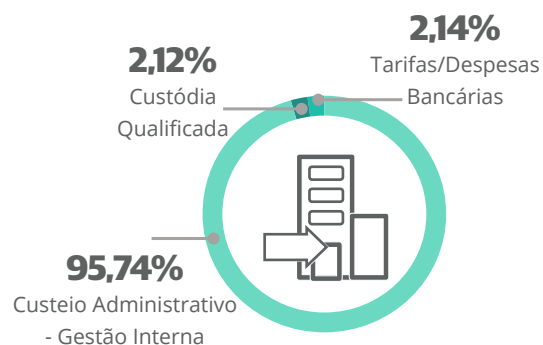
Gestão Terceirizada



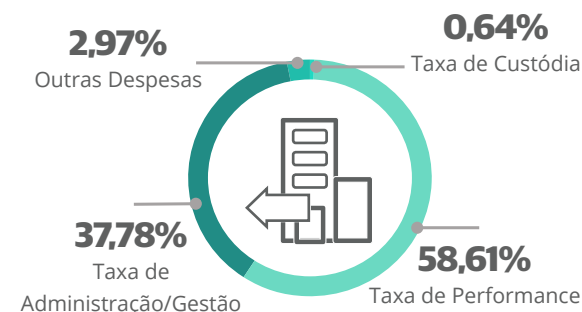
VI. Fundo Assistencial – FEAS

FEAS	R\$
Gestão Direta	
Custeio Administrativo - Gestão Interna	1.246.090,87
Custódia Qualificada	27.571,96
Tarifas/Despesas Bancárias	27.914,17
Total dos Custos com Investimentos	1.301.577,00
Gestão Indireta	
Taxa de Administração/Gestão	491.183,34
Taxa de Custódia	8.379,01
Taxa de Performance	762.100,58
Outras Despesas	38.553,18
Total dos Custos com Investimentos	1.300.216,11

Gestão Própria



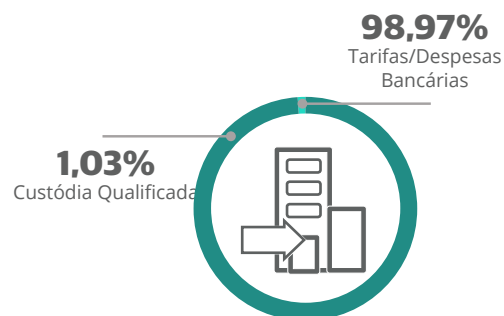
Gestão Terceirizada



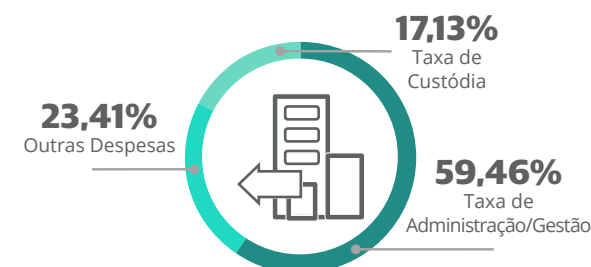
VII. Economus Família

ECONOMUS FAMÍLIA	R\$
Gestão Direta	
Custódia Qualificada	1.351,71
Tarifas/Despesas Bancárias	129.403,92
Total dos Custos com Investimentos	130.755,63
Gestão Indireta	
Taxa de Administração/Gestão	6.990,48
Taxa de Custódia	2.013,97
Outras Despesas	2.752,26
Total dos Custos com Investimentos	11.756,71

Gestão Própria



Gestão Terceirizada



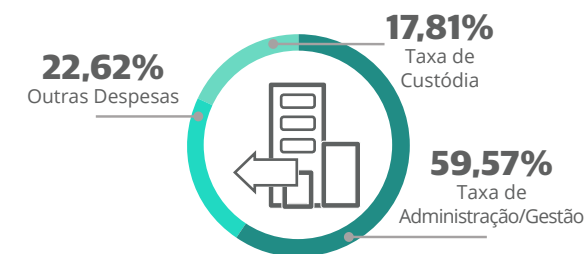
VIII. Administrativo Assistencial / Eco Saúde / PAMC

ADMINISTRATIVO ASSISTENCIAL	R\$
Gestão Direta	
Custódia Qualificada	1.710,55
Tarifas/Despesas Bancárias	1.597,17
Total dos Custos com Investimentos	3.307,72
Gestão Indireta	
Taxa de Administração/Gestão	15.176,60
Taxa de Custódia	4.537,06
Outras Despesas	5.762,93
Total dos Custos com Investimentos	25.476,59

Gestão Própria



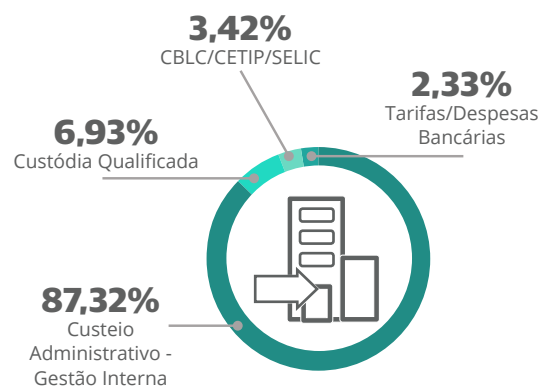
Gestão Terceirizada



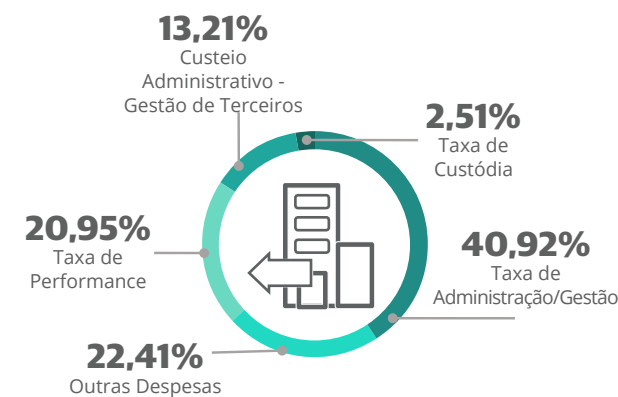
IX. Consolidado

CONSOLIDADO	R\$
Gestão Direta	
Custeio Administrativo - Gestão Interna	6.573.542,12
Custódia Qualificada	521.807,10
CBLC/CETIP/SELIC	257.037,13
Tarifas/Despesas Bancárias	175.626,17
Total dos Custos com Investimentos	7.528.012,52
Gestão Indireta	
Taxa de Administração/Gestão	6.416.966,42
Taxa de Custódia	392.915,52
Taxa de Performance	3.284.895,41
Custeio Administrativo - Gestão Terceiros	2.071.252,54
Outras Despesas	3.514.586,60
Total dos Custos com Investimentos	15.680.616,49

Gestão Própria



Gestão Terceirizada



Políticas de Investimentos – 2017 a 2021

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, apresentamos o Resumo das Políticas de Investimentos, cuja premissa central é estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela administração do Economus na aplicação dos recursos vinculados aos Planos de Benefícios, Assistenciais e Programa Administrativo, a fim de promover o equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos e os respectivos passivos, além das demais obrigações.

Os planos elencados abaixo estão identificados pelo Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), Plano de Gestão Administrativa (PGA). Para 2017, esses planos foram registrados junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) com os respectivos *benchmarks*, que são os indicadores de referência de desempenho adotados pelo Economus nas políticas de investimentos. O Fundo FEAS e o Economus Família, devido às suas características, não são registrados na PREVIC. Contudo, o Economus elabora Políticas de Investimentos para os recursos dos mesmos e realiza o controle dos investimentos seguindo as melhores práticas de mercado.

CÓDIGO / NOME	PLANOS DE BENEFÍCIOS / PROGRAMAS	TMA / INDICADOR DE REFERÊNCIA
CNPB 1978000138	Regulamento Geral - Plano C	INPC + 6% a.a.
CNPB 2006003429	PrevMais	Composto: 74% (CDI) + 23% (INPC + 5,00% a.a.) + 3% (IBrX)
	PrevMais - Perfil Conservador	100% do CDI
	PrevMais - Perfil Moderado	85% do CDI + 15% do IBrX
	PrevMais - Perfil Agressivo	70% do CDI + 30% do IBrX
	PrevMais - Perfil Super Agressivo	55% do CDI + 45% do IBrX
	PrevMais - Benefício de Risco	INPC + 5,00% a.a.
CNPB 1978000219	Regulamento Complementar nº 1 - Plano B	INPC + 5,38% a.a.
CNPB 1978000138	Regulamento Complementar nº 2 - Plano A	INPC + 5,52% a.a.
PGA 4003120019	PGA	100% do CDI
Planos Assistenciais	Fundo Assistencial FEAS	INPC + 5,50% a.a.
	Economus Família e Adm. Assistencial	100% do CDI

Obs.: TMA - Taxa Mínima Atuarial; CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios; PGA - Plano de Gestão Administrativa.

I. Regulamento Geral (Grupo C)

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	83,9%	53,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	6,1%	0,0%	20,0%	70,0%
Estruturado	4,9%	0,0%	15,0%	20,0%
Exterior	0,0%	0,0%	2,0%	10,0%
Imóveis	3,1%	0,0%	5,0%	8,0%
Empréstimos	2,0%	0,0%	5,0%	15,0%

II. PrevMais

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	89,9%	44,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	3,4%	0,0%	36,0%	70,0%
Estruturado	1,4%	0,0%	6,0%	20,0%
Empréstimos	5,3%	0,0%	15,0%	15,0%

a. Renda Programada

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	89,7%	55,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	3,3%	0,0%	45,0%	70,0%
Empréstimos	7,0%	0,0%	15,0%	15,0%

b. Benefício de Risco

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	90,5%	85,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	3,6%	0,0%	10,0%	70,0%
Estruturado	5,9%	0,0%	6,0%	20,0%

III. Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	85,0%	75,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	0,0%	0,0%	10,0%	70,0%
Empréstimos	15,0%	0,0%	15,0%	15,0%

IV. Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	100,0%	90,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	0,0%	0,0%	10,0%	70,0%

V. Fundo Assistencial - FEAS

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	93,8%	75,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	0,0%	0,0%	10,0%	70,0%
Estruturado	6,2%	0,0%	15,0%	20,0%

VI. Economus Família

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

VII. Programas Administrativos

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Conforme a Resolução nº 4.275/2013, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), responsável pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos. Apresentamos abaixo as informações cadastrais do AETQ designado pelo Economus:

Nome: **Marcelo Gonçalves Farinha**

Cargo: Diretor Financeiro

CPF: 063.750.328-73

Telefone: (11) 3464-7606

E-mail: mgfarinha@economus.com.br





CAPÍTULO 6

Gestão Contábil

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

R\$ mil

ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
DISPONÍVEL		135	3	EXIGÍVEL OPERACIONAL	10	15.104	15.704
REALIZÁVEL		6.161.618	5.656.891	Gestão Previdencial		7.495	6.734
Gestão Previdencial	5	510.875	494.886	Gestão Administrativa		6.271	7.962
Gestão Administrativa	6	20.068	18.781	Investimentos		1.338	1.008
Investimentos	7.1	5.630.675	5.143.224	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	11	180.875	150.842
Títulos Públicos		3.416.727	3.220.099	Gestão Previdencial		158.456	130.708
Créditos Privados e Depósitos		504.597	264.969	Gestão Administrativa		16.278	14.101
Fundos de Investimento		1.473.017	1.422.564	Investimentos		6.141	6.033
Investimentos Imobiliários		111.457	122.717	PATRIMÔNIO SOCIAL		5.967.748	5.492.442
Empréstimos		115.600	104.030	Patrimônio de Cobertura do Plano		5.767.968	5.318.199
Depósitos Judiciais/Recursais		5.913	5.676	Provisões Matemáticas	12	6.101.235	5.865.270
Outros Realizáveis		3.364	3.169	Benefícios Concedidos		5.013.674	4.752.485
PERMANENTE	8	1.974	2.094	Benefícios a Conceder		1.820.420	1.509.220
Imobilizado		1.058	1.564	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(732.859)	(396.435)
Intangível		916	530	Equilíbrio Técnico	13	(333.267)	(547.071)
GESTÃO ASSISTENCIAL	9	475.900	484.042	Resultados Realizados		(693.002)	(927.650)
				(-) Déficit Técnico Acumulado		(693.002)	(927.650)
				Resultados a Realizar	13.2	359.735	380.579
				FUNDOS	14	199.780	174.243
				Fundos Previdenciais		122.622	116.814
				Fundos Administrativos		71.834	53.212
				Fundos dos Investimentos		5.324	4.217
				GESTÃO ASSISTENCIAL	9	475.900	484.042
TOTAL DO ATIVO		6.639.627	6.143.030	TOTAL DO PASSIVO		6.639.627	6.143.030

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	5.492.442	5.123.924	7,19
1. Adições	1.037.324	921.528	12,57
(+) Contribuições Previdenciais	211.137	187.742	12,46
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	753.593	675.352	11,59
(+) Receitas Administrativas	63.221	51.669	22,36
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	8.266	5.843	41,47
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	1.107	922	20,07
2. Destinações	(562.018)	(553.010)	1,63
(-) Benefícios	(463.229)	(433.163)	6,94
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(25.080)	(34.858)	(28,05)
(-) Despesas Administrativas	(50.492)	(47.263)	6,83
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(2.373)	(2.254)	5,28
(-) Resultados a Realizar	(20.844)	(35.472)	(41,24)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	475.306	368.518	28,98
(+/-) Provisões Matemáticas	235.965	791.506	(70,19)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	234.648	(379.027)	(161,91)
(+/-) Resultados a Realizar	(20.844)	(35.472)	(41,24)
(+/-) Fundos Previdenciais	5.808	(17.406)	(133,37)
(+/-) Fundos Administrativos	18.622	7.995	132,92
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.107	922	20,07
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)	5.967.748	5.492.442	8,65
5. Gestão Assistencial	(21.467)	17.974	(219,43)
(+) Receitas Assistenciais	282.193	284.647	(0,86)
(-) Despesas Assistenciais	(303.660)	(266.673)	13,87

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO REGULAMENTO COMPLEMENTAR N° 1

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

R\$ mil

DESCRIÇÃO		2016	2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		35.421	30.352	16,70
1. Adições		9.807	9.070	8,13
(+)	Contribuições	5.107	4.697	8,73
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.117	3.248	26,75
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	583	1.125	(48,18)
2. Destinações		(4.406)	(4.001)	10,12
(-)	Benefícios	(1.790)	(1.618)	10,63
(-)	Custeio Administrativo	(2.616)	(2.383)	9,78
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		5.401	5.069	6,55
(+/-)	Provisões Matemáticas	(16.141)	40.678	(139,68)
(+/-)	Fundos Previdenciais	-	(14.278)	(100,00)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	21.542	(21.331)	(200,99)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		40.822	35.421	15,25
C) Fundos não previdenciais		2.238	1.669	34,09
(+/-)	Fundos Administrativos	2.238	1.669	34,09

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO REGULAMENTO COMPLEMENTAR N° 2

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

R\$ mil

DESCRIÇÃO		2016	2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		23.593	21.817	8,14
1. Adições		10.104	9.678	4,40
(+)	Contribuições	7.008	6.684	4,85
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.612	2.978	(12,29)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	484	16	2.925,00
2. Destinações		(8.171)	(7.902)	3,40
(-)	Benefícios	(3.355)	(3.361)	(0,18)
(-)	Custeio Administrativo	(4.816)	(4.541)	6,06
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		1.993	1.776	8,84
(+/-)	Provisões Matemáticas	(21.450)	39.595	(154,17)
(+/-)	Fundos Previdenciais	-	(6.697)	(100,00)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	23.383	(31.122)	(175,13)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		25.526	23.593	8,19
C) Fundos não previdenciais		2.986	2.510	18,96
(+/-)	Fundos Administrativos	2.986	2.510	18,96

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO REGULAMENTO GERAL

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

DESCRIÇÃO		2016	2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		4.167.800	4.017.738	3,73
1. Adições		642.502	599.259	7,22
(+)	Contribuições	82.440	71.399	15,46
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	560.062	527.860	6,10
2. Destinações		(475.075)	(449.197)	5,76
(-)	Benefícios	(420.321)	(371.000)	13,29
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(26.130)	(35.906)	(27,23)
(-)	Custeio Administrativo	(7.780)	(6.819)	14,09
(-)	Resultados a Realizar	(20.844)	(35.472)	(41,24)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		167.427	150.062	11,57
(+/-)	Provisões Matemáticas	9.771	523.631	(98,13)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	178.500	(338.097)	(152,80)
(+/-)	Resultados a Realizar	(20.844)	(35.472)	(41,24)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		4.335.227	4.167.800	4,02
C) Fundos não previdenciais		48.149	36.505	31,90
(+/-)	Fundos Administrativos	43.773	32.947	32,86
(+/-)	Fundos dos Investimentos	4.376	3.558	22,99

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO PREVMAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

DESCRIÇÃO		2016	2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		1.208.199	1.005.505	20,16
1. Adições		334.186	273.958	21,98
(+)	Contribuições	147.384	132.692	11,07
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	186.802	141.266	32,23
2. Destinações		(53.370)	(71.264)	(25,11)
(-)	Benefícios	(37.763)	(57.184)	(33,96)
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(17)	(93)	(81,72)
(-)	Custeio Administrativo	(15.590)	(13.987)	11,46
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		280.816	202.694	38,54
(+/-)	Provisões Matemáticas	263.785	187.602	40,61
(+/-)	Fundos Previdenciais	5.808	3.569	62,73
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	11.223	11.523	(2,60)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		1.489.015	1.208.199	23,24
C) Fundos não previdenciais		23.785	16.745	42,04
(+/-)	Fundos Administrativos	22.837	16.086	41,97
(+/-)	Fundos dos Investimentos	948	659	43,85

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 1

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Nota	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos		54.232	48.013	12,95
Disponível		-	-	-
Recebível		15.040	16.717	(10,03)
Investimento	7.3.a	39.192	31.296	25,23
Títulos Públicos		22.108	14.415	53,37
Créditos Privados e Depósitos		6.640	2.209	200,59
Fundos de Investimento		10.303	14.672	(29,78)
Empréstimos e Financiamentos		141	-	100,00
2. Obrigações		11.172	10.923	2,28
Operacional		11	194	(94,33)
Contingencial		11.161	10.729	4,03
3. Fundos não Previdenciais		2.238	1.669	34,09
Fundos Administrativos		2.238	1.669	34,09
4. Resultados a Realizar		-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3)		40.822	35.421	15,25
Provisões Matemáticas		39.627	55.768	(28,94)
Superávit/(Déficit) Técnico		1.195	(20.347)	(105,87)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	13.1.a			
a) Equilíbrio Técnico		1.195	(20.347)	(105,87)
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	211	(100,00)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		1.195	(20.136)	(105,93)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

DESCRIÇÃO	Nota	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos		34.398	31.181	10,32
Disponível		1	-	100,00
Recebível		9.980	9.919	0,61
Investimento	7.3. b	24.417	21.262	14,84
Títulos Públicos		16.787	13.855	21,16
Créditos Privados e Depósitos		4.403	2.041	115,73
Fundos de Investimento		3.227	5.366	(39,86)
2. Obrigações		5.886	5.078	15,91
Operacional		18	294	(93,88)
Contingencial		5.868	4.784	22,66
3. Fundos não Previdenciais		2.986	2.510	18,96
Fundos Administrativos		2.986	2.510	18,96
4. Resultados a Realizar		-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3)		25.526	23.593	8,19
Provisões Matemáticas		25.135	46.585	(46,04)
Superávit/(Déficit) Técnico		391	(22.992)	(101,70)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	13.1.b			
a) Equilíbrio Técnico		391	(22.992)	(101,70)
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	128	(100,00)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		391	(22.864)	(101,71)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS REGULAMENTO GERAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

DESCRIÇÃO	Nota	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos		4.538.572	4.331.833	4,77
Disponível		96	-	100,00
Recebível		534.649	505.369	5,79
Investimento	7.3.c	4.003.827	3.826.464	4,64
Títulos Públicos		3.121.970	2.968.863	5,16
Créditos Privados e Depósitos		154.266	73.554	109,73
Fundos de Investimento		549.371	595.907	(7,81)
Investimentos Imobiliários		111.457	122.717	(9,18)
Empréstimos e Financiamentos		57.954	57.074	1,54
Depósitos Judiciais/Recursais		5.913	5.676	4,18
Outros Realizáveis		2.896	2.673	8,34
2. Obrigações		155.196	127.528	21,70
Operacional		7.737	6.393	21,02
Contingencial		147.459	121.135	21,73
3. Fundos não Previdenciais		48.149	36.505	31,90
Fundos Administrativos		43.773	32.947	32,86
Fundos dos Investimentos		4.376	3.558	22,99
4. Resultados a Realizar		359.735	380.579	(5,48)
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)		3.975.492	3.787.221	4,97
Provisões Matemáticas		4.689.352	4.679.581	0,21
Superávit/(Déficit) Técnico		(713.860)	(892.360)	(20,00)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	13.1.c			
a) Equilíbrio Técnico		(354.125)	(511.781)	(30,81)
b) (+/-) Ajuste de Precificação		52.217	35.772	45,97
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		(301.908)	(476.009)	(36,68)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIO PREVMAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Nota	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos		1.513.976	1.225.897	23,50
Disponível		37	1	3.600,00
Recebível		23.040	16.094	43,16
Investimento	7.3.d	1.490.899	1.209.802	23,23
Títulos Públicos		249.151	217.080	14,77
Créditos Privados e Depósitos		332.192	185.762	78,83
Fundos de Investimento		852.051	760.004	12,11
Empréstimos e Financiamentos		57.505	46.956	22,47
2. Obrigações		1.176	953	23,40
Operacional		1.067	860	24,07
Contingencial		109	93	17,20
3. Fundos não Previdenciais		23.785	16.745	42,04
Fundos Administrativos		22.837	16.086	41,97
Fundos dos Investimentos		948	659	43,85
4. Resultados a Realizar		-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)		1.489.015	1.208.199	23,24
Provisões Matemáticas		1.347.121	1.083.336	24,35
Superávit/(Déficit) Técnico		19.272	8.049	139,43
Fundos Previdenciais		122.622	116.814	4,97
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	13.1.d			
a) Equilíbrio Técnico		19.272	8.049	139,43
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		19.272	8.049	139,43

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

DESCRIÇÃO	<i>R\$ mil</i>		
	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	53.212	45.217	17,68
1. Custeio da Gestão Administrativa	71.487	57.512	24,30
1.1. Receitas	71.487	57.512	24,30
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	30.802	27.731	11,07
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.399	5.923	24,92
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	8.266	5.843	41,47
Reembolso da Gestão Assistencial	24.353	17.608	38,31
Outras Receitas	667	407	63,38
2. Despesas Administrativas	50.492	47.263	6,83
2.1. Administração Previdencial	18.339	23.477	(21,89)
Pessoal e encargos	12.104	15.718	(22,99)
Treinamentos/congressos e seminários	52	188	(72,34)
Viagens e estadias	140	203	(31,03)
Serviços de terceiros	3.355	4.487	(25,23)
Despesas gerais	1.480	1.965	(24,68)
Depreciações e amortizações	872	702	24,22
Tributos	140	214	(34,58)
Outras despesas	196	-	100,00

DESCRIÇÃO	<i>R\$ mil</i>		
	2016	2015	Variação (%)
2.2. Administração dos Investimentos	7.800	6.178	26,25
Pessoal e encargos	5.544	4.380	26,58
Treinamentos/congressos e seminários	28	46	(39,13)
Viagens e estadias	41	38	7,89
Serviços de terceiros	1.130	931	21,37
Despesas gerais	834	653	27,72
Tributos	223	130	71,54
2.3. Administração Assistencial	24.353	17.608	38,31
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	2.373	2.254	5,28
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	18.622	7.995	132,92
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	18.622	7.995	132,92
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	71.834	53.212	35,00

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS REGULAMENTO COMPLEMENTAR N° 1

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	51.994	46.344	12,19
1. Provisões Matemáticas	39.627	55.768	(28,94)
1.1. Benefícios Concedidos	10.708	9.221	16,13
Benefício Definido	10.708	9.221	16,13
1.2. Benefício a Conceder	47.054	46.547	1,09
Benefício Definido	47.054	46.547	1,09
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(18.135)	-	100,00
(-) Patrocinador(es)	(6.059)	-	100,00
(-) Participantes	(12.029)	-	100,00
(-) Assistidos	(47)	-	100,00
2. Equilíbrio Técnico	1.195	(20.347)	(105,87)
2.1. Resultados Realizados	1.195	(20.347)	(105,87)
Superávit técnico acumulado	1.195	-	100,00
Reserva de contingência	1.195	-	100,00
(-) Déficit técnico acumulado	-	(20.347)	(100,00)
Déficit técnico	-	(20.347)	(100,00)
3. Fundos	-	-	-
3.1. Fundos Previdenciais	-	-	-
4. Exigível Operacional	11	194	(94,33)
4.1. Gestão Previdencial	5	191	(97,38)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6	3	100,00
5. Exigível Contingencial	11.161	10.729	4,03
5.1. Gestão Previdencial	11.161	10.729	4,03

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	31.412	28.671	9,56
1. Provisões Matemáticas	25.135	46.585	(46,04)
1.1. Benefícios Concedidos	1.716	1.458	17,70
Benefício Definido	1.716	1.458	17,70
1.2. Benefício a Conceder	44.543	45.127	(1,29)
Benefício Definido	44.543	45.127	(1,29)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(21.124)	-	100,00
(-) Participantes	(21.121)	-	100,00
(-) Assistidos	(3)	-	100,00
2. Equilíbrio Técnico	391	(22.992)	(101,70)
2.1. Resultados Realizados	391	(22.992)	(101,70)
Superávit técnico acumulado	391	-	100,00
Reserva de contingência	391	-	100,00
(-) Déficit técnico acumulado	-	(22.992)	(100,00)
Déficit técnico	-	(22.992)	(100,00)
3. Fundos	-	-	-
3.1. Fundos Previdenciais	-	-	-
4. Exigível Operacional	18	294	(93,88)
4.1. Gestão Previdencial	14	292	(95,21)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4	2	100,00
5. Exigível Contingencial	5.868	4.784	22,66
5.1. Gestão Previdencial	5.868	4.784	22,66

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS REGULAMENTO GERAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	4.494.799	4.298.886	4,56
1. Provisões Matemáticas	4.689.352	4.679.581	0,21
1.1. Benefícios Concedidos	4.691.555	4.457.922	5,24
Benefício Definido	4.691.555	4.457.922	5,24
1.2. Benefício a Conceder	691.397	618.094	11,86
Benefício Definido	691.397	618.094	11,86
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(693.600)	(396.435)	74,96
(-) Patrocinador(es)	(346.800)	(198.218)	74,96
(-) Participantes	(43.595)	(24.136)	80,62
(-) Assistidos	(303.205)	(174.081)	74,17
2. Equilíbrio Técnico	(354.125)	(511.781)	(30,81)
2.1. Resultados Realizados	(713.860)	(892.360)	(20,00)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(713.860)	(892.360)	(20,00)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(713.860)	(892.360)	(20,00)
2.2. Resultados a realizar	359.735	380.579	(5,48)
3. Fundos	4.376	3.558	22,99
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.376	3.558	22,99
4. Exigível Operacional	7.737	6.393	21,02
4.1. Gestão Previdencial	6.726	5.667	18,69
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.011	726	39,26
5. Exigível Contingencial	147.459	121.135	21,73
5.1. Gestão Previdencial	141.318	115.102	22,78
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6.141	6.033	1,79

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVMAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.491.139	1.209.811	23,25
1. Provisões Matemáticas	1.347.121	1.083.336	24,35
1.1. Benefícios Concedidos	309.695	283.884	9,09
Contribuição Definida	88.744	89.729	(1,10)
Benefício Definido	220.951	194.155	13,80
1.2. Benefício a Conceder	1.037.426	799.452	29,77
 Contribuição Definida	1.037.426	799.452	29,77
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	514.209	396.321	29,75
Saldo de Contas - parcela participantes	523.217	403.131	29,79
2. Equilíbrio Técnico	19.272	8.049	139,43
2.1. Resultados Realizados	19.272	8.049	139,43
 Superávit técnico acumulado	19.272	8.049	139,43
Reserva de contingência	19.272	8.049	139,43
3. Fundos	123.570	117.473	5,19
3.1. Fundos Previdenciais	122.622	116.814	4,97
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	948	659	43,85
4. Exigível Operacional	1.067	860	24,07
4.1. Gestão Previdencial	750	584	28,42
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	317	276	14,86
5. Exigível Contingencial	109	93	17,20
5.1. Gestão Previdencial	109	93	17,20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto Operacional

O **Economus - Instituto de Seguridade Social** (“Economus” ou “Entidade”), CNPJ nº. 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, n.º 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, cuja autorização para funcionamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 2.204, DOU de 1º de agosto de 1980.

Em novembro de 2009, o Banco Nossa Caixa S.A. (BNC) foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A., que, desde então, passou a ser o novo Patrocinador dos planos de previdência complementar e assistência à saúde.

O Economus é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, tendo como objetivo, administrar planos de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV), exclusivamente para os empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A. e do Economus.

Também opera planos de assistência à saúde, na modalidade de autogestão, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) registrados sob o nº 34.2611 e destinados a prover assistência médica aos empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., do Economus e aos beneficiários dos planos de assistência à saúde custeados pelo Fundo Economus de Assistência Social (Feas).

As normas de controle e fiscalização aplicáveis ao Economus são emanadas pelo atual Ministério da Fazenda, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Os recursos de que o Economus dispõe são oriundos de contribuições dos seus patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), participantes e assistidos, e dos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e com a Instrução Normativa da SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

2. Planos Administrados

O Economus administra quatro planos de benefícios inscritos no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Desses, três planos se encontram na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável. A atividade operacional do Instituto é registrada no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

a. Plano Regulamento Complementar nº 1 - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.780.002-19, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Assegura o pagamento de complementação de auxílio-doença e de pecúlio por invalidez para os participantes em atividade, além de pecúlio por morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão.

b. Plano Regulamento Complementar nº 2 - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.780.003-83, no Cadastro Na

cional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão.

c. Plano Regulamento Geral - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.780.001-38, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). O Plano encontra-se em extinção, fechado para novas adesões. Além dos assistidos, ele conta com os participantes ativos que optaram pelo seu saldamento e com os participantes ativos remanescentes do processo de migração, que optaram por permanecer nele. Assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada de aposentadorias, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-adicional e auxílio-doença. Está também assegurado o pagamento, em forma de prestação única, de pecúlio por morte e por invalidez.

Em 10 de novembro de 2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído por meio do Regulamento Geral para os empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S.A. O processo de saldamento também foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em 30 de dezembro de 2005, pelo Ofício nº 2.713.

De forma concomitante ao saldamento, foi aprovado o Regulamento do

Plano de Benefícios do PrevMais, em 5 de julho de 2006, na modalidade de Contribuição Variável (CV), pelo ofício nº 1.987.

d. Plano PrevMais - Plano instituído na modalidade de Contribuição Variável (CV), inscrito sob o nº 20.060.034-29, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), no qual o valor dos benefícios programados é definido com base no montante financeiro individual formado pelas contribuições acumuladas e respectivos resultados dos investimentos até a data da concessão. A partir de então, o participante pode optar por um benefício de renda programada ou vitalícia. Os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-funeral) são determinados com base no Salário de Benefício (SB) e no Padrão Previdenciário Economus (PPE, unidade de referência utilizada pelo Economus). Esse Plano está aberto a novas adesões e assegura o pagamento de benefícios de renda mensal vitalícia ou programada e suplementações de auxílio-doença ou de acidente do trabalho, de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e auxílio-funeral.

e. Plano de Gestão Administrativa - PGA - tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Ata nº 384, de 06 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2016, o Economus possuía 24.807 participantes (24.774 em 2015), compostos da seguinte forma:

Descrição	Regulamento Complementar nº1		Regulamento Complementar nº2		Regulamento Geral		PrevMais	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos	1.167	1.181	987	1.038	24	24	7.982	8.863
Aposentados	7	7	-	-	6.621	6.600	1.338	1.396
Pensionistas	4	4	4	4	507	481	95	84
Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)	-	-	-	-	21	21	7	7
Autopatrocinado - Não Saldado	-	-	-	-	-	-	50	48
Autopatrocinado - Saldado	-	-	-	-	37	49	6	9
Optantes pelo Saldamento	-	-	-	-	4.419	4.489	-	-
Participantes desligados que não manifestaram as respectivas opções pelos institutos	-	-	-	-	-	-	1.531	469
Total de Participantes	1.178	1.192	991	1.042	11.629	11.664	11.009	10.876

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Economus estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), por meio da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pelas Resoluções CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e CNPC nº 20, de 18 de junho de 2015, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pelas Instruções Previc nº 01, nº 05, nº 10, nº 06, nº 15, nº 21 e nº 25, de 22 de março de 2011, de 08 de setembro de 2011, de 22 de março de 2011, de 13 de novembro de 2013, de 12 de novembro de 2014, de 23 de março de 2015 e de 17 de dezembro de 2015, respectivamente, e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos reguladores. Essas diretrizes não requerem

a divulgação em separado dos ativos e passivos em circulante e não circulante.

A contabilidade do Economus é estruturada em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, Gestão Assistencial e Investimentos, conforme abaixo:

Gestão Previdencial: congrega todas as atividades previdenciais, como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios, constituição de provisões matemáticas e de fundos, resgate e portabilidade.

Gestão Administrativa: tem como objetivo controlar as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas do Economus. A segregação das despesas administrativas entre as gestões previdencial, assistencial e de investimentos leva em consideração critérios preestabelecidos, aprovados pela Diretoria Executiva.

Gestão Assistencial: tem como objetivo administrar planos de assistência à saúde, de acordo com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e alterações posteriores, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores. Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável estabelecida pela ANS.

Em atendimento à legislação vigente, o Economus está apresentando as informações financeiras dos planos assistenciais à saúde em separado, mas como parte das demonstrações contábeis, demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial (Nota Explicativa 9).

Investimentos: tem como objetivo registrar o patrimônio dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio é aplicado visando obter rentabilidades compatíveis com as metas atuariais e gerenciais dos planos. Registra os resultados dos investimentos por emissor os quais são apropriados segregadamente por planos.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balanco Patrimonial**

Tem por finalidade, de forma consolidada, evidenciar os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciais.

- **Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social (DMPS)**

Tem a finalidade de evidenciar, de forma consolidada, as modificações ocorridas pelo Patrimônio Social dos planos de benefícios ao final do exercício.

- **Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido (DMAL)**

Tem a finalidade de demonstrar, por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.

- **Demonstração do Ativo Líquido (DAL)**

Tem a finalidade de evidenciar, por plano de benefícios previdenciais, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.

- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)**

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada a atividade administrativa da Entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)**

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada, por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

Os quadros, as informações e os demonstrativos das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus atua. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações dentre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativo" e "Participação no Fundo Administrativo PGA" (Nota Explicativa 17).

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 04 de abril de 2017, após avaliação do Conselho Fiscal, em 28 de março de 2017.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Economus na elaboração das demonstrações contábeis, bem como a legislação pertinente estão resumidas a seguir:

4.1. Premissas e Estimativas Contábeis

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam premissas e estimativas por parte da Administração são: provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial (demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis), determinação de vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Administração revisa periodicamente essas estimativas e suas premissas.

4.2. Realizável da Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados. Considera-se o plano de custeio, bem como o valor de resultados a realizar de títulos e valores mobiliários, pelo diferencial da taxa de juros dos títulos mantidos até o vencimento e a taxa de juros de desconto das obrigações atuariais.

4.3. Realizável da Gestão Administrativa

Registra as contribuições para o custeio administrativo a receber dos patrocinadores, participantes, autopatrocinados e assistidos e os valores a receber dos planos referentes ao custeio dos investimentos; os adianta-

mentos efetuados na folha de salários dos funcionários do Economus; os adiantamentos de serviços de terceiros; os gastos antecipados referentes às despesas de períodos subsequentes e os depósitos judiciais e recursos desembolsados por força de decisão judicial. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

4.4. Realizável de Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas são determinados pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN), alterado pelas Resoluções do Bacen nº 3.846, de 25 de março de 2010, nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 e nº 4.449, de 20 de novembro de 2015.

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são compostos por títulos públicos, títulos privados, ações e cotas de fundos de investimentos.

4.4.1. Renda Fixa

Conforme determinam as Resoluções CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, e o item 14, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, os títulos de renda fixa estão classificados nas seguintes categorias:

i. Títulos para negociação (Marcados a Mercado): adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, sendo contabilizados pelo valor de mercado.

ii. Títulos mantidos até o vencimento (Marcados pela taxa de aquisição - Curva): os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento são classifi-

cados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” e o critério de avaliação contábil é do rendimento pela curva, de forma proporcional (*pro rata* dia), até o vencimento.

4.4.2. Renda Variável - Ações

As aplicações em ações são registradas pelo custo de aquisição no mercado à vista, acrescidos de despesas de corretagem e outras taxas, sendo precificadas a valor de mercado, isto é, pela cotação de fechamento do último dia divulgada pela Bolsa de Valores.

4.4.3. Fundos de investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

4.4.4. Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados por meio de reavaliações a valor de mercado. Até o exercício de 2014 essas reavaliações eram efetuadas a cada três anos, depreciadas mensalmente (exceto terrenos e imóveis em construção), de acordo com a vida útil remanescente constante do laudo de avaliação, conforme item 22 da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores. A partir do exercício de 2015, as reavaliações passaram a ser realizadas anualmente de acordo com as Instruções Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014 e nº 21, de 23 de março de 2015, dispensado o registro da depreciação.

Os resultados dos ajustes positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com a conta “investimento imobiliário” do resultado. A prática de reavaliação tem por finalidade atualizar periodicamente o valor contábil dos imóveis a valor justo (Nota Explicativa 7.1.a.).

4.4.5. Operações com Participantes (Empréstimos)

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos, pelo valor principal acrescidos dos encargos contratuais incorridos até 31 de dezembro de 2016.

Até meados de novembro de 2016, os empréstimos eram concedidos aos participantes dos planos de benefícios Regulamento Geral e PrevMais.

Regulamento Geral: corrigidos mensalmente pela variação positiva do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescido dos juros de taxa pré-fixada bruta final de 0,798% ao mês, que contempla a taxa de administração, a taxa de contingência e o seguro prestamista.

PrevMais: corrigidos mensalmente pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), acrescido dos juros de taxa pré-fixada bruta de 0,5725% ao mês, que contempla a taxa de administração, a taxa de contingência e o seguro prestamista.

A partir de novembro de 2016, após aprovação dos órgãos estatutários, ocorreram mudanças no empréstimo pessoal no Economus, com taxa de juros reduzida, parcelamento em até 96 vezes e adesão simplificada para os participantes ativos e assistidos do Regulamento Complementar nº 01, Regulamento Geral e PrevMais.

Regulamento Complementar nº 01: corrigidos mensalmente pela variação positiva do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescido dos juros de taxa pré-fixada bruta final de 0,639% ao mês, que contempla a taxa de administração, a taxa de contingência e o seguro prestamista.

Regulamento Geral: corrigidos mensalmente pela variação positiva do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescido dos juros de taxa pré-fixada bruta final de 0,687% ao mês, que contempla a taxa de administração, a taxa de contingência e o seguro prestamista.

PrevMais: corrigidos mensalmente pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), acrescido dos juros de taxa pré-fixada bruta de 0,205% ao mês, que contempla a taxa de administração, a taxa de contingência e o seguro prestamista.

Adicionalmente, é cobrado e descontado do valor do principal o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), conforme legislação em vigor.

O registro contábil é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor para créditos de liquidação duvidosa, o plano de benefícios detentor do crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito) que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

4.4.6. Outros Realizáveis

Composto pelos seguintes investimentos:

- Depósito judicial feito para garantir ao Economus o direito a bônus de subscrição da Ambev; e
- Investimento em controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

4.5. Provisão para Perdas e Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões para perdas e para créditos de liquidação duvidosa são registradas para os investimentos mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do respectivo segmento do ativo. Dessa forma, os investimentos foram apresentados pelo seu valor líquido.

Para o registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios, de acordo com o item 11, do Anexo A, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores:

Descrição		Faixa de Provisionamento (*)
De	Até	
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
	>360	100%

(*) Incidem sobre os créditos vencidos e vincendos

4.6. Permanente - Imobilizado e Intangível

Demonstrado pelo valor de custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e espécie de bens.

- **Imobilizado:** a depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios; 20% para máquinas e equipamentos, veículos e *hardware*, exceto celulares e *lpad*, que são depreciados em 18 meses.
- **Intangível:** é composto por licença de uso de softwares, amortizado pelo método linear com taxa anual de 20%.

4.7. Gestão Assistencial

As diretrizes contábeis referentes à Gestão Assistencial estão descritas nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial, conforme descrito na Nota Explicativa 9.

4.8. Exigível Operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão (previdencial, administrativa e investimentos) pelo custo, mais as atualizações monetárias, quando aplicáveis. São decorrentes dos benefícios aos participantes, salários dos funcionários do Economus, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais, investimentos, operações com participantes e recebimentos de receitas antecipadas.

4.9. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25, de 16 de setembro de 2009, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4.9.1. Provisões e Passivos Contingentes

O Economus é parte em diversos processos judiciais e administrativos (Nota Explicativa 11) e o critério de provisão é baseado na opinião dos advogados; a natureza das ações; a similaridade com outros processos; a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Há reconhecimento contábil sempre que a perda processual for avaliada como provável, com estimativa de consequente saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo apenas serem divulgados nas Notas Explicativas.

Os passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

Para as causas substancialmente compostas por reclamações trabalhistas envolvendo Participantes vinculados ao Regulamento Complementar nº 01 e Regulamento Complementar nº 02, a provisão do Economus

limita-se aos respectivos depósitos judiciais.

4.9.2. Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores ou obrigações. Já os depósitos recursais são efetuados somente na Justiça do Trabalho e são necessários para fins de admissibilidade de recursos, nas hipóteses em que o Instituto é sucumbente na demanda.

Os depósitos judiciais e recursais são atualizados mensalmente, sendo que os processos que tramitam nas instâncias cível e trabalhista seguem os critérios de atualização de cada Tribunal e os depósitos efetuados na Justiça Federal são corrigidos pela taxa Selic.

4.9.3. Ativos Contingentes

O Economus se utiliza dos seguintes conceitos:

- **Praticamente certo:** não é reconhecido contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Nesse caso, a Entidade reconhece o ativo e não o classifica como ativo contingente. No presente exercício, não ocorreram ativos nessa categoria.
- **Provável:** quando não é reconhecida como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos futuros, a Entidade apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente. No Economus, existe a ocorrência dessa situação, conforme descrito na Nota Explicativa 11.3.
- **Possível e Remota:** neste caso, a Entidade não reconhece e não divulga em Nota Explicativa ou porque não há posicionamento predominante nos tribunais ou o posicionamento dominante é contrário a tese jurídica da Entidade, respectivamente.

4.10. Patrimônio Social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano, o patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

4.10.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

(a) Provisões matemáticas

Representam, ao final de cada exercício, o valor dos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e beneficiários, com base em cálculos atuariais, elaborados por atuários externos.

i. Benefícios concedidos e a conceder

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, ao passo que as provisões de benefícios a conceder constituem o valor atual dos compromissos futuros, em relação aos participantes que ainda não iniciaram o recebimento do benefício de aposentadoria.

• Benefícios do plano com a geração atual

Representam o valor atual dos compromissos futuros, em relação aos participantes que ainda não adquiriram o direito ao benefício de complementação da aposentadoria por tempo de contribuição ou idade.

• Outras contribuições da geração atual

Representam o valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores e pelos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo do benefício de prestação continuada. Exclui-se toda contribuição cujo recebimento dependa do ingresso

de novos participantes nesse plano, bem como as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual durante o período de percepção do benefício, quanto pelos patrocinadores sobre o valor dos benefícios a serem pagos a esses integrantes.

ii. (-) Provisões matemáticas a constituir

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos equacionamentos de déficit observados nos exercícios de 2005 e 2015, de acordo com o Plano Anual de Custeio, que estão sendo pagas por participantes, aposentados e patrocinadores.

O equacionamento de déficit do exercício de 2015 dos Planos de Benefícios Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral, foram aprovados pelo Conselho Deliberativo em 19 de dezembro de 2016, o início do recolhimento de contribuições está previsto para fevereiro de 2017.

(b) Equilíbrio técnico

É determinado em função dos resultados realizados e a realizar.

• Resultados realizados

São os resultados acumulados oriundos dos planos de benefícios, compostos por Superávit Técnico e, pela conta redutora, Déficit Técnico.

Superávit/Déficit técnico acumulado

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes). Para efeito do cálculo das provisões matemáticas (reservas atuariais), o atuário externo baseou-se na legislação que regula as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e nos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios (Nota Explicativa 13).

• Resultados a realizar

Representam os resultados antecipados dos ajustes dos títulos, somente do Regulamento Geral, em decorrência da diferença positiva auferida entre o valor presente apurado pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos dos títulos, componentes da categoria “títulos mantidos até o vencimento” e o valor presente desses títulos, considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial, em 31 de dezembro de 2016, com a devida anuência do órgão fiscalizador (Nota Explicativa 13.3).

4.10.2. Fundos

São valores constituídos com finalidades específicas de acordo com sua origem, podendo ser:

Fundo Previdencial - Para o PrevMais (CV), o fundo previdencial é composto pelos fundos de reversão, constituído por parcelas patronais não resgatáveis de participantes que optaram pelo instituto do resgate, e de capitalização dos benefícios de risco a conceder. Este último, avaliado atuarialmente, conforme formulações constantes da Nota Técnica Atuarial do plano.

Fundo Administrativo - É constituído pelas receitas administrativas líquidas das despesas, adicionado ao rendimento auferido dos investimentos e das contingências contabilizadas no grupo de contas da Gestão Administrativa.

Fundo de Investimentos - É constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse montante será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como para o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis.

4.11. Apuração do Resultado

Representa as adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa e as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos registradas pelo regime de competência, exceto o recebimento das contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (PrevMais), que são registrados pelo regime de caixa.

4.12. Custeio Administrativo

Os recursos da gestão administrativa são provenientes do custeio administrativo, definido no plano anual de custeio dos planos de previdência, e do custeio administrativo dos investimentos. Esses recursos são registrados de forma segregada por plano e destinados, exclusivamente, ao pagamento das despesas administrativas das gestões previdencial e de investimentos, sendo as despesas administrativas relacionadas à gestão assistencial reembolsadas integralmente pelas receitas administrativas dos planos assistenciais.

As sobras, bem como eventuais resultados negativos originados no fluxo de recursos administrativos, são incorporados ao Fundo Administrativo.

Em 2016, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- Custeio Administrativo / Plano Regulamento Complementar nº 1 (BD) - correspondente à contribuição de 0,683% dos salários reais de participação dos participantes ativos e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação. Até Março/2016, o percentual aplicável era de 0,680%;
- Custeio Administrativo / Plano Regulamento Complementar nº 2 (BD) - correspondente à contribuição de 1,349% dos salários reais de participação de participantes ativos e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação. Até Março/2016, o percentual aplicável era de 1,334%;

- Custeio Administrativo / Plano Regulamento Geral (BD) - correspondente à contribuição de 0,90% dos salários reais de participação (ativos), Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefício saldado de participantes não vinculados ao PrevMais e das complementações (assistidos), sendo o mesmo percentual cobrado dos patrocinadores. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição corresponde a 1,80% do salário real de participação ou benefício saldado;

- Custeio Administrativo / PrevMais (CV) - correspondente à cobrança de contribuição, que varia de 0,15% a 0,94% sobre o salário de benefício dos participantes, e 0,90% sobre a complementação paga aos assistidos e

Benefício Proporcional Diferido (BPD). A contribuição dos patrocinadores é paritária à dos participantes e assistidos. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição varia de 0,30% a 1,88% sobre o salário de benefício;

- Custeio Administrativo de Investimentos - correspondente ao reembolso mensal dos gastos realizados com a gestão dos investimentos de cada plano.

5. Realizável da Gestão Previdencial

A composição do ativo realizável da gestão previdencial está demonstrada como segue:

Descrição	Regulamento Complementar n° 1		Regulamento Complementar n° 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contribuições Normais (a)	140	11	7	7	7.028	4.817	-	-	7.175	4.835
Patrocinadora	129	1	-	-	6.429	4.672	-	-	6.558	4.673
Participantes	11	10	7	7	598	124	-	-	616	141
Autopatrocinados	-	-	-	-	1	21	-	-	1	21
Adiantamentos	-	-	123	-	20.417	11.710	17	-	20.557	11.710
Resultado a Realizar (b)	-	-	-	-	359.735	380.579	-	-	359.735	380.579
Depósitos Judiciais (c)	11.161	10.729	5.867	4.784	103.357	75.314	-	-	120.385	90.827
Demais Realizáveis (d)	1.501	4.308	997	2.618	339	2	186	7	3.023	6.935
Total	12.802	15.048	6.994	7.409	490.876	472.422	203	7	510.875	494.886

(a) Trata-se de contribuições normais dos participantes ativos, cujos valores são descontados em folha de pagamento e repassados pelos patrocinadores até o quinto dia útil do mês seguinte. Nesse grupo contábil, também são registradas as contribuições dos participantes assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefício Definido.

(b) O Resultado a Realizar está descrito na Nota Explicativa 13.3.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(d) Compostos, principalmente, pelos valores, em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, no montante de R\$ 2.497 (R\$ 6.926, em 2015).

6. Realizável da Gestão Administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

Descrição	2016	2015
Contas a Receber	5.580	6.730
Contribuições para o Custeio Administrativo	1.226	1.538
Realizável da Folha dos Empregados	207	171
Responsabilidade de Terceiros	-	19
Outros Recursos a Receber	4.147	5.002
Transferência entre Administrativos (a)	2.164	2.366
Taxa Administrativa Folha Aposentados	1.229	1.229
Outros Recursos a Receber (b)	754	1.407
Despesas Antecipadas	20	26
Gestão Administrativa Depósitos Judiciais/ Recursais (c)	13.532	11.615
Outros Realizáveis (d)	936	410
Total da Gestão Administrativa	20.068	18.781

(a) Repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2016.

(b) Compostos, principalmente, por valores a receber do custeio dos investimentos dos Planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e PrevMais de dezembro de 2016.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(d) Direitos a receber a serem quitados em 2017.

7. Realizável de Investimentos

O Economus realiza investimentos por meio de gestão direta (carteira própria) e gestão indireta (fundos de investimento).

7.1. Composição da carteira de investimentos consolidada

Os ativos da Entidade encontram-se custodiados no Banco do Brasil S.A. e a carteira de investimentos, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, está composta conforme discriminado a seguir:

Descrição	Regulamento Complementar nº1		Regulamento Complementar nº2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Títulos Públicos Federais	22.108	14.415	16.787	13.855	3.121.970	2.968.863	249.151	217.080	6.711	5.886	3.416.727	3.220.099
Notas do Tesouro Nacional	22.108	14.415	16.787	13.855	3.121.970	2.968.863	249.151	217.080	-	-	3.410.016	3.214.213
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	6.711	5.886	6.711	5.886
Créditos Privados e Depósitos	6.640	2.209	4.403	2.041	154.266	73.554	332.192	185.762	7.096	1.403	504.597	264.969
Instituições Financeiras	6.640	2.209	4.403	2.041	154.266	73.554	232.130	99.472	5.469	-	402.908	177.276
Letras Financeiras Privadas	6.640	2.209	4.403	2.041	154.266	73.554	232.130	99.472	5.469	-	402.908	177.276
Patrocinador (Banco do Brasil)	-	-	-	-	-	-	100.062	86.290	1.627	1.403	101.689	87.693
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	100.062	86.290	1.627	1.403	101.689	87.693
Fundos de Investimentos	10.303	14.672	3.227	5.366	549.371	595.907	852.051	760.004	58.065	46.615	1.473.017	1.422.564
Renda Fixa	9.974	14.249	2.898	4.943	57.089	69.524	762.829	678.929	58.065	46.615	890.855	814.260
Ações	-	-	-	-	238.642	272.572	49.009	40.157	-	-	287.651	312.729
Multimercado	-	-	-	-	-	8.912	-	-	-	-	-	8.912
Direitos Creditórios	329	423	329	423	5.061	5.524	37.438	38.611	-	-	43.157	44.981
Participações	-	-	-	-	194.816	184.389	2.775	2.307	-	-	197.591	186.696
Imobiliário	-	-	-	-	53.763	54.986	-	-	-	-	53.763	54.986
Investimentos Imobiliários (i)	-	-	-	-	111.457	122.717	-	-	-	-	111.457	122.717
Imóveis	-	-	-	-	111.018	122.349	-	-	-	-	111.018	122.349
Aluguéis e Renda	-	-	-	-	439	368	-	-	-	-	439	368
Empréstimos e Financiamentos (ii)	141	-	-	-	57.954	57.074	57.505	46.956	-	-	115.600	104.030
Depósitos Judiciais/Recursois	-	-	-	-	5.913	5.676	-	-	-	-	5.913	5.676
Outros Realizáveis (iii)	-	-	-	-	2.896	2.673	-	-	468	496	3.364	3.169
Total dos Investimentos	39.192	31.296	24.417	21.262	4.003.827	3.826.464	1.490.899	1.209.802	72.340	54.400	5.630.675	5.143.224

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, utilizando o Banco do Brasil S.A. como prestador de serviços de custódia qualificada e controladoria, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda, devidamente habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, os investimentos classificados na categoria Títulos para Negociação podem ser negociados, independentemente do prazo de vencimento do título, e são avaliados diariamente a valor de mercado, conforme divulgação de preços pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), e seus efeitos são reconhecidos no resultado do exercício (Demonstração da Mutação do Patrimônio Social).

Os Fundos de Investimentos são avaliados com base no valor da cota, conforme balanço do patrimônio dos respectivos fundos, divulgados diariamente pelos respectivos administradores.

Custódia dos Investimentos

Os títulos públicos são custodiados na Selic, as ações são custodiadas na CBLC, os títulos privados na Cetip S.A, enquanto os títulos e valores mobiliários contidos nos fundos de investimento estão custodiados nas seguintes instituições:

- Banco Bradesco S.A.;
- Banco BTG Pactual S.A.;
- Banco do Brasil S.A.;
- BRB DTVM S.A.;
- Santander Secutiries Services Brasil S.A.;
- Citibank DTVM S.A.;
- Deutsche Bank S.A.;
- HSBC Bank Brasil S.A. e
- Itaú Unibanco S.A.

a) Investimentos Imobiliários

Todos os investimentos imobiliários da Entidade são destinados exclusivamente para renda (aluguel) e pertencem ao Plano Regulamento Geral, conforme Política de Investimentos. Ao final do exercício de 2016, são demonstrados como segue:

Descrição	2015	Acréscimos/ Deduções	2016
Imóveis em Construção (a)	63.159	(63.159)	-
Bela Cintra Corporate	63.159	(63.159)	-
Locadas a Patrocinadoras	25.333	(3.198)	22.135
Edificações	25.180	(3.213)	21.967
Aluguéis	153	15	168
Locadas a Terceiros	34.225	55.097	89.322
Edificações	34.010	55.041	89.051
Aluguéis	215	56	271
Total da Carteira de Imóveis	122.717	(11.260)	111.457

a) Em 2016, o Ecomus concluiu a construção do imóvel comercial destinado para aluguel e renda, denominado Bela Cintra Corporate, situado na Rua Bela Cintra, São Paulo (SP).

O Ecomus possui imóveis locados aos patrocinadores e a terceiros. Durante o exercício de 2016, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 5.281 (R\$ 4.717, em 2015).

Em atendimento ao item 19, letras h, j e k do Anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, o Ecomus reavaliou seus imóveis com laudo em 15 de agosto de 2016, sendo ajustado contabilmente em outubro de 2016. As referidas reavaliações foram efetuadas com base na norma NBR nº 14.653 - partes 1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os laudos de avaliação foram emitidos pelas empresas Consult Soluções Patrimoniais, sendo o parecer pelo engenheiro Silvio J. Velludo, CREA 5060.662.723/D, gerando variação patrimonial negativa de R\$ 7.949 (positivo R\$ 12.260, em 2015), conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor contábil Set/2016	Ajuste da Reavaliação	Valor contábil Out/2016	Vida útil remanescente
Locados a Patrocinadora	25.180	(3.213)	21.967	
Rua Domingos de Morais N 896 - Vila Mariana	10.940	(1.328)	9.612	44 anos
Praça Raul Aguiar Leme N 212 - Bragança Paulista	2.360	107	2.467	44 anos
Rua Teodoro Sampaio N 1600 - Pinheiros	8.530	(2.347)	6.183	50 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 15	1.140	95	1.235	30 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17 A	1.105	130	1.235	30 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17 D	1.105	130	1.235	30 anos
Locados a Terceiros	34.010	(4.736)	29.274	
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 31	3.190	(256)	2.934	49 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 41	3.350	(416)	2.934	49 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 42	3.350	(416)	2.934	49 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 141	3.415	(481)	2.934	49 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 142	3.415	(481)	2.934	49 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 151	3.296	(362)	2.934	49 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conj. 152 e Cobertura	5.694	(1.051)	4.643	49 anos
Rua Quirino de Andrade N 185 - São Paulo	8.300	(1.273)	7.027	39 anos
Total da Reavaliação dos Imóveis	59.190	(7.949)	51.241	

Em dezembro de 2016, houve a reavaliação do Imóvel Bela Cintra, com laudo em 16 de dezembro de 2016. A referida reavaliação foi efetuada com base na norma NBR nº 14.653 – partes 1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Colliers International do Brasil, sendo o parecer pela engenheira Paula Casarini, CREA 5.060.339.429/D, gerando variação patrimonial negativa de R\$ 8.830, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor contábil Nov/2016	Ajuste da Reavaliação	Valor contábil Dez/2016	Vida útil remanescente
Locados a Terceiros	68.607	(8.830)	59.777	
Bela Cintra Corporate	68.607	(8.830)	59.777	60 anos
Total da Reavaliação do Imóvel	68.607	(8.830)	59.777	

O Economus adotou a reavaliação anual dos investimentos imobiliários, conforme Instruções Previc de números 15, de 12 de novembro de 2014, e 21, de 23 de março de 2015. As referidas instruções definem que a Entidade que optar pela reavaliação anual fica dispensada do registro da depreciação.

b) Empréstimos

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes, de acordo com o regulamento, e avaliados ao valor da concessão, deduzidos os valores amortizados pelo pagamento de parcelas, antecipações e quitações, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis.

A movimentação da carteira de empréstimo em 2016 é a seguinte:

Descrição	2015	Concessões/Entrada	Amortizações/Saída	Juros	2016
Regulamento Complementar nº 1	-	144	(4)	1	141
Empréstimos a Participantes	-	144	(4)	1	141
Regulamento Geral	57.074	37.393	(45.965)	9.452	57.954
Empréstimos a Participantes	57.118	37.496	(46.083)	9.452	57.983
Provisão para Liquidação Duvidosa	(44)	(103)	118	-	(29)
PrevMais	46.956	47.129	(46.791)	10.211	57.505
Empréstimos a Participantes	46.964	47.205	(46.830)	10.211	57.550
Provisão para Liquidação Duvidosa	(8)	(76)	39	-	(45)
Total da carteira de Empréstimo	104.030	84.666	(92.760)	19.664	115.600

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme número de dias de atraso.

c) Outros Realizáveis

Descrição	2016	2015
Regulamento Geral	2.896	2.673
Depósito Judicial - Ambev (a)	2.896	2.673
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	468	496
Participação na Corretora de Seguros (Corseg) (b)	468	496
Total dos Outros Realizáveis	3.364	3.169

(a) Ação ordinária movida contra Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, relativa a bônus de subscrição.

(b) Refere-se a participação na Economus - Administração e Corretora de Seguros Ltda. Conforme disposto na Resolução CMN 3.792, de 24

de setembro de 2009 e alterações posteriores, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e está atualizado com base no patrimônio líquido de dezembro de 2016.

7.2. Fundos Exclusivos

Em 31 de dezembro de 2016, os fundos exclusivos apresentam um montante de R\$ 1.203.193 (R\$ 934.263, em 2015).

Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos estão assim demonstrados:

Descrição		Ativo/Passivo	Ativo/Passivo
		2016	2015
A	BB ECO PLUS FI RF CRÉDITO PRIVADO	-	446.486
	Operações Compromissadas	-	98.249
	Letras Financeiras do Tesouro	-	52.601
	Letras do Tesouro Nacional	-	39.779
	CDB / RDB Pós-Fix Bcos Privados	-	-
	Debentures	-	29.716
	Contratos Mercado Futuro	-	-
	DPGE pós Fix. Bancos Privados	-	51.128
	Letras Financeiras Subord. BB Pos	-	9.484
	Letras Financeiras Sub. Privados Pos	-	17.797
	Letras Financeiras Sub. Ligada Pos	-	5.366
	Letras Financeiras Não Ligadas	-	130.055
	Letras Financeiras Ligadas	-	10.679
	Depósitos à Vista	-	1.646
	Valores a Pagar	-	(14)
B	BB ECO GOLD FUNDO DE INVEST. AÇÕES	-	158.942
	Ações	-	155.980
	Depósitos à Vista	-	2.193
	Contratos Mercado Futuro	-	-
	Valores a Receber	-	1.836
	Valores a Pagar	-	(1.067)
C	BB ECO PREMIUM IMA-B FI Renda Fixa	19.028	16.461
	Letras Financeiras Subord. BB POS	3.491	2.941
	Operações Compromissadas	11.884	9.719
	Debentures Simples - IPCA	3.635	3.791
	Depósitos à Vista	23	15
	Valores a Pagar	(5)	(5)

Descrição		Ativo/Passivo	Ativo/Passivo
		2016	2015
D	RIO BRAVO INVENIO FIA	29.502	25.838
	Ações	25.834	19.328
	Letras Tesouro Nacional O	3.047	-
	Notas do Tesouro Nacional O	-	4.881
	Valores a Receber	620	1.629
	Saldo em Tesouraria	1	-
E	GUEPARDO TUPI FIC FIA	-	15.774
	Guepardo Inst Mast (a)	-	15.751
	Valores a Pagar	-	(2)
	Saldo em Tesouraria	-	25
	(a) - Carteira, basicamente, representada por ações cotadas em Bolsa de Valores.		
F	ECO STOCKS FIC FIA	260.820	3.309
	Fundo de Renda Variável	260.827	3.311
	Letras Tesouro Nacional Over	5	-
	Valores a Pagar	(12)	(2)
G	ECO CASH FIC FI RENDA FIXA	893.843	267.453
	BB Eco Plus FI RF CP (b)	791.885	172.116
	HSBC RF CP PERF INST (b)	-	24.317
	FI Votorantin INS RF (b)	101.962	71.023
	Valores a Pagar	(4)	(3)
	(b) - Carteiras, basicamente, representadas por Letras Financeiras.		
Total dos Fundos Exclusivos		1.203.193	934.263

A. Em 2016, o Fundo BB Eco Plus FI RF Crédito Privado foi incorporado ao Eco Cash FIC FI Renda Fixa.

B. Em 2016, o Fundo BB Eco Gold Fundo de Invest. Ações foi incorporado ao Eco Stocks FIC FIA.

7.3. Composição das Carteiras de Investimentos por Plano

Em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, segue a segregação real dos ativos por plano:

a. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar nº 1

Regulamento Complementar nº 1	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2016	2016	2016	2015
Títulos Públicos			-	22.108	-	-	10.678	11.430	22.154	22.108	22.108	14.415
Notas do Tesouro Nacional			-	22.108	-	-	10.678	11.430	22.154	22.108	22.108	14.415
Notas do Tesouro Nacional B	3.074	3.105,012058	-	10.245	-	-	-	10.245	9.545	10.245	10.245	9.689
Notas do Tesouro Nacional B	436	3.142,503900	-	1.185	-	-	-	1.185	1.370	1.185	1.185	1.109
Notas do Tesouro Nacional B	1.000	3.042,719603	-	2.804	-	-	2.804	-	3.043	2.804	2.804	2.608
Notas do Tesouro Nacional B	390	2.990,111703	-	1.087	-	-	1.087	-	1.166	1.087	1.087	1.009
Notas do Tesouro Nacional B	2.310	3.043,079931	-	6.787	-	-	6.787	-	7.030	6.787	6.787	-
Créditos Privados e Depósitos			-	6.640	-	3.548	3.092	-	6.640	6.640	6.640	2.209
Letras Financeiras Privadas			-	6.640	-	3.548	3.092	-	6.640	6.640	6.640	2.209
Letras Financeiras Privadas	1	1.723.484,85	-	1.723	-	1.723	-	-	1.723	1.723	1.723	1.518
Letras Financeiras Privadas	1	784.887,78	-	785	-	785	-	-	785	785	785	691
Letras Financeiras Privadas	1	1.040.007,05	-	1.040	-	1.040	-	-	1.040	1.040	1.040	-
Letras Financeiras Privadas	0,838323	1.815.805,82	-	1.522	-	-	1.522	-	1.522	1.522	1.522	-
Letras Financeiras Privadas	3	523.187,51	-	1.570	-	-	1.570	-	1.570	1.570	1.570	-
Fundos de Investimento			9.273	1.030	9.273	1.030	-	-	10.303	10.303	10.303	14.672
Renda Fixa			9.273	701	9.273	701	-	-	9.974	9.974	9.974	14.249
Fundo de Renda Fixa			9.273	701	9.273	701	-	-	9.974	9.974	9.974	14.249
Direitos Creditórios			-	329	-	329	-	-	329	329	329	423
Fundos de Direitos Creditórios			-	329	-	329	-	-	329	329	329	423
Empréstimos e Financiamentos			-	-	-	-	-	-	141	141	141	-
Total			9.273	29.778	9.273	4.578	13.770	11.430	39.238	39.192	39.192	31.296

b. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar nº 2

Regulamento Complementar nº 2	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2016	2016	2016	2015
Títulos Públicos			-	16.787	-	-	3.206	13.581	16.730	16.787	16.787	13.855
Notas do Tesouro Nacional			-	16.787	-	-	3.206	13.581	16.730	16.787	16.787	13.855
Notas do Tesouro Nacional B	3.107	3.105,012058	-	10.350	-	-	-	10.350	9.647	10.350	10.350	9.788
Notas do Tesouro Nacional B	1.179	3.142,503900	-	3.231	-	-	-	3.231	3.705	3.231	3.231	3.024
Notas do Tesouro Nacional B	400	3.042,719603	-	1.122	-	-	1.122	-	1.217	1.122	1.122	1.043
Notas do Tesouro Nacional B	710	3.043,079931	-	2.084	-	-	2.084	-	2.161	2.084	2.084	-
Créditos Privados e Depósitos			-	4.403	-	3.357	1.046	-	4.403	4.403	4.403	2.041
Letras Financeiras Privadas			-	4.403	-	3.357	1.046	-	4.403	4.403	4.403	2.041
Letras Financeiras Privadas	1	1.531.986,53	-	1.532	-	1.532	-	-	1.532	1.532	1.532	1.349
Letras Financeiras Privadas	1	784.887,78	-	785	-	785	-	-	785	785	785	692
Letras Financeiras Privadas	1	1.040.007,05	-	1.040	-	1.040	-	-	1.040	1.040	1.040	-
Letras Financeiras Privadas	2	523.187,51	-	1.046	-	-	1.046	-	1.046	1.046	1.046	-
Fundos de Investimento			2.088	1.139	2.088	1.139	-	-	3.227	3.227	3.227	5.366
Renda Fixa			2.088	810	2.088	810	-	-	2.898	2.898	2.898	4.943
Fundo de Renda Fixa			2.088	810	2.088	810	-	-	2.898	2.898	2.898	4.943
Direitos Creditórios			-	329	-	329	-	-	329	329	329	423
Fundos de Direitos Creditórios			-	329	-	329	-	-	329	329	329	423
Total			2.088	22.329	2.088	4.496	4.252	13.581	24.360	24.417	24.417	21.262

c. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Geral

Regulamento Geral	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento				Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2016	2016	2016	2015
Títulos Públicos			4.222	3.117.748	4.222	1.842.486	86.171	1.189.091	3.565.323	3.121.970	3.121.970	2.968.863
Notas do Tesouro Nacional			4.222	3.117.748	4.222	1.842.486	86.171	1.189.091	3.565.323	3.121.970	3.121.970	2.968.863
Notas do Tesouro Nacional B	5.000	3.105,012058	-	14.553	-	-	-	14.553	15.525	14.553	14.553	13.626
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	3.105,012058	-	26.956	-	-	-	26.956	31.050	26.956	26.956	25.100
Notas do Tesouro Nacional B	49.548	3.077,063004	-	126.030	-	-	-	126.030	152.462	126.030	126.030	117.583
Notas do Tesouro Nacional B	152.817	3.142,503900	-	441.625	-	-	-	441.625	480.228	441.625	441.625	414.134
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	3.030,870125	-	29.288	-	29.288	-	-	30.309	29.288	29.288	27.271
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	3.042,719603	-	28.574	-	-	28.574	-	30.427	28.574	28.574	26.635
Notas do Tesouro Nacional B	24.000	3.069,197810	-	62.456	-	-	-	62.456	73.661	62.456	62.456	58.168
Notas do Tesouro Nacional B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.456
Notas do Tesouro Nacional B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.884
Notas do Tesouro Nacional B	19.680	3.043,079931	-	57.597	-	-	57.597	-	59.888	57.597	57.597	-
Notas do Tesouro Nacional C	93.187	3.680,896978	4.222	336.711	4.222	336.711	-	-	343.012	340.933	340.933	306.560
Notas do Tesouro Nacional C	444.594	3.643,213550	-	1.476.487	-	1.476.487	-	-	1.619.751	1.476.487	1.476.487	1.348.035
Notas do Tesouro Nacional C	126.000	5.785,789726	-	517.471	-	-	-	517.471	729.010	517.471	517.471	485.483
Notas do Tesouro Nacional C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.928
Créditos Privados e Depósitos			-	154.266	-	82.188	72.078	-	154.266	154.266	154.266	73.554
Instituições Financeiras			-	154.266	-	82.188	72.078	-	154.266	154.266	154.266	73.554
Letras Financeiras Privadas	12	1.914.983,170	-	22.980	-	22.980	-	-	22.980	22.980	22.980	20.237
Letras Financeiras Privadas	10	1.569.775,550	-	15.698	-	15.698	-	-	15.698	15.698	15.698	13.834
Letras Financeiras Privadas	22	1.214.853,740	-	26.727	-	26.727	-	-	26.727	26.727	26.727	23.258
Letras Financeiras Privadas	5	1.276.602,210	-	6.383	-	6.383	-	-	6.383	6.383	6.383	5.565
Letras Financeiras Privadas	10	1.232.000,710	-	12.320	-	-	12.320	-	12.320	12.320	12.320	10.660
Letras Financeiras Privadas	10	1.040.007,050	-	10.400	-	10.400	-	-	10.400	10.400	10.400	-
Letras Financeiras Privadas	14,4828571	765.854,770	-	11.092	-	-	11.092	-	11.092	11.092	11.092	-

Regulamento Geral	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2016	2016	2016	2015
Letras Financeiras Privadas	94,2857143	188.991,120	-	17.819	-	-	17.819	-	17.819	17.819	17.819	-
Letras Financeiras Privadas	8,38323353	1.815.805,820	-	15.222	-	-	15.222	-	15.222	15.222	15.222	-
Letras Financeiras Privadas	15	1.041.698,450	-	15.625	-	-	15.625	-	15.625	15.625	15.625	-
Fundos de Investimento			317.868	231.503	317.868	132.507	34.695	64.301	549.371	549.371	549.371	595.907
Renda Fixa			49.824	7.265	49.824	7.265	-	-	57.089	57.089	57.089	69.524
Fundo de Renda Fixa			49.824	7.265	49.824	7.265	-	-	57.089	57.089	57.089	69.524
Ações			214.281	24.361	214.281	24.361	-	-	238.642	238.642	238.642	272.572
Fundo de Ações			214.281	24.361	214.281	24.361	-	-	238.642	238.642	238.642	271.822
A Receber			-	-	-	-	-	-	-	-	-	750
Multimercado			-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.912
Fundo Multimercado			-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.912
Direitos Creditórios			-	5.061	-	5.061	-	-	5.061	5.061	5.061	5.524
Fundo de Direitos Creditórios			-	5.061	-	5.061	-	-	5.061	5.061	5.061	5.524
Participações			-	194.816	-	95.820	34.695	64.301	194.816	194.816	194.816	184.389
Fundo de Participações			-	194.816	-	95.820	34.695	64.301	194.816	194.816	194.816	184.389
Imobiliário			53.763	-	53.763	-	-	-	53.763	53.763	53.763	54.986
Fundo Imobiliário			53.763	-	53.763	-	-	-	53.763	53.763	53.763	54.986
Investimentos Imobiliários			-	-	-	-	-	-	111.457	111.457	111.457	122.717
Imóveis			-	-	-	-	-	-	111.018	111.018	111.018	122.349
Aluguéis e Renda			-	-	-	-	-	-	439	439	439	368
Empréstimos e Financiamentos			-	-	-	-	-	-	57.954	57.954	57.954	57.074
Depósitos Judiciais/ Recursais			-	-	-	-	-	-	5.913	5.913	5.913	5.676
Outros Realizáveis			-	-	-	-	-	-	2.896	2.896	2.896	2.673
Total			322.090	3.503.517	322.090	2.057.181	192.944	1.253.392	4.447.180	4.003.827	4.003.827	3.826.464

Em 2016 e 2015, não houve reclassificação de títulos entre as categorias definidas pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002.

d. Composição da carteira de investimentos do PrevmMais

PrevmMais	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2016	2016	2016	2015
Títulos Públicos			-	249.151	-	-	46.024	203.127	249.089	249.151	249.151	217.080
Notas do Tesouro Nacional			-	249.151	-	-	46.024	203.127	249.089	249.151	249.151	217.080
Notas do Tesouro Nacional B	59.419	3.142,503900	-	190.655	-	-	-	190.655	186.724	190.655	190.655	179.346
Notas do Tesouro Nacional B	2.500	3.105,012058	-	7.276	-	-	-	7.276	7.763	7.276	7.276	6.813
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	2.990,111703	-	28.060	-	-	28.060	-	29.901	28.060	28.060	26.082
Notas do Tesouro Nacional B	2.000	3.069,197810	-	5.196	-	-	-	5.196	6.138	5.196	5.196	4.839
Notas do Tesouro Nacional B	6.100	3.043,079931	-	17.964	-	-	17.964	-	18.563	17.964	17.964	-
Créditos Privados e Depósitos			-	332.192	-	125.077	207.115	-	332.192	332.192	332.192	185.762
Instituição Financeira			-	232.130	-	25.015	207.115	-	232.130	232.130	232.130	99.472
Letras Financeiras Privadas	8	1.569.775,55	-	12.558	-	12.558	-	-	12.558	12.558	12.558	11.067
Letras Financeiras Privadas	40	1.618.616,00	-	64.745	-	-	64.745	-	64.745	64.745	64.745	56.278
Letras Financeiras Privadas	5	1.276.602,21	-	6.383	-	6.383	-	-	6.383	6.383	6.383	5.565
Letras Financeiras Privadas	5	1.214.853,74	-	6.074	-	6.074	-	-	6.074	6.074	6.074	5.286
Letras Financeiras Privadas	10	1.227.220,97	-	12.272	-	-	12.272	-	12.272	12.272	12.272	10.616
Letras Financeiras Privadas	10	1.232.000,71	-	12.320	-	-	12.320	-	12.320	12.320	12.320	10.660
Letras Financeiras Privadas	4,52	765.370,67	-	3.459	-	-	3.459	-	3.459	3.459	3.459	-
Letras Financeiras Privadas	5,71	189.132,97	-	1.080	-	-	1.080	-	1.080	1.080	1.080	-
Letras Financeiras Privadas	0,78	1.812.181,45	-	1.414	-	-	1.414	-	1.414	1.414	1.414	-
Letras Financeiras Privadas	50	556.959,50	-	27.848	-	-	27.848	-	27.848	27.848	27.848	-
Letras Financeiras Privadas	25	1.104.629,32	-	27.616	-	-	27.616	-	27.616	27.616	27.616	-
Letras Financeiras Privadas	105	536.769,76	-	56.361	-	-	56.361	-	56.361	56.361	56.361	-
Patrocinador (Banco do Brasil)			-	100.062	-	100.062	-	-	100.062	100.062	100.062	86.290
Letras Financeiras	36	1.626.601,74	-	58.558	-	58.558	-	-	58.558	58.558	58.558	50.498
Letras Financeiras	10	1.384.331,97	-	13.843	-	13.843	-	-	13.843	13.843	13.843	11.938
Letras Financeiras	10	1.383.694,95	-	13.837	-	13.837	-	-	13.837	13.837	13.837	11.932
Letras Financeiras	10	1.382.421,79	-	13.824	-	13.824	-	-	13.824	13.824	13.824	11.922

PrevMais	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2016	2016	2016	2015
Fundos de Investimento			804.301	47.750	804.301	46.530	1.220	-	852.051	852.051	852.051	760.004
Renda Fixa			757.762	5.067	757.762	5.067	-	-	762.829	762.829	762.829	678.929
Fundo de Renda Fixa			757.762	5.067	757.762	5.067	-	-	762.829	762.829	762.829	678.929
Ações			46.539	2.470	46.539	2.470	-	-	49.009	49.009	49.009	40.157
Fundos de Ações			46.539	2.470	46.539	2.470	-	-	49.009	49.009	49.009	40.157
Direitos Creditórios			-	37.438	-	37.438	-	-	37.438	37.438	37.438	38.611
Fundos de Direitos Creditórios			-	37.438	-	37.438	-	-	37.438	37.438	37.438	38.611
Participações			-	2.775	-	1.555	1.220	-	2.775	2.775	2.775	2.307
Fundo de Participações			-	2.775	-	1.555	1.220	-	2.775	2.775	2.775	2.307
Empréstimos e Financiamentos			-	-	-	-	-	-	57.505	57.505	57.505	46.956
Total			804.301	629.093	804.301	171.607	254.359	203.127	1.490.837	1.490.899	1.490.899	1.209.802

Perfil de Investimentos

Desde 1º de julho de 2009, o Economus oferece opção de perfis de investimentos para os participantes do PrevMais. São quatro opções de perfis de investimento oferecidas: Conservador, Moderado, Agressivo e Super Agressivo. A cada quatro meses (janeiro, maio e setembro), o Economus oferece aos participantes a possibilidade de opção de troca de perfis de investimentos. Apresenta-se a seguir a composição dos perfis de investimentos em 31 de dezembro de 2016:

Perfil	Qtd. Participantes (*)	Volume dos recursos	Rentabilidade (%)
Conservador	9.034	987.601.665	14,92%
Moderado	946	83.009.703	17,91%
Agressivo	450	43.407.587	20,22%
Super Agressivo	252	26.267.321	22,75%
Total	10.682	1.140.286.277	

(*) Considera os participantes ativos, autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Obrigações Pendentes com Participantes (OPP) - participantes desligados do Plano/Patrocinadora, aguardando concessão de benefício/extrato de desligamento, aguardando opção pelos Institutos ou suspensos. No perfil conservador foi incluída a quantidade de aposentados com opção por renda mensal por período determinado, renda mensal em percentual do MFI e pensionistas com saldo de MFI. A quantidade informada está acrescida em 14 participantes e a diferença reside no fato de que esses participantes têm recursos em mais de um perfil, devido a vínculos anteriores.

e. Composição da carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa

Regulamento Complementar nº 2	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2016	2016	2016	2015
Títulos Públicos Federais			-	6.711	-	6.711	-	-	6.711	6.711	6.711	5.886
Letras Financeiras do Tesouro			-	6.711	-	6.711	-	-	6.711	6.711	6.711	5.886
Letras Financeiras do Tesouro	795	8.442,019666	-	6.711	-	6.711	-	-	6.711	6.711	6.711	5.886
Créditos Privados e Depósitos			-	7.096	-	1.627	5.469	-	7.096	7.096	7.096	1.403
Letras Financeiras Privadas			-	5.469	-	-	5.469	-	5.469	5.469	5.469	-
Letras Financeira	5	556.959,50000	-	2.785	-	-	2.785	-	2.785	2.785	2.785	-
Letras Financeira	5	536.769,76000	-	2.684	-	-	2.684	-	2.684	2.684	2.684	-
Patrocinador (Banco do Brasil)			-	1.627	-	1.627	-	-	1.627	1.627	1.627	1.403
Letras Financeiras	1	1.626.601,74	-	1.627	-	1.627	-	-	1.627	1.627	1.627	1.403
Fundos de Investimento			58.065	-	58.065	-	-	-	58.065	58.065	58.065	46.615
Renda Fixa			58.065	-	58.065	-	-	-	58.065	58.065	58.065	46.615
Fundo de Renda Fixa			58.065	-	58.065	-	-	-	58.065	58.065	58.065	46.615
Outros Realizáveis			-	-	-	-	-	-	468	468	468	496
Participação na Corretora de Seguros				-		-	-	-	468	468	468	496
Total			58.065	13.807	58.065	8.338	5.469	-	72.340	72.340	72.340	54.400

8. Permanente

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

Descrição	2015	Adições	Baixas	Depreciações e amortizações	2016
Imobilizado	1.564	129	(57)	(578)	1.058
Móveis e Utensílios	203	-	-	(33)	170
Máquinas e Equipamentos	1.301	72	(57)	(472)	844
Veículos	60	-	-	(22)	38
Celulares e Tablets	-	57	-	(51)	6
Intangível	530	705	(33)	(286)	916
Software	497	355	-	(286)	566
Desenvolvimento de Software	33	-	(33)	-	-
Implementação Sistema Atena	-	208	-	-	208
Implementação Sistema Benner	-	142	-	-	142
Total do Permanente	2.094	834	(90)	(864)	1.974

9. Gestão Assistencial

A partir do exercício de 2010, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que operam plano de assistência à saúde aos seus participantes e assistidos, passaram a utilizar as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os registros contábeis. Portanto, as Demonstrações Contábeis dos planos assistenciais administrados pelo Economus, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela ANS, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela Superintendência de Previdência Complementar (Previc).

As receitas e despesas assistenciais constantes na Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS) – Consolidada, item 5. Gestão Assistencial representam o Resultado Líquido do Assistencial no valor negativo de R\$ 21.467 (positivo de R\$ 17.974, em 2015).

As Demonstrações Contábeis e as Notas explicativas da gestão assistencial são apresentadas de forma segregada às demonstrações dos planos previdenciais e plano de gestão administrativa, mas como parte integrante das Demonstrações Contábeis, conforme apresentado nas informações suplementares (Nota Explicativa 20.c).

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e Previc, são apresentados apenas os saldos totais do ativo, passivo e movimentos patrimoniais ocorridos no plano assistencial. Os valores de forma analítica são apresentados nos demonstrativos assistenciais elaborados em conformidade com as normas da ANS.

10. Exigível Operacional

Esse grupo registra os compromissos a pagar do Economus, segregados em gestão previdencial, administrativa e de investimentos.

A composição do exigível operacional está demonstrada como segue:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Gestão Previdencial	5	191	14	292	6.726	5.667	750	584	-	-	7.495	6.734
Benefícios a Pagar	-	-	13	-	1	-	45	-	-	-	59	-
Retenções a Recolher	1	1	1	1	6.573	5.526	704	528	-	-	7.279	6.056
Outras Exigibilidades (a)	4	190	-	291	152	141	1	56	-	-	157	678
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-	-	-	6.271	7.962	6.271	7.962
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.619	2.380	2.619	2.380
Fornecedores a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	2.627	4.691	2.627	4.691
Retenções a Recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	1.025	891	1,025	891
Investimento	6	3	4	2	1.011	726	317	276	-	1	1.338	1.008
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	34	2	-	-	-	-	34	2
Empréstimos e Financiamentos	1	-	-	-	188	55	112	126	-	-	301	181
Relacionados com o Disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Exigibilidades (b)	5	3	4	2	789	669	205	150	-	1	1.003	825
Total do exigível operacional	11	194	18	294	7.737	6.393	1.067	860	6.271	7.963	15.104	15.704

(a) Outras exigibilidades referem-se à taxa de administração e contribuições a repassar entre os planos de benefícios, quitadas em janeiro de 2017.

(b) Refere-se ao valor a pagar de taxa de custódia dos investimentos.

11. Exigível Contingencial

O Economus tem ações judiciais e processos administrativos perante vários Tribunais e Órgãos Governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros ramos do Direito.

11.1. Contingências - Perda Provável e Depósitos Judiciais

A composição do exigível contingencial das ações classificadas como prováveis está demonstrada como segue:

Descrição	Provisões			Depósito Judicial		
	Saldo em 31/12/2015	Constituição/ (Reversão)	Atualização	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016
Gestão Previdencial	130.708	20.170	7.578	158.456	90.827	120.385
Trabalhistas (a)	128.430	21.467	7.578	157.475	90.827	120.385
Regulamento Complementar nº 1	10.729	(72)	504	11.161	10.729	11.161
Regulamento Complementar nº 2	4.785	690	393	5.868	4.784	5.867
Regulamento Geral	112.916	20.849	6.681	140.446	75.314	103.357
Cíveis (b)	2.278	(1.297)	-	981	-	-
Regulamento Geral	2186	(1.314)	-	872	-	-
PrevMais	92	17	-	109	-	-
Gestão Administrativa	14.101	1.926	251	16.278	11.615	13.532
Trabalhistas (c)	558	(84)	26	500	390	344
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	558	(84)	26	500	390	344
Cíveis (d)	53	12	-	65	-	-
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	53	12	-	65	-	-
Outras (e)	21	-	2	23	21	23
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	21	-	2	23	21	23
Provisão para riscos fiscais	13.469	1.998	223	15.690	11.204	13.165
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	13.469	1.998	223	15.690	11.204	13.165
ISS (f)	2.105	-	223	2.328	-	-
PIS e Cofins - 2006 (g)	11.364	1.998	-	13.362	11.204	13.165
Investimentos	6.033	(128)	236	6.141	5.676	5.913
Cíveis (h)	366	(128)	-	238	9	10
Regulamento Geral	366	(128)	-	238	9	10
Provisão para riscos fiscais	5.667	-	236	5.903	5.667	5.903
Regulamento Geral	5.667	-	236	5.903	5.667	5.903
IPTU (i)	5.667	-	236	5.903	5.667	5.903
Total do exigível contingencial	150.842	21.968	8.065	180.875	108.118	139.831

Gestão Previdencial

(a) Processos trabalhistas: são compostos por ações interpostas por participantes, ex-participantes e seus dependentes em face dos Planos de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, inclusive com valores depositados judicialmente.

O acréscimo do passivo trabalhista previdencial no exercício de 2016 reflete a movimentação de fase processual das reclamações trabalhistas, de instrução para recurso, ocasião em que se a ação é julgada de forma desfavorável ao Economus o processo é classificado como perda provável. Contabilmente, está provisionado, em 2016, o valor de R\$ 157.475 (R\$ 128.430, em 2015), e depositado judicialmente, em 2016, o valor de R\$ 120.385 (R\$ 90.827, em 2015).

(b) Processos Cíveis: são compostos por ações em andamento na Justiça Comum, com provisionamento, em 2016, de R\$ 981 (R\$ 2.278, em 2015) e sem depósitos judiciais.

Gestão Administrativa

(c) Processos trabalhistas: são compostos por ações ajuizadas por ex-funcionários do Economus. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, inclusive com valores depositados judicialmente. A Administração avalia que a provisão constituída e estimada é suficiente para a cobertura das eventuais perdas, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, bem como está de acordo com a metodologia e os critérios estabelecidos para identificação das ações que se enquadrem nas classificações de provável, possível ou remota, em relação a decisões desfavoráveis ao Economus. Contabilmente, está provisionado, em 2016, o valor de R\$ 500 (R\$ 558, em 2015), e depositado judicialmente, em 2016, o valor de R\$ 344 (R\$ 390, em 2015).

(d) Processos cíveis: são compostos por ações em andamento na Justiça Comum, com provisionamento, em 2016, de R\$ 65 (R\$ 53, em 2015) e sem depósitos judiciais.

(e) Outros: são compostos por ações envolvendo seguro de vida. Contabilmente, está provisionado, em 2016, o valor de R\$ 23 (R\$ 21, em 2015), e depositado judicialmente, em 2016, o valor de R\$ 23 (R\$ 21, em 2015).

(f) ISS: autuação da Prefeitura de São Paulo referente à cessão de mão de obra de 1991 a 1996. Em 2007 o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei 14.129, de 11 de janeiro de 2006, que está em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo. Contabilmente está provisionado em 2016 o valor de R\$ 2.328 (R\$ 2.105, em 2015) e sem depósitos judiciais.

(g) PIS e Cofins – 2006: a partir de 2006, seguindo orientação dos assessores jurídicos, o Economus impetrou Mandado de Segurança questionando o PIS e a Cofins, com liminar concedida autorizando o depósito judicial dos valores apurados. Contabilmente, estão provisionados, em 2016, R\$ 13.362 (R\$ 11.364, em 2015) e depositados judicialmente, em 2016, R\$ 13.165 (R\$ 11.204, em 2015).

Investimentos

(h) Processos Cíveis: são compostos por ações em andamento na Justiça Comum (processos envolvendo discussão sobre imóveis), com provisionamento, em 2016, de R\$ 238 (R\$ 366, em 2015) e depositados judicialmente, em 2016, o valor de R\$ 10 (R\$ 9, em 2015).

(i) IPTU: o Economus provisionou e depositou judicialmente valores devidos a título de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), dos bens constantes do Imobilizado do Plano de Benefícios do Regulamento Geral. Contabilmente, está provisionado, em 2016, o valor de R\$ 5.903 (R\$ 5.667, em 2015), e depositado judicialmente, em 2016, o valor de R\$ 5.903 (R\$ 5.667, em 2015).

Em 2007 o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei 14.129, de 11 de janeiro de 2006, o qual está em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo. O PPI é um programa cuja finalidade é oferecer oportunidade para que as pessoas físicas ou jurídicas possam quitar seus débitos tributários e não tributários e, assim, regularizar a situação perante o Município de São Paulo, com redução de até 75% da multa e 100% dos juros de mora.

11.2. Contingências - Perda Possível

O Economus possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificados pela Administração e por seus advogados como possíveis, estando assim representadas:

Natureza	Descrição do objeto	Expectativa de perda Possível	
		2016	2015
Gestão Previdencial		46.145	38.208
Trabalhista		5.958	7.242
Ações do Regulamento Geral	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	5.949	7.242
Ações do PrevMais	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	9	-
Cível		40.187	30.966
Ações Cíveis Regulamento Geral	Concessão ou revisão de benefícios previdenciários	40.146	30.966
Ações Cíveis Prevmais	Concessão ou revisão de benefícios previdenciários	41	-
Gestão Administrativa		12.999	18.870
Trabalhista		45	33
Ex-empregados do Economus	Verbas trabalhistas / reintegração ao emprego	45	33
Cível		1.348	1.660
Seguro de Vida	Ações Cíveis Seguro de Vida em Grupo indenização Seguro de Vida e Acidentes/Manutenção Apólice	1.348	1.660
Tributária		11.606	17.177
Receita Federal do Brasil	Pedido de compensação de tributos	11.606	17.177
Investimentos		2.973	2.230
Cível		2.973	2.230
Imóveis – Regulamento Geral	Imóveis	2.973	2.230
Total das ações com risco de perda possível		62.117	59.308

11.3. Ativo Contingente

O Economus é beneficiário de crédito na ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) - substituta processual de diversas entidades de previdência complementar, entre elas o Economus, em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs) e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, propondo a adoção do IPC em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Houve o trânsito em julgado da decisão em 2011, mas o processo ainda está em fase de execução, tendo sido apresentados embargos à execução pela União Federal, sucessora do FND. Também foi interposta Ação Rescisória pela União Federal contra o acórdão que já havia transitado em julgado, a qual está sendo contestada pela Abrapp. A União Federal perdeu em 2ª instância e está recorrendo aos Tribunais Superiores. À luz da Resolução nº 1.180/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por não existirem evidências quanto à data e ao valor de liquidação, a Entidade não contabilizou os referidos rendimentos, uma vez que se caracteriza apenas como “provável”, e não “praticamente certa”, a entrada de benefícios econômicos futuros.

12. Provisões Matemáticas

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está resumida como segue:

Descrição	31/Dezembro/2015	Constituição no exercício	31/Dezembro/2016
Benefícios Concedidos	4.752.485	261.189	5.013.674
Contribuição Definida	89.729	(985)	88.744
Benefício Definido	4.662.756	262.174	4.924.930
Benefícios a Conceder	1.509.220	311.200	1.820.420
Contribuição Definida	799.452	237.974	1.037.426
Benefício Definido	709.768	73.226	782.994
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(396.435)	(336.424)	(732.859)
(-) Patrocinador (es) 2005	(198.218)	(5.779)	(203.997)
(-) Patrocinador (es) 2015	-	(148.862)	(148.862)
(-) Participantes 2005	(24.136)	(2.066)	(26.202)
(-) Participantes 2015	-	(50.543)	(50.543)
(-) Assistidos 2005	(174.081)	(3.715)	(177.796)
(-) Assistidos 2015	-	(125.459)	(125.459)
Total das Provisões Matemáticas	5.865.270	235.965	6.101.235

12.1. Premissas e Hipóteses Atuariais

O Economus, junto com a empresa Mercer/Gama, responsável técnico-atuarial pelos planos de benefícios administrados, realizou testes estatísticos retrospectivos, com dados históricos de todas as premissas demográficas e biométricas, bem como as premissas econômico-financeiras por método prospectivo, utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios.

A seguir, os quadros das Premissas e Hipóteses Atuariais adotadas para os planos de benefícios administrados pelo Economus, em 2016 e 2015:

a) Regulamento Complementar nº 1

Premissas e Hipóteses	Hipóteses 2016	Hipóteses 2015
Taxa Real Anual de Juros	5,00%	5,38%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9804	0,9780
Tábua de Mortalidade	AT 83 Female	AT 2000 M&F (A50)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	WINKLEVOSS	WINKLEVOSS
Tábua de Morbidez	EX – ECONOMUS II	EX – ECONOMUS II

b) Regulamento Complementar nº 2

Premissas e Hipóteses	Hipóteses 2016	Hipóteses 2015
Taxa Real Anual de Juros	5,00%	5,52%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,9804	0,9780
Tábua de Mortalidade	AT 83 Female	AT 2000 M&F (A50)

c) Regulamento Geral

Premissas e Hipóteses	Hipóteses 2016	Hipóteses 2015
Taxa Real Anual de Juros	6,00%	6,00%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9805	0,9776
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A50)	AT 2000 M&F (A50)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disable Female	RP-2000 Disable Female
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	Light Média
Tábua de Entrada em Aposentadoria	EX GAMA-ECONOMUS	EX GAMA-ECONOMUS
Tábua de Rotatividade	EX- ECONOMUS Ajuste Gráfico	EX- ECONOMUS Ajuste Gráfico
Tábua de Morbidez	EX-ECONOMUS II	EX-ECONOMUS II
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Crescimento Real de Salários	0,00%	0,00%

Em 2016, o Economus aprimorou os estudos visando à alteração dos regimes financeiros (regime de repartição simples e repartição de capitais de cobertura para o regime de capitalização) dos benefícios de risco do Regulamento Geral, que em 31 de dezembro de 2016 apresenta um impacto projetado de R\$ 919.964 mil nas reservas técnicas do plano, considerando a regulamentação previdenciária vigente. Com base nos dados obtidos e diante das alternativas avaliadas, em 24 de novembro de 2016, o Conselho Deliberativo aprovou a criação de um Fundo Previdencial cujo objetivo é constituir, por meio de contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes e assistidos, parte do montante

financeiro equivalente ao impacto produzido pela alteração do regime financeiro dos benefícios de risco. O prazo para constituição desse fundo é de 240 meses, a serem revertidos quando da alteração dos regimes financeiros. As reservas técnicas do plano só serão impactadas no momento em que ocorrer a deliberação e a respectiva implementação da alteração do regime financeiro de capitalização.

A criação do Fundo Previdencial para futura alteração do regime financeiro dos benefícios busca atender às recomendações do órgão fiscalizador e do atuário responsável, melhorará o fluxo de caixa do plano e permitirá a análise mais detalhada das alternativas avaliadas, bem como verificar o impacto da reforma da previdência social oficial no Plano.

A contribuição está prevista para ser implementada no 1º semestre de 2017, após a aprovação dos órgãos externos.

d) PrevMais

Premissas e Hipóteses	Hipóteses 2016	Hipóteses 2015
Taxa Real Anual de Juros	5%	5%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de determinação Valor Real - Benefícios	0,9804	0,9778
Crescimento Real de Salário	1,12%	1,36%
Tábua de Mortalidade	AT 2000 F	AT 2000 F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI – 85 Female	MI – 85 Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller	Muller
Tábua de Rotatividade	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (taxa média de 0,77% ao ano até a idade de aposentadoria, e nula após esta idade)	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (taxa média de 0,77% ao ano até a idade de aposentadoria, e nula após esta idade)
Tábua de Morbidez	EX – ECONOMUS 2005-2014	EX – ECONOMUS 2005-2014

12.2. Demonstrativo da Composição das Provisões Matemáticas por Planos

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Benefícios concedidos	10.708	9.221	1.716	1.458	4.691.555	4.457.922	309.695	283.884	5.013.674	4.752.485
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	88.744	89.729	88.744	89.729
Benefício Definido	10.708	9.221	1.716	1.458	4.691.555	4.457.922	220.951	194.155	4.924.930	4.662.756
Benefícios a conceder	47.054	46.547	44.543	45.127	691.397	618.094	1.037.426	799.452	1.820.420	1.509.220
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	1.037.426	799.452	1.037.426	799.452
Benefício Definido	47.054	46.547	44.543	45.127	691.397	618.094	-	-	782.994	709.768
(-) Provisões matemáticas a constituir	(18.135)	-	(21.124)	-	(693.600)	(396.435)	-	-	(732.859)	(396.435)
(-) Patrocinador (es) 2005	-	-	-	-	(203.998)	(198.218)	-	-	(203.998)	(198.218)
(-) Patrocinador (es) 2015	(6.059)	-	-	-	(142.802)	-	-	-	(142.802)	-
(-) Participantes 2005	-	-	-	-	(26.202)	(24.136)	-	-	(26.202)	(24.136)
(-) Participantes 2015	(12.029)	-	(21.121)	-	(17.393)	-	-	-	(50.543)	-
(-) Assistidos 2005	-	-	-	-	(177.796)	(174.081)	-	-	(177.796)	(174.081)
(-) Assistidos 2015	(47)	-	(3)	-	(125.409)	-	-	-	(125.459)	-
Exigível atuarial	39.627	55.768	25.135	46.585	4.689.352	4.679.581	1.347.121	1.083.336	6.101.235	5.865.270

12.2.1. Benefícios Concedidos

O acréscimo nos Benefícios Concedidos deve-se:

Regulamento Geral - à elevação na quantidade de Assistidos, bem como ao aumento do valor médio dos benefícios pagos, o qual superou a involução natural das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, dado pelo envelhecimento e por óbitos na população do plano.

PrevMais - em especial, ao ingresso de novas contribuições ao Plano e à receita com retorno dos investimentos aos saldos de contas, que superaram o pagamento de resgates e portabilidade, bem como a transferência de recursos às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

12.2.2. Benefícios a Conceder

O acréscimo nos Benefícios a Conceder deve-se:

Regulamento Geral – à alteração da premissa de entrada em invalidez e ao fator de capacidade, além do aumento dos benefícios saldados médios.

PrevMais – ao ingresso de novas contribuições ao Plano e à receita com retorno dos investimentos aos saldos de contas, que superaram o pagamento de resgates e portabilidade, acrescido do montante revertido às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

12.2.3. Provisões Matemáticas a Constituir

As provisões matemáticas a constituir totalizaram R\$ 732.859 (R\$ 396.435, em 2015), referentes ao valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes e assistidos.

a) Regulamento Complementar nº 1

O acréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se à contabilização do déficit equacionado em 2015, por Patrocinador, Participantes e Assistidos no montante de R\$ 18.135, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus. O valor equacionado de R\$ 20.136 foi reduzido da parcela referente à utilização do Fundo Previdencial de Cobertura Especial, no montante de R\$ 2.001.

Déficit Equacionado de 2015

Plano de Benefício Definido (Regulamento Complementar nº 1) Déficit Equacionado 2005	
	2016
Valor contratado	20.136
Saldo devedor atual	18.135
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	147 meses
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	124 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 5%

(1) O prazo financeiro original é 147 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Economus, contudo, devido à utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, o prazo passou para 124 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamentos recalculados anualmente.

(b) Regulamento Complementar nº 2

O acréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se à contabilização do déficit equacionado em 2015, por Participantes e Assistidos no montante de R\$ 21.124, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus. O valor equacionado de R\$ 22.864 foi reduzido da parcela referente à utilização do Fundo Previdencial de Cobertura Especial, no montante de R\$ 1.740.

Déficit Equacionado de 2015

Plano de Benefício Definido (Regulamento Complementar nº 2) Déficit Equacionado 2015	
	2016
Valor contratado	22.864
Saldo devedor atual	21.124
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	87 meses
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	78 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 5%

(1) O prazo financeiro original é 87 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Economus, contudo, devido à utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, o prazo passou para 78 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamentos recalculados anualmente.

Regulamento Geral

O acréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se à contabilização do déficit equacionado em 2015, por Patrocinadores, Participantes e Assistidos no montante de R\$ 285.605, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Déficit Equacionado de 2005

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral) Déficit Equacionado 2005		
	2016	2015
Valor contratado	247.989	247.989
Saldo devedor atual	407.996	396.435
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	311 meses	311 meses
Prazo de amortização restante ⁽²⁾	201 meses	222 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada ⁽⁴⁾	INPC + 6%	INPC + 6%

(1) Na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2010, foi alterado o método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Déficit Equacionado – 2005, que passou para o Método Price. O prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do déficit técnico foi fixado em 311 meses, contados a partir de abril de 2011.

(2) Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, tendo sido reavaliado o prazo remanescente máximo segundo o observado quando da realização do equacionamento em vigor.

Déficit Equacionado de 2015

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral) Déficit Equacionado 2015	
	2016
Valor contratado	285.605
Saldo devedor atual	285.605
Prazo de amortização pactuado	198 meses
Prazo de amortização restante	198 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 6%

13. Superávit/Déficit Técnico

A composição do superávit/déficit técnico por plano de benefícios, findo em 31 de dezembro de 2016, é resumida como segue:

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral) Déficit Equacionado 2015	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Resultados Realizados	1.195	(20.347)	391	(22.992)	(713.860)	(892.360)	19.272	8.049	(693.002)	(927.650)
Superávit Técnico	1.195	-	391	-	-	-	19.272	8.049	20.858	8.049
Reserva de Contingência	1.195	-	391	-	-	-	19.272	8.049	20.858	8.049
Reserva para Revisão de Plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Déficit Técnico	-	(20.347)	-	(22.992)	(713.860)	(892.360)	-	-	(713.860)	(935.699)
Resultados a Realizar	-	-	-	-	359.735	380.579	-	-	359.735	380.579
Equilíbrio Técnico	1.195	(20.347)	391	(22.992)	(354.125)	(511.781)	19.272	8.049	(333.267)	(547.071)

a) Regulamento Complementar nº 1

Passou de uma situação deficitária de R\$ 20.347, em 2015, para uma situação superavitária de R\$ 1.195, em 2016, devido, principalmente, ao equacionamento do déficit de 2015 contabilizado em Provisões Matemáticas a Constituir que resultou na diminuição de 28,94% das Provisões Matemáticas totais.

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam a data da avaliação foi de 12,87%, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa real anual de juros atuariais acrescido do índice do Plano, foi de 12,31%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 0,50%.

b) Regulamento Complementar nº 2

Passou de uma situação deficitária de R\$ 22.992, em 2015, para uma situação superavitária de R\$ 391, em 2016, devido, principalmente, ao equacionamento do déficit de 2015 contabilizado em Provisões Matemáticas a Constituir que resultou na diminuição de 46,04% das Provisões Matemáticas totais.

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam a data da avaliação foi de 12,43%, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa real anual de juros atuariais acrescido do índice do Plano, foi de 12,46%, o que resultou em uma perda técnico atuarial no exercício de 0,03%.

c) Regulamento Geral

Reduziu sua situação deficitária de R\$ 511.781, em 2015, para R\$ 354.125, em 2016. A redução observada no déficit técnico acumulado até a Avaliação Atuarial anual de 2016, ou seja, o superávit técnico do exercício de 2016 se deve, primordialmente, à elevação das provisões matemáticas a constituir (em face do plano de equacionamento no valor de R\$ 285.605), deduzido da elevação das Provisões Matemáticas (reajuste de salários e benefícios, inclusive os saldados, além da alteração da tábua de entrada em invalidez).

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam a data da avaliação foi de 15,45%, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa real anual de juros atuariais acrescido do índice do Plano, foi de 12,97%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 2,20%.

Para o déficit técnico de R\$ 354.125, não há obrigatoriedade de equacionamento até o encerramento do exercício de 2017 (Nota Explicativa 13.1.c.).

d) PrevMais

Aumentou sua situação superavitária de R\$ 8.049, em 2015, para R\$ 19.272, em 2016. Esse acréscimo deve-se, em especial, pela superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano e a elevação abaixo do esperado do Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco motivada pela alteração da premissa de crescimento real de salários.

A rentabilidade do Plano Auferida nos 12 meses que antecederam a Data da Avaliação foi de 15,09%, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa real anual de juros atuariais acrescido do índice do Plano, foi de 11,91%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 2,84%.

13.1. Ajuste de Precificação

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, foi criado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria Mantidos até o Vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos (valor de Mercado).

A Instrução Previc nº19, de 04 de fevereiro de 2015, tratou dos critérios para definição e divulgação da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Tal ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços, que atendam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;
- tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;
- o valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;
- o valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;

- a duração do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e
- esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado no Demonstrativo do Ativo Líquido (DAL) por plano de benefício, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

a) Regulamento Complementar nº 1

O ajuste de precificação foi R\$ 1.750 (R\$ 211, em 2015), conforme quadro abaixo:

Ajustes de Precificação Consolidado								
Títulos Públicos	Quantidade	Taxa da aquisição % a.a.	Vencimento	PU taxa de aquisição em 31/12/2016	PU recalculado em 31/12/2016	Valor Contábil em 31/12/2016	Valor Ajustado em 31/12/2016	Valor do Ajuste
NTN-B	390	7,395	15/05/2023	2.781,39	3.136,25	1.085	1.223	138
NTN-B	600	7,370	15/08/2024	2.798,23	3.204,50	1.679	1.923	244
NTN-B	400	7,360	15/08/2024	2.799,80	3.204,50	1.120	1.282	162
NTN-B	1.190	6,340	15/08/2026	2.954,08	3.241,44	3.515	3.857	342
NTN-B	550	6,520	15/08/2026	2.918,10	3.241,44	1.605	1.783	178
NTN-B	570	6,480	15/08/2026	2.926,04	3.241,44	1.668	1.848	180
NTN-B	298	5,249	15/08/2030	3.234,90	3.308,44	964	986	22
NTN-B	316	5,299	15/08/2030	3.220,41	3.308,44	1.017	1.045	28
NTN-B	329	5,530	15/08/2030	3.154,56	3.308,44	1.038	1.088	50
NTN-B	331	5,610	15/08/2030	3.132,18	3.308,44	1.037	1.095	58
NTN-B	88	6,480	15/08/2050	2.838,65	3.498,19	250	308	58
NTN-B	151	6,970	15/08/2050	2.664,79	3.498,19	402	528	126
NTN-B	197	6,965	15/08/2050	2.666,48	3.498,19	525	689	164
TOTAL						15.905	17.655	1.750

Conforme determina a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observados os critérios previstos na Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação resultou em R\$ 1.750, que gerou em um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 2.945. De acordo com a legislação vigente, se superavitário, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2016	2015
a) Equilíbrio Técnico	1.195	(20.347)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	211
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.195	(20.136)

b) Regulamento Complementar nº 2

O ajuste de precificação foi R\$ 559 (R\$ 128, em 2015), conforme quadro abaixo:

Ajustes de Precificação Consolidado								
Títulos Públicos	Quantidade	Taxa da aquisição % a.a.	Vencimento	PU taxa de aquisição em 31/12/2016	PU recalculado em 31/12/2016	Valor Contábil em 31/12/2016	Valor Ajustado em 31/12/2016	Valor do Ajuste
NTN-B	400	7,370	15/08/2024	2.798,23	3.204,50	1.119	1.282	163
NTN-B	350	6,340	15/08/2026	2.954,08	3.241,44	1.034	1.135	101
NTN-B	360	6,520	15/08/2026	2.918,10	3.241,44	1.051	1.167	116
NTN-B	298	5,249	15/08/2030	3.234,90	3.308,44	964	986	22
NTN-B	340	5,299	15/08/2030	3.220,41	3.308,44	1.095	1.125	30
NTN-B	350	5,530	15/08/2030	3.154,56	3.308,44	1.104	1.158	54
NTN-B	319	5,610	15/08/2030	3.132,18	3.308,44	999	1.055	56
NTN-B	210	6,970	15/08/2050	2.664,79	3.498,19	56	73	17
TOTAL						7.422	7.981	559

Conforme determina a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observados os critérios previstos na Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação resultou em R\$ 559, que gerou um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 950. De acordo com a legislação vigente, se superavitário, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2016	2015
a) Equilíbrio Técnico	391	(22.992)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	128
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	391	(22.864)

c) Regulamento Geral

O ajuste de precificação foi R\$ 52.217 (R\$ 35.772, em 2015), conforme quadro abaixo:

Ajustes de Precificação Consolidado								
Títulos Públicos	Quantidade	Taxa da aquisição % a.a.	Vencimento	PU taxa de aquisição em 31/12/2016	PU recalculado em 31/12/2016	Valor Contábil em 31/12/2016	Valor Ajustado em 31/12/2016	Valor do Ajuste
NTN-B	5.000	7,070	15/08/2020	2.925,34	3.021,65	14.627	15.109	482
NTN-B	5.000	7,060	15/08/2020	2.926,22	3.021,65	14.631	15.108	477
NTN-B	10.000	7,030	15/08/2024	2.852,15	3.024,16	28.521	30.241	1.720
NTN-B	2.760	6,340	15/08/2026	2.954,08	3.023,68	8.153	8.345	192
NTN-B	8.090	6,520	15/08/2026	2.918,10	3.023,68	23.607	24.461	854
NTN-B	8.830	6,480	15/08/2026	2.926,04	3.023,68	25.837	26.699	862
NTN-B	5.000	6,470	15/08/2030	2.904,84	3.026,16	14.524	15.131	607
NTN-B	10.000	7,390	15/08/2030	2.686,19	3.026,16	26.862	30.262	3.400
NTN-B	7.000	7,400	15/05/2035	2.581,55	2.983,89	18.071	20.887	2.816
NTN-B	9.000	7,330	15/05/2035	2.599,74	2.983,89	23.398	26.855	3.457
NTN-B	3.000	7,330	15/05/2035	2.599,74	2.983,89	7.799	8.952	1.153
NTN-B	5.000	7,400	15/05/2035	2.581,55	2.983,89	12.908	14.920	2.012
NTN-B	10.000	7,980	15/05/2045	2.343,69	2.985,00	23.437	29.850	6.413
NTN-B	16.670	7,450	15/05/2045	2.491,64	2.985,00	41.536	49.760	8.224
NTN-B	12.878	7,200	15/05/2045	2.566,87	2.985,00	33.056	38.441	5.385
NTN-B	10.000	7,950	15/05/2045	2.351,67	2.985,00	23.517	29.850	6.333
NTN-B	6.445	6,970	15/08/2050	2.664,79	3.028,44	17.175	19.519	2.344
NTN-B	10.494	6,965	15/08/2050	2.666,48	3.028,44	27.982	31.780	3.798
NTN-B	41.078	6,980	15/08/2050	2.661,44	3.028,44	12.245	13.933	1.688
TOTAL						397.886	450.103	52.217

Conforme determina a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observados os critérios previstos na Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação resultou em R\$ 52.217, que gerou um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 301.908, conforme quadro abaixo:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2016	2015
a) Equilíbrio Técnico	(354.125)	(511.781)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	52.217	35.772
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(301.908)	(476.009)

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício avaliado de 11,02 anos, o limite legal para equacionamento do déficit para Avaliação Atuarial de 2016 é de R\$ 329.192 (7,02% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação inferior ao limite em R\$ 27.284, não há obrigatoriedade de equacionamento até o encerramento do exercício de 2017.

d) PrevMais

O ajuste de precificação foi R\$ 28.088 (R\$ 25.361, em 2015), conforme quadro abaixo:

Ajustes de Precificação Consolidado								
Títulos Públicos	Quantidade	Taxa da aquisição % a.a.	Vencimento	PU taxa de aquisição em 31/12/2016	PU recalculado em 31/12/2016	Valor Contábil em 31/12/2016	Valor Ajustado em 31/12/2016	Valor do Ajuste
NTN-B	10.000	7,260	15/05/2023	2.799,95	3.136,25	28.000	31.363	3.363
NTN-B	4.500	6,340	15/08/2026	2.954,08	3.241,44	13.293	14.586	1.293
NTN-B	1.000	6,520	15/08/2026	2.918,10	3.241,44	2.918	3.241	323
NTN-B	600	6,480	15/08/2026	2.926,04	3.241,44	1.756	1.945	189
NTN-B	2.500	6,468	15/08/2030	2.905,34	3.308,44	7.263	8.271	1.008
NTN-B	1.500	7,400	15/05/2035	2.581,55	3.328,25	3.872	4.992	1.120
NTN-B	500	7,330	15/05/2035	2.599,74	3.328,25	1.300	1.664	364
NTN-B	4.156	6,480	15/08/2050	2.838,65	3.498,19	11.797	14.538	2.741
NTN-B	1.615	6,970	15/08/2050	2.664,79	3.498,19	4.304	5.650	1.346
NTN-B	2.099	6,965	15/08/2050	2.666,48	3.498,19	5.597	7.343	1.746
NTN-B	5.140	6,700	15/08/2050	2.758,26	3.498,19	14.178	17.981	3.803
NTN-B	5.140	6,800	15/08/2050	2.723,00	3.498,19	13.996	17.981	3.985
NTN-B	10.000	5,630	15/08/2050	3.189,60	3.498,19	31.896	34.982	3.086
NTN-B	4.185	5,779	15/08/2050	3.123,04	3.498,19	13.070	14.640	1.570
NTN-B	10.000	5,429	15/08/2050	3.283,13	3.498,19	32.831	34.982	2.151
TOTAL						186.071	214.159	28.088

Conforme determina a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observados os critérios previstos na Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação resultou em R\$ 28.088, que gerou um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 47.360. De acordo com a legislação vigente, se superavitário, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2016	2015
a) Equilíbrio Técnico	19.272	8.049
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	19.272	8.049

13.2. Títulos dos Resultados a Realizar

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autorizou, em 9 de junho de 2006, por meio do ofício nº 2206/SPC/GAB, o registro contábil como Resultados a Realizar, condicionando tal registro à manutenção desses títulos até seu respectivo vencimento, ao saldamento do Plano de Benefícios do Regulamento Geral e à implantação do Plano de Contribuição Variável (PrevMais).

Durante os exercícios de 2002 e 2003, o Economus adquiriu títulos públicos, Notas do Tesouro Nacional (NTN-C), cujo cupom médio de aquisição foi de 10,22% ao ano, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, alocados ao Plano de Benefícios do Regulamento Geral e compostos da seguinte forma:

Descrição	Quantidade	Vencimento	Resultados a realizar	
			2016	2015
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	70.948	01/07/2017	3.343	8.990
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	16.537	01/07/2017	785	2.112
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	4.550	01/07/2017	219	591
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	53.050	01/04/2021	17.031	19.326
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	88.800	01/04/2021	29.079	32.993
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	124.850	01/04/2021	41.505	47.087
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	6.631	01/04/2021	2.204	2.500
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	91.670	01/04/2021	30.320	34.399
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	53.093	01/04/2021	17.964	20.377
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	10.000	01/04/2021	3.371	3.824
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	15.000	01/04/2021	5.132	5.821
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	1.500	01/04/2021	494	560
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	126.000	01/01/2031	208.288	201.999
Resultados a Realizar			359.735	380.579

O rendimento a ser gerado por esses papéis, classificados na rubrica Resultados a Realizar, utilizando os preceitos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, representa o montante de R\$ 359.735 (R\$ 380.579, em 2015) de receita futura, já reconhecida contabilmente.

14. Fundos

A composição e evolução dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

Descrição	2015	Constituições	Reversões	2016
Fundos Previdenciais	116.814	5.808	-	122.622
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	8.385	2.767	-	11.152
PrevMais	8.385	2.767	-	11.152
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	108.429	3.041	-	111.470
PrevMais	108.429	3.041	-	111.470
Fundos Administrativos	53.212	18.622	-	71.834
Plano de Gestão Administrativa	53.212	18.622	-	71.834
Fundos dos Investimentos	4.217	1.107	-	5.324
Fundo de Contingências de Empréstimos	4.217	1.107	-	5.324
Total dos Fundos	174.243	25.537	-	199.780

14.1. Fundos Previdenciais

Os valores dos Fundos Previdenciais são compostos por:

- **Fundo de Reversão – PrevMais:** constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes que optaram pelo Instituto do Resgate e destinadas à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou à outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta no regulamento do PrevMais.
- **Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial – PrevMais:** fundo constituído em decorrência da capitalização dos benefícios de risco, que teve como origem primária de recursos o Fundo de Oscilação de Risco, mantido pelo plano até a capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 31 de dezembro de 2011.

14.2. Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Economus. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na equação entre receitas, despesas e rendimentos auferidos nos investimentos da Gestão Administrativa.

Participação no Fundo Administrativo	2016	2015
Fundo administrativo do Regulamento Complementar n° 1	2.238	1.669
Fundo administrativo do Regulamento Complementar n° 2	2.986	2.510
Fundo administrativo do Regulamento Geral	43.773	32.947
Fundo administrativo PrevMais	22.837	16.086
Total do Fundo Administrativo	71.834	53.212

14.3. Fundos dos Investimentos

Descrição	2016	2015
Fundo dos investimentos do Regulamento Geral	4.376	3.558
Fundo dos investimentos PrevMais	948	659
Total dos Fundo de investimentos	5.324	4.217

O Fundo dos Investimentos destina-se à garantia de cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes ativos e assistidos.

15. Resultado Administrativo

Em conformidade com a CNPC n° 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, os registros das operações administrativas do Economus são efetuados no Plano de

Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas sobras de custeio administrativo adicionado do rendimento auferido na carteira de investimentos e tem por objetivo a cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pelo Economus na administração dos planos de benefícios, na forma dos respectivos regulamentos.

15.1. Receitas Administrativas

A composição das receitas administrativas é a seguinte:

Descrição	2016	2015
Gestão Previdencial	30.802	27.731
Contribuições do Patrocinador (es)	14.681	13.036
Contribuições dos Participantes	16.064	14.639
Contribuições dos Autopatrocinados	56	55
Remuneração de Contribuições em Atraso	1	1
Gestão Assistencial	24.353	17.608
Reembolso do Plano Assistencial	24.353	17.608
Investimentos	7.399	5.923
Custeio Administrativo	7.399	5.923
Outros	667	407
Reembolso de Custas Judiciais	667	407
Total das Receitas Administrativas	63.221	51.669

15.2. Despesas Administrativas

As despesas administrativas correspondem aos gastos realizados pelo Economus para administração dos planos de benefícios, planos assistenciais e das carteiras de investimentos, conforme segue:

Descrição	2016	2015
Administração Previdencial, Assistencial e dos Investimentos	50.492	47.263
Pessoal e Encargos	34.767	32.223
Treinamentos, Congressos e Seminários	138	408
Viagens e Estádias	332	358
Serviços de Terceiros	9.404	8.722
Despesas Gerais	4.419	4.506
Depreciação e Amortização	872	702
Tributos	364	344
Outras Despesas	196	-
Total das Despesas Administrativas	50.492	47.263

As despesas administrativas das áreas vinculadas diretamente às gestões previdencial, de investimentos e assistencial são registradas nos respectivos grupamentos contábeis definidos pela Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, no ato da ocorrência do fato contábil.

As despesas originadas nas demais áreas (Administração, Atendimento, Comunicação, Contabilidade, Controladoria, Gestão de Pessoas, Tecnologia, etc.) são registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as gestões de investimentos e assistencial, ao final de cada mês, por meio de critérios preestabelecidos.

Em 2016, os critérios para a segregação contábil das despesas administrativas do Economus tiveram a seguinte distribuição entre as gestões previdencial, de investimento e assistencial:

Distribuição das Despesas Administrativas												
Gestão	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Previdência	32,6949%	38,0916%	61,2367%	49,3099%	36,1335%	46,7237%	29,7300%	43,3037%	22,7503%	35,5974%	22,9678%	44,6681%
Investimento	12,8406%	14,1186%	14,4223%	14,1986%	16,9042%	13,9777%	17,6100%	15,1481%	17,6884%	15,5623%	17,0322%	14,5532%
Assistência	54,4645%	47,7898%	24,3410%	36,4915%	46,9623%	39,2986%	52,6600%	41,5482%	59,5613%	48,8403%	60,0000%	40,7787%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos federais competentes e fiscalizadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde, conforme segue:

Descrição	2016	2015
Administração Previdencial e dos Investimentos	26.139	29.655
Pessoal e Encargos	17.648	20.098
Treinamentos, Congressos e Seminários	80	234
Viagens e Estádias	180	241
Serviços de Terceiros	4.485	5.418
Despesas Gerais	2.314	2.618
Depreciação e Amortização	872	702
Tributos	364	344
Outras Despesas	196	-
Administração Assistencial (100% reembolsado pelo Assistencial)	24.353	17.608
Pessoal e Encargos	17.119	12.125
Treinamentos, Congressos e Seminários	58	174
Viagens e Estádias	152	117
Serviços de Terceiros	4.919	3.304
Despesas Gerais	2.105	1.888
Total das Despesas Administrativas	50.492	47.263

15.3. Constituição do Fundo Administrativo

O fundo administrativo resulta da diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido das provisões e reversões contingenciais e do resultado dos investimentos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2016	2015
(+) Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	30.802	27.731
(+) Custeio Administrativo dos Investimentos	7.399	5.923
(+) Reembolso da Gestão Assistencial	24.353	17.608
(+) Outras Receitas Administrativas	667	407
(-) Despesas da Administração Previdencial	(18.339)	(23.477)
(-) Despesas da Administração dos Investimentos	(7.799)	(6.178)
(-) Despesas da Administração Assistencial	(24.353)	(17.608)
(=) Sobras do Custeio Administrativo	12.730	4.406
(+/-) Contingências Administrativas	(2.373)	(2.254)
(+/-) Resultado dos Investimentos Administrativos	8.265	5.843
(=) Constituição do Fundo Administrativo	18.622	7.995

16. Resultado dos Investimentos

Demonstramos a seguir o resultado dos investimentos

16.1. Resultado Bruto por Tipo de Emissor

O resultado bruto dos investimentos está representado pelas variações positivas, deduzidas das variações negativas do período, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Por Tipo de Emissor	4.163	3.275	2.642	3.001	566.292	533.126	188.873	142.855	8.266	5.843	770.236	688.100
Notas do Tesouro Nacional	2.279	1.623	1.810	1.875	462.651	487.457	28.113	28.851	-	-	494.853	519.806
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	826	689	826	689
Créditos Privados e Depósitos	531	331	363	306	15.084	17.420	38.480	24.274	692	215	55.150	42.546
Ações	-	-	-	-	-	3.001	-	-	-	-	-	3.001
Fundos de Invest. (Renda Fixa)	1.300	1.255	416	754	11.972	16.516	94.811	80.779	6.793	5.160	115.292	104.464
Fundos de Invest. (Ações)	-	-	-	-	58.222	(51.239)	12.206	(6.293)	-	-	70.428	(57.532)
Fundos de Invest. (Multimercado)	-	-	-	-	(1.216)	4.857	-	-	-	-	(1.216)	4.857
Fundos de Invest. (Índice de Mercado)	-	-	-	-	-	-	-	713	-	-	-	713
Fundos de Invest. (Direito Creditório)	56	69	56	69	871	1.016	5.341	5.718	-	-	6.324	6.872
Fundos de Invest. (Participações)	-	-	-	-	22.160	20.481	(120)	201	-	-	22.040	20.682
Fundos de Invest. (Imobiliário)	-	-	-	-	2.023	6.081	-	-	-	-	2.023	6.081
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	(14.584)	16.079	-	-	-	-	(14.584)	16.079
Empréstimos e Financiamentos	1	-	-	-	9.555	11.695	10.177	8.726	-	-	19.733	20.421
Relacionados com o Disponível	(4)	(3)	(3)	(3)	(669)	(435)	(135)	(101)	(17)	(13)	(828)	(555)
Outros Investimentos	-	-	-	-	223	197	-	(13)	(28)	(208)	195	(24)
Dos Planos	(46)	(27)	(30)	(23)	(6.230)	(5.266)	(2.071)	(1.589)	-	-	(8.377)	(6.905)
Contingências de Investimentos	-	-	-	-	128	(60)	-	-	-	-	128	(60)
Despesas Adm. de Investimentos	(46)	(27)	(30)	(23)	(5.539)	(4.512)	(1.783)	(1.361)	-	-	(7.398)	(5.923)
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	(819)	(694)	(288)	(228)	-	-	(1.107)	(922)
Resultado Positivo dos Investimentos	4.117	3.248	2.612	2.978	560.062	527.860	186.802	141.266	8.266	5.843	761.859	681.195

16.2. Resultado do Fluxo dos Investimentos

O resultado positivo obtido na apuração do fluxo dos investimentos em 2016 está demonstrado a seguir:

Descrição	2016	2015
Resultado da Gestão Previdencial	753.593	675.352
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar nº 1	4.117	3.248
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar nº 2	2.612	2.978
Fluxo dos Investimentos do Regimento Geral	560.062	527.860
Fundo dos Investimentos PrevMais	186.802	141.266
Resultado da Gestão Administrativa	8.266	5.843
Fluxo dos Investimentos do PGA	8.266	5.843

17. Consolidação das Demonstrações Contábeis

A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores da participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico. O Economus, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos em duplicidade.

Descrição	2016	2015
ATIVO	71.834	53.212
Realizável	71.834	53.212
Gestão Administrativa	71.834	53.212
Participação no Plano de Gestão Administrativa	71.834	53.212
PASSIVO	(71.834)	(53.212)
Patrimônio Social	-	-
Superávit Técnico Acumulado	20.858	8.049
Reserva de Contingência	20.858	8.049
(-) Déficit Técnico Acumulado	(20.858)	(8.049)
(-) Déficit Técnico	(20.858)	(8.049)
Fundos	(71.834)	(53.212)
Fundos Administrativos	(71.834)	(53.212)
Participação no Fundo Administrativo	(71.834)	(53.212)

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: as patrocinadoras e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as transações com o Patrocinador Banco do Brasil S.A. são as seguintes:

Descrição	2016	2015
Ativo	104.489	94.775
Disponível	135	3
Depósitos Judiciais e Recursais do Regulamento Complementar nº1 e nº2	2.497	6.926
Letras Financeiras	101.689	87.693
Investimentos Imobiliários	168	153
Resultado	15.963	13.329
Resultado das Letras Financeiras	13.995	11.486
Resultado dos Investimentos Imobiliários	1.968	1.843

19. Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

Com o objetivo de se promover eficiência em suas práticas operacionais, assegurar a manutenção de controles já conquistados e avançar na internalização de melhorias contínuas em seus processos, o Economus tem atuado firmemente na gestão dos riscos aos quais está exposto em decorrência de suas operações.

Os princípios e metodologias que orientam os trabalhos internos são respaldados por práticas, comitês e normativos mundialmente reconhecidos.

cidos. Dentre eles destacam-se o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a Norma Brasileira de Gestão de Riscos (ABNT – NBR ISO 31000), a Norma AS/NZS 4360, assim como a utilização dos modelos de avaliação de riscos tais como: CSA (Control Self Assessment) e RSA (Risk Self Assessment). Esse conjunto de iniciativas consigna conformidade, transparência e confiabilidade à gestão de riscos da Entidade.

No Economus as áreas são submetidas a testes que têm como objetivo verificar se suas práticas estão em conformidade com os controles estabelecidos em suas normas e procedimentos. Os resultados destes testes e os pontos de melhoria identificados são comunicados às áreas, com o objetivo de que ações corretivas possam ser tempestivamente adotadas.

Tais práticas, associadas à contínua difusão de uma cultura de controle no Instituto têm contribuído para o fortalecimento da governança e promovido um ambiente de constante monitoramento, o que tem se traduzido em segurança e perenidade para a Entidade.

Gerenciamento de riscos

O Economus está exposto a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos e seus passivos atuariais. O gerenciamento de tais riscos está contido nas Políticas de Investimentos, bem como em seus Normativos e Procedimentos internos.

a. Risco de Crédito

O Economus faz distinção entre diferentes níveis de risco, a fim de determinar limites de investimentos específicos para cada um deles, embora a Res. CMN 3.792/2009 não estabeleça distinção entre títulos privados com base no seu risco de crédito.

Para minimizar este risco, o Economus possui processo de análise e aprovação de títulos de crédito privado.

Para títulos emitidos por instituições financeiras, o Economus possui um modelo denominado Limite Técnico Bancário, para cálculo do limite de investimento, monitoramento da exposição e controle de concentração dos recursos investidos. Esse modelo baseia-se no rating atribuído por agência classificadora de risco contratada pelo Instituto.

Esses limites são atualizados anualmente e podem ser revisados quando se identificar fato relevante que implique em alterações dos limites calculados.

Para títulos emitidos por instituições não financeiras e para fundos de direitos creditórios, é considerado rating de crédito atribuído por agências internacionais domiciliadas no Brasil, além de outros fatores de risco.

b. Risco de Mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

A identificação, avaliação, controle e monitoramento do risco de mercado são feitos por meio do Value at Risk (VaR), do *Benchmark* - Value at Risk (B-VaR), Tracking Error e do cálculo de DNP – Divergência Não Planejada.

c. Risco de Terceirização

Na administração dos recursos financeiros ocorre terceirização total ou parcial dos investimentos da Entidade. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a Entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

Nesse contexto, o modelo de terceirização exige que a Entidade tenha processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus gestores em linha com o que estabelece o Guia Melhores Práticas em Investimentos PREVIC.

O Economus possui processos instalados que relacionam o histórico, justificativas e documentação pertinente à Seleção e Monitoramento de Gestores.

d. Risco de Liquidez

É a probabilidade da Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento.

Para mitigar o risco de liquidez, é realizado monitoramento e avaliação para os horizontes de curto, médio e longo prazos. O monitoramento e a avaliação são realizados por meio do Índice de Cobertura de Liquidez, metodologia desenvolvida internamente e aprovada pela Diretoria Executiva e também pelo Estudo de Gestão de Ativos e Passivos, aprovado pelo Comitê de Investimentos.

e. Risco Legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, previdencial, trabalhista, regulamento dos planos, processos judiciais, ações legais, dentre outros.

O acompanhamento do risco legal é efetuado pelo Economus no processo de avaliação, seleção e aquisição de novos investimentos. A mensuração e quantificação da aderência de todas as carteiras de investimentos, à luz da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, são realizadas pela consultoria de investimentos contratada pelo Economus, prestador de serviços credenciado junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

f. Risco Sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral, afetando amplamente a economia. Para mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos, a alocação de recursos é realizada observando os aspectos referentes à diversificação de setores, emissores, gestores externos e diferentes *benchmarks* de investimento.

g. Risco do Passivo Atuarial

A avaliação atuarial anual dos planos de benefícios compreende a avaliação de encargos e receitas e, também, adequação do Plano de custeio em vigor. É feito também o acompanhamento das Hipóteses biométricas (mortalidade e entrada em invalidez) e Econômico-Financeiras (crescimento salarial e taxa de juros).

h. Risco Operacional

O risco operacional é caracterizado pela possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

No Economus, a gestão do risco operacional é realizada a partir do porte e complexidade dos processos da Entidade. Para tanto, são realizados Ciclos de Autoavaliação de Riscos e Controles Internos nos quais, inicialmente, os riscos associados aos processos são mensurados pelos seus gestores e, posteriormente, os controles já existentes e que mitigam tais riscos são apontados.

Os resultados obtidos são comunicados à Diretoria Executiva e planos de ação são desenvolvidos junto às unidades com o objetivo de se implementar novos controles ou promover melhorias nos processos. Estes resultados também são reportados periodicamente ao Conselho Fiscal.

As perdas operacionais ocorridas no Instituto são monitoradas, identificadas, documentadas, reportadas e tratadas.

Com estas práticas pretende-se atuar de forma prudente e eficiente na administração dos recursos dos participantes, assistidos e beneficiários.

20. Outras Informações

a. Investimento em controlada – Desmobilização

A Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda., em liquidação extrajudicial, foi constituída em 23 de fevereiro de 1987, tendo como cotista majoritário o Economus - Instituto de Seguridade Social.

Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005.

b. Apólice nº 745 - Seguro de vida em grupo funcionários

A Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco Nossa Caixa S.A. (Afaceesp), impetrou Mandado de Segurança para a manutenção dos autores na apólice de Seguro de Vida em Grupo nº 745. Liminar foi concedida em 18 de junho de 2005 e os valores descontados em holerite dos aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral, inclusive funcionários ativos do Banco do Brasil S.A. e do extinto Banco Nossa Caixa S.A., são repassados mensalmente para a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosp).

O Economus – Instituto de Seguridade Social é o estipulante da apólice, por onde transitam os valores recebidos e repassados para a Cosp.

c. Informações Suplementares – Gestão Assistencial

Apresentamos a seguir as informações suplementares da gestão assistencial, as quais compreendem:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Social;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial.

BALANÇO PATRIMONIAL INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DA GESTÃO ASSISTENCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		<i>R\$ mil</i>					
ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		76.059	66.688	PASSIVO CIRCULANTE		28.069	28.368
Disponível	4	44	392	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	12.715	8.593
Realizável		46.015	66.296	Provisões de Contraprestação Não Ganha		3.344	3.213
Aplicações Financeiras	5	70.576	60.356	Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		74	158
Aplicações Vinculadas a Provisão Técnica		4.078	5.316	Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais		4.679	536
Aplicações Não Vinculadas		66.498	55.040	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		4.618	4.686
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	3.022	3.232	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	10	173	1.408
Contraprestação Pecuniária a Receber	6.1	2.114	1.652	Tributos e Encargos Sociais a recolher	11	780	946
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	6.2	102	406	Débitos Diversos	12	14.401	17.421
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência à Saúde	6.3	806	1.174				
Créditos Tributários e Previdenciários	7	1.588	1.641	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		157.899	144.275
Bens e Títulos a Receber	8	829	1.067	Provisão para Ações Judiciais	13	157.899	144.275
ATIVO NÃO CIRCULANTE		399.841	417.354				
Realizável a Longo Prazo		399.841	417.354	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		289.932	311.399
Aplicações Financeiras	5	243.860	267.981	Reservas		289.932	311.399
Aplicações Vinculadas a Provisão Técnica		3.886	1.783	Reservas de Lucros / Sobras / Retenções de Superávits		289.932	311.399
Aplicações Não Vinculadas		239.974	266.198				
Depósitos Judiciais e Fiscais	13	155.981	149.373				
TOTAL DO ATIVO		475.900	484.042	TOTAL DO PASSIVO		475.900	484.042

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DA GESTÃO ASSISTENCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

R\$ mil

	Nota	2016	2015
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde		259.795	232.395
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		260.496	234.357
Contraprestações Líquidas	15	260.496	234.357
(-) Tributos Diretos de Op. com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(701)	(1.962)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(289.535)	(240.914)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	16	(289.535)	(240.914)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(29.740)	(8.519)
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		3.130	11.104
Outras Receitas Operacionais		3.130	11.104
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(1.551)	(9.566)
Outras Despesas Operacionais de Operações com Plano de Assistência à Saúde		(1.321)	(8.046)
Provisão para Perdas Sobre Crédito		(230)	(1.520)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora		(7.173)	(2.123)
RESULTADO BRUTO		(35.334)	(9.104)
Despesas Administrativas	17	(25.179)	(18.402)
Resultado Financeiro Líquido		39.046	45.480
Receitas Financeiras		39.339	46.953
Despesas Financeiras		(293)	(1.473)
RESULTADO LÍQUIDO		(21.467)	17.974

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DA GESTÃO ASSISTENCIAL

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
Resultado Líquido	(21.467)	17.974
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(21.467)	17.974

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DA GESTÃO ASSISTENCIAL EXERCÍCIOS FINDOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	RESERVAS DE LUCROS/ SOBRAS/ RETENÇÕES DE SUPERÁVIT	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	305.440	305.440
(Prejuízo) do Exercício	(12.015)	(12.015)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	293.425	293.425
Lucro/Superávit do Exercício	17.974	17.974
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	311.399	311.399
(Prejuízo) do Exercício	(21.467)	(21.467)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	289.932	289.932

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DA GESTÃO ASSISTENCIAL

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

R\$ mil

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Plano Saúde	263.369	236.125
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	241.221	246.130
(+) Outros Recebimentos Operacionais	-	10.257
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(285.177)	(239.565)
(-) Pagamentos de Pessoal	(14.244)	(9.361)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(240)	(106)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(4.909)	(4.007)
(-) Pagamentos de Tributos	(10.032)	(9.492)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.109)	(1.056)
(-) Aplicações Financeiras	(188.238)	(229.923)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(527)	-
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	114	(998)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(257)	(168)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(257)	(168)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(143)	(1.166)
Caixa - Saldo Inicial	187	1.353
Caixa - Saldo Final	44	187
Ativos Livres no Início do Período	321.630	301.591
Ativos Livres no Final do Período	306.516	321.630
AUMENTO/ (DIMINUIÇÃO) NAS APLIC. FINANC. - RECURSOS LIVRES	(15.114)	20.039

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO ASSISTENCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto Operacional

O Economus - Instituto de Seguridade Social (“Economus” ou “Entidade”), CNPJ nº. 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, n.º 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, registrada na ANS sob o nº 34.261-1, para operar planos de assistência à saúde, conforme Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

A Gestão Assistencial do Economus tem por finalidade oferecer assistência à saúde suplementar, na modalidade de autogestão, aos beneficiários titulares vinculados ao extinto Banco Nossa Caixa S.A., atualmente vinculados ao Banco do Brasil S.A., aos empregados do Economus e aos participantes do Feas (PAMC e Básico), Novo Feas vinculados aos Regulamentos Geral e Complementar nº 1, e aos respectivos dependentes.

Em 25 de julho de 2014, após aprovação da ANS em 10 de fevereiro de 2014, o Plano Economus Família com registro na ANS nº 470.596/14-3, vinculado aos agregados dos participantes ativos e assistidos do Economus, iniciou suas operações e houve a transferência da carteira dos beneficiários Autossustentáveis dos planos de saúde Plus, Plus II e EcoSaúde II.

Na Gestão Assistencial, são observadas as disposições descritas na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e alterações posteriores, nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como no Estatuto Social do Economus, Regimentos Internos, Regulamento de cada plano de saúde e nas decisões proferidas pela Administração do Economus.

O Economus possui 45.831 vidas assistidas (46.181 vidas, em 2015) e administra os seguintes planos assistenciais:

Plano	Custeio	População 2016	População 2015	Principais Características
Básico ANS nº 400.593/98-7	Banco do Brasil	94	100	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e seus dependentes, residentes na capital - São Paulo; Acomodação em enfermaria.
PAMC ANS nº 400.594/98-5	Banco do Brasil	493	519	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e seus dependentes, residentes na interior do Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Plus	Banco do Brasil	14.314	15.253	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos até 31/12/00), aposentados dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e seus dependentes;
ANS nº 400.597/98-0	Autossustentável	14	18	Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Plus II	Banco do Brasil	13.317	13.139	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados do plano Regulamento Geral e seus dependentes;
ANS nº 435.934/01-8	Autossustentável	1	1	Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Básico Feas ANS nº 400.595/98-3	Feas	451	444	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
PAMC Feas ANS nº 400.596/98-1	Feas	3.243	3.164	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.

Plano	Custeio	População 2016	População 2015	Principais Características
Novo Feas ANS nº 469.503/13-8	Feas	7.558	7.106	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas assistidos pelo Economus; Ex-empregados que se desligaram do Básico FEAS e PAMC FEAS, entre 31/12/09 até a data de aprovação do regulamento; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
EcoSaúde II	Economus	434	429	Contratação; Coletivo Empresarial; Empregados Ativos, aposentados e pensionistas do Economus;
ANS nº 469.920/13-3	Autossustentável	1	1	Cobertura nacional; Acomodação em apartamento. Contratação; Coletivo Empresarial; Dependentes não preferenciais inscritos pelo titular até 31/07/05; Acomodação em apartamento.
Economus Família ANS nº 470.596/14-3	Autossustentável	5.911	6.007	Contratação: Coletivo por Adesão; Dependentes indiretos (não preferenciais) que estavam no Autossustentável dos planos Plus, Plus II e EcoSaúde II; Dependentes indiretos de Titulares de quaisquer outros planos (Plus, Plus II, EcoSaúde II, Feas PAMC, Feas Básico, Novo Feas, PAMC BNC, Básico BNC); Parentes consanguíneos até 3º (terceiro) grau e afins até 2º (segundo) grau; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.

2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As informações suplementares da Gestão Assistencial foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS em especial as Resoluções Normati-

vas nº 390, de 3 de dezembro de 2015, nº 344, de 20 de dezembro de 2013, nº 209, de 22 de dezembro de 2009 e nº 227, de 18 de agosto de 2010, e alterações posteriores.

A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou, revogou e introduziu novos conceitos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, estendeu a sua aplicação às demais sociedades, em especial quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

Em cumprimento à Instrução Normativa nº 19, de 03 de abril de 2009, as operadoras de planos de assistência à saúde, vinculadas às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), deverão adotar integralmente o plano de contas contábil padrão da ANS, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Nas Demonstrações Contábeis das informações suplementares da Gestão Assistencial, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus opera. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Contábeis.

a. Apuração do Resultado: o resultado das transações é apurado em observância ao Princípio de competência dos exercícios, em que se destacam:

- As receitas relativas às contraprestações efetivas de operações com planos médico-hospitalares são reconhecidas no efetivo período de cobertura de risco.
- As despesas relativas aos eventos indenizáveis são reconhecidas por ocasião da apresentação das guias de serviço médico-hospitalares pelos prestadores de serviço de saúde.
- As provisões técnicas são constituídas de forma a refletir as obrigações futuras, avisadas e não avisadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde (Nota Explicativa nº 9).
- Outras receitas e despesas são reconhecidas quando da prestação de serviço e/ou de seu faturamento.

b. Estimativas Contábeis

As Demonstrações Contábeis incluem estimativas e premissas. Os resul-

tados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas, em função do valor justo de determinados ativos e passivos, inclusive passivos contingentes.

c. Disponível - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários disponíveis em conta-corrente e investimentos financeiros com vencimentos de curto prazo, de alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, estando sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

d. Aplicações Financeiras

Os ativos financeiros da Gestão Assistencial foram classificados segundo a intenção do Economus nas seguintes categorias: “valor justo por meio do resultado” e “mantido até o vencimento”.

Valor Justo por Meio de Resultado: os ativos classificados nessa categoria foram adquiridos com a possibilidade de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, observando as condições de mercado e a estratégia adotada para essa carteira. Na precificação desses ativos, foi considerado o preço justo de negociação do dia da apuração ou, quando não disponível, o preço justo de negociação no dia útil anterior.

Mantidos até o Vencimento: os ativos classificados nessa categoria foram adquiridos com o propósito de não aliená-los, tendo em vista a perspectiva de maior correlação mantida com o passivo. Esses ativos foram avaliados e precificados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, bem como decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

e. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os créditos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados pelas provisões estimadas para eventuais perdas.

f. Demais Ativos

Os demais elementos patrimoniais do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante são mensurados pelo valor de custo, acrescidos, quando aplicáveis, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

g. Provisões Técnicas de Operações Assistenciais à Saúde

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (Peona) é constituída com base na Resolução Normativa nº 274, de 20 de outubro de 2011, da ANS e alterações posteriores.

A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços até 31 de dezembro de 2016, comunicando a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

h. Provisões para Ações Judiciais

As Provisões para Ações Judiciais são constituídas para situações de risco de futuros desembolsos financeiros, mensuradas com base em estimativas do valor das obrigações.

Todos os depósitos judiciais e recursais são atualizados mensalmente seguindo critérios de acordo com o indexador adotado por cada tribunal onde tramita o processo judicial (taxa de poupança) e, em caso de demandas tributárias na esfera da Justiça Federal, seguem como indexador a taxa Selic.

i. Provisões para Perdas Sobre Crédito (PPSC)

É constituída para fazer face às potenciais perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento, oriundos dos Planos Básico, PAMC, Plus, Plus II, Básico Feas, PAMC Feas, Novo Feas, EcoSaúde II e Economus Família. A referida provisão é constituída em conformidade com a Resolução Normativa nº 390, de 2 de dezembro de 2015, da ANS, a qual estabelece que, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada (Nota Explicativa nº. 6.1).

j. Imposto de Renda, Contribuição Social e Contribuições

O Economus, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e, de acordo com sua forma de tributação é Isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme determina o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, alterado pelo art. 10 da Lei 9.718/1998 e Isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 5º da Lei 10.426/2002, combinados com a Instrução Normativa nº 1.315/2013. Em relação ao PIS e a Cofins, a apuração é efetuada com base na Lei n.º 9.718/1998, porém, o Economus questiona judicialmente a legalidade de tais contribuições sobre suas atividades, depositando judicialmente as parcelas de PIS e Cofins desde o ingresso da ação.

k. Demais Passivos

Os demais elementos patrimoniais do Passivo Circulante e do Passivo não Circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

I. Demonstração do Resultado Abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, no entanto, sem movimento comparado ao exercício anterior.

4. Disponível - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos, a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão da operadora nas obrigações de curto prazo.

Abaixo, apresentamos a composição do caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	2016	2015
Disponível	44	392
Numerários em trânsito	-	205
Contas-correntes	44	187
Total do Caixa e Equivalentes de Caixa	44	392

5. Aplicações Financeiras

A carteira de investimentos é composta pelos seguintes papéis:

Descrição	Composição dos Investimentos			
	2016			2015
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro	31 de dezembro
Títulos Públicos	4.078	3.886	7.964	7.099
Notas do Tesouro Nacional	-	1.903	1.903	1.783
Notas do Tesouro Nacional B	-	1.903	1.903	1.783
Letras Financeiras do Tesouro	4.078	1.983	6.061	5.316
Letras Financeiras do Tesouro	4.078	1.983	6.061	5.316
Vinculados a Provisões Técnicas	4.078	3.886	7.964	7.099
Títulos Públicos	-	160.279	160.279	161.996
Notas do Tesouro Nacional	-	160.279	160.279	161.996
Notas do Tesouro Nacional B	-	160.279	160.279	161.996
Créditos Privados e Depósitos	30.640	42.052	72.692	63.709
Letras Financeiras Privadas	30.640	42.052	72.692	63.709
Letras Financeiras Privadas	30.640	42.052	72.692	63.709
Fundos de Investimento	35.858	37.643	73.501	95.533
Renda Fixa	35.858	6.215	42.073	49.292
Fundo de Renda Fixa	35.858	6.215	42.073	49.292
Ações	-	-	-	16.138
Fundos de Ações	-	-	-	16.138
Direitos Creditórios	-	4.589	4.589	5.009
Fundos de Direitos Creditórios	-	4.589	4.589	5.009
Fundos de Investimento Estruturado	-	26.839	26.839	25.094
Fundos de Participações	-	26.839	26.839	25.094
Não Vinculados a Provisões Técnicas	66.498	239.974	306.472	321.238
Total da Carteira de Investimentos	70.576	243.860	314.436	328.337

Os ativos financeiros são aplicados no mercado financeiro em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento, tendo a seguinte composição:

Descrição	Nível hierárquico	2016		2015	
		Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
Valor justo por meio de resultado		41.919	41.919	64.278	64.278
Fundos de Renda Fixa	2	35.858	35.858	38.902	38.902
Títulos Públicos - LFT	1	6.061	6.061	5.316	5.316
Títulos Públicos Federais - NTN	1	-	-	8.108	8.108
Fundos de Renda Variável	2	-	-	11.952	11.952
Títulos mantidos até o vencimento		272.517	275.459	264.059	244.637
Fundos de Renda Fixa	2	10.804	10.804	15.399	15.399
Fundos de Renda Variável	2	-	-	4.186	4.186
Títulos Públicos Federais - NTN	1	162.182	165.124	155.671	136.249
Títulos Privados - CDB/RDB/LF	1	72.692	72.692	63.709	63.709
Fundos de Investimentos Estruturados	2	26.839	26.839	25.094	25.094
Total dos Ativos Financeiros		314.436	317.378	328.337	308.915

Abaixo, de acordo com o CPC 40, estão apresentadas as definições da hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

6. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

6.1 Contraprestação Pecuniária a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos beneficiários dos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, conforme segue:

Descrição	2016	2015
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	364	20
Contraprestações a Receber Bruto	2.592	2.537
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(2.228)	(2.517)
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	1.750	1.632
Contraprestações a Receber Bruto	5.099	4.870
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(3.349)	(3.238)
Total de Contraprestação Pecuniária a Receber	2.114	1.652

As contraprestações pecuniárias referem-se às contribuições a receber dos beneficiários.

6.2 Créditos de Operações de Administração de Benefícios

Nesse grupo, são registrados os valores a receber da taxa de administração com a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Taxa de Administração do Mantenedor (Banco do Brasil S.A.)	-	302
Taxa de Administração sobre os investimentos do Feas	102	104
Total dos Créditos de Operações de Administração de Benefícios	102	406

6.3 Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Conforme Resolução Normativa nº 390, de 2 de dezembro de 2015, da ANS, nesse grupo, são registradas participações dos beneficiários em eventos indenizáveis de coparticipação a receber e outros valores a receber. Sua composição é representada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis	26	8
Coparticipação a Receber	1.221	793
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(1.195)	(785)
Outros Créditos de Operações com Planos	780	1.166
Outros Créditos a Receber	780	1.166
Total de Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	806	1.174

7. Créditos Tributários e Previdenciários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os títulos e contribuições a recolher apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Créditos Tributários	217	230
Imposto de renda a compensar / restituir	-	10
INSS a recuperar	217	217
ISS a recuperar	-	3
Outros Créditos a Receber	1.371	1.411
PIS/Cofins/CSLL a compensar / restituir	-	40
PIS/Cofins a recuperar – retido sob taxa de Administração. (a)	1.371	1.371
Total dos Créditos Tributários e Previdenciários	1.588	1.641

(a) PIS/Cofins a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 17 de julho de 2015, foi solicitado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

8. Bens e Títulos a Receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Outros Bens e Títulos a Receber	-	6
Adiantamentos Diversos	-	6
Outros Créditos a Receber	829	1.061
IR/CSLL a Recuperar – retido sob taxa de Administrativa (a)	828	828
Valores a Receber entre os Planos de Saúde da Operadora	1	233
Total dos bens e títulos a receber	829	1.067

(a) IR/CSLL a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 02 de julho de 2015, foi solicitado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

9. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG) (a)	3.344	3.213
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS (b)	74	158
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais (c)	4.679	536
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona) (d)	4.618	4.686
Total de Provisão Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12.715	8.593

Constituídas com o objetivo de refletir obrigações futuras esperadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde.

a. Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG): provisão de receitas não ganhas, isto é, do montante provisionado do contrato cujo período de cobertura do risco não tenha transcorrido.

b. Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) - para o Sistema Único de Saúde (SUS): provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais de beneficiários atendidos pelo SUS. Esses valores estão registrados na contabilidade por meio dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) e pela média dos atendimentos demonstrados no site da ANS relacionados ao Economus.

c. Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) - para Outros Prestadores de Serviço Assistencial: provisão regulamentada pelas resoluções Normativas da ANS nº 209/2009 e 227/2010 e alterações, que deve ser constituída para fazer frente aos valores a pagar, por eventos avisados.

d. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona): provisão regulamentada pelas Resoluções Normativas da ANS nº 209/2009 art. 16-B (introduzida pela RN ANS nº 274/2011), cujo objetivo é efetuar estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e não registrados contabilmente.

Os eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias devem ser lastreados por ativos garantidores. Abaixo está demonstrada a suficiência de garantias financeiras do Economus.

Descrição	2016	2015
Ativos Garantidores	7.964	7.099
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	7.964	7.099
Provisões Técnicas	5.458	5.106
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	74	158
Provisão de Eventos a Liquidar	766	262
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados	4.618	4.686
Sobra de Garantias Financeiras	2.506	1.993

10. Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Está apresentada, a seguir, a composição analítica dos valores registrados na rubrica contábil “Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde”, em dezembro de 2016 e 2015:

Descrição	2016	2015
Obrigações dos Prestadores de Assistência Médica	-	263
Créditos Rejeitados	-	133
Taxa de Administração sobre Investimentos	102	105
Devoluções de Contribuições	66	907
Outros Gastos com Prestação de Serviços	5	-
Total de Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	173	1.408

11. Tributos e Encargos Sociais a recolher

Descrição	2016	2015
Tributos e Contribuições	108	114
Contribuições Previdenciárias	108	114
Retenções de Impostos e Contribuições	672	832
Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	122	97
Imposto Sobre Serviços Retidos na Fonte	162	419
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	49	50
Outros – PIS/Cofins/CSLL sobre Prestação de Serviço Médico	339	266
Total de Tributos e Encargos Sociais a recolher	780	946

São registrados, nesse grupo de contas, todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, tais como Imposto de Renda, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, INSS sobre honorários e ISS a recolher.

12. Débitos Diversos

Contemplam obrigações que não estão relacionadas à prestação de serviços de saúde. A composição dos débitos é a seguinte:

Descrição	2016	2015
Fornecedores de serviço	31	26
Contas a Pagar	31	26
Depósitos de beneficiários e de terceiros	-	24
Valores a Regularizar	-	24
Outros débitos a pagar	14.370	17.371
Valores Recebidos a Maior	341	105
Taxa de Custódia a Pagar dos Investimentos	3	2
Valores a Reembolsar à Gestão Previdencial (a)	2.164	2.366
Valores a Reembolsar do INSS sobre os 15% das Cooperativas Médicas (b)	11.862	11.862
Outros	-	3.036
Total de Débitos Diversos	14.401	17.421

(a) Referem-se ao repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2016. Mensalmente, o Economus registra o valor de custeio administrativo a ser reembolsado para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Gestão Previdencial, conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e alterações posteriores. Parte das despesas administrativas alocadas na Gestão Assistencial é reembolsada ao PGA pelos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, conforme descrito no regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Ata nº 384, de 06 de dezembro de 2011.

(b) O Economus teve decisão favorável da ação do INSS sobre os 15% das cooperativas médicas, processo nº 0032701-53.2008.4.01.3400. Em dezembro de 2015, obteve alvará de levantamento dos depósitos judiciais no montante de R\$ 15.891 (atualizado monetariamente pela Selic, descontando os honorários dos assessores jurídicos especializados), demonstrado a seguir o reembolso aos custeadores:

Posição do INSS 15% das cooperativas (Custeadores)						
Descrição	Banco do Brasil	Feas	Novo Feas	Autossustentável	EcoSaúde II	Total
Depósito Judicial	9.018	1.934	387	722	20	12.081
Atualização Monetária	2.844	610	122	228	6	3.810
Total	11.862	2.544	509	950	26	15.891

O Economus aguarda instruções dos assessores jurídicos com relação à recuperação dos valores recolhidos nos últimos cinco anos anteriores ao ingresso da ação judicial.

13. Provisão para Ações Judiciais - Contingências

O Economus faz semestralmente uma avaliação de seus riscos contingenciais, com base em fundamentos jurídicos, econômicos e tributários. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los da melhor forma segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação de perda: prováveis, possíveis ou remotas.

As provisões para ações judiciais prováveis são 100% provisionadas e correspondem às incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação financeira da Entidade. A movimentação está demonstrada a seguir:

Descrição	Provisões			Depósito Judicial		
	Saldo em 2015	Constituição/ (Reversão)	Atualização	Saldo em 2016	Saldo em 2015	Saldo em 2016
Provisão para Ações Trabalhistas (a)	4.965	4.355	270	9.590	3.527	4.165
Provisão para Ações Cíveis (b)	1.056	1.570	37	2.663	355	1.223
Provisão para Ações Tributárias	138.254	412	6.980	145.646	145.491	150.593
PIS e Cofins de 2006 (c)	15.657	412	-	16.069	15.148	16.021
PIS e Cofins de 1996 a 2000 (d)	120.579	-	6.851	127.430	120.579	127.430
Inss (e)	2.018	-	129	2.147	9.764	7.142
Total do Exigível Contingencial	144.275	6.337	7.287	157.899	149.373	155.981

a.Trabalhistas: processos relativos a reclamações trabalhistas, cobertura médica, reparação por danos morais e manutenção de beneficiários no plano Feas e EcoSaúde II, cujo valor totalizou R\$ 9.590, em 2016 (R\$ 4.965, em 2015), classificados como perda provável pelos assessores jurídicos especializados e depositado judicialmente o valor de R\$ 4.165 (R\$ 3.527, em 2015).

b.Cíveis: referem-se a ações judiciais cíveis, cobertura médica e reparação por danos morais, provisionadas com base na opinião dos assessores jurídicos especializados, classificadas como perdas prováveis. O saldo provisionado em 2016 é de R\$ 2.663 (R\$ 1.056, em 2015) e depositado judicialmente o valor de R\$ 1.223 (R\$ 355 em 2015).

c.PIS e Cofins de 2006: a partir de 2006, seguindo orientação dos assessores jurídicos, o Economus impetrou Mandado de Segurança questionando o PIS e a Cofins, obtendo liminar para depositar judicialmente os valores apurados. A perspectiva de perda desse processo é "Possível". Contabilmente, está provisionado o valor de R\$ 16.069 (R\$ 15.657, em 2015) e depositado judicialmente o valor de R\$ 16.021 (R\$ 15.148, em 2015).

d.PIS e Cofins de 1996 a 2000: autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), questionando incidência e bases de recolhimento referentes aos exercícios de 1996 a 2000. Após o trâmite da discussão na instância administrativa, o Economus ajuizou, em 2002, por meio de sua assessoria jurídica, ação anulatória com pedido de antecipação de tutela. A ação foi julgada procedente em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. O recurso de apelação da União foi julgado procedente, sendo que o Economus interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente. O processo teve sua tramitação suspensa até que o STF julgue processo afetado em repercussão geral. Contabilmente, está provisionado, em 2016, o valor R\$ 127.430 (R\$ 120.579, em 2015) e depositado judicialmente o valor de R\$ 127.430 (R\$ 120.579, em 2015).

e.INSS: autos de infração lavrados em 2004 e 2007, relacionados às contribuições previdenciárias de caráter normal, serviços remunerados às cooperativas e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP. Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos. Contabilmente, está provisionado, em 2016, o montante de R\$ 2.147 (R\$ 2.018, em 2015) e depositado judicialmente, em 2016, o montante de R\$ 7.142 (R\$ 9.764, em 2015).

O Economus possui ações de natureza cível e trabalhista, cujo objeto trata de assistência à saúde, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível, no montante de R\$ 326.338 (R\$ 250.768, em 2015) e R\$ 905 (R\$ 565, em

2015), respectivamente. Esses processos, classificados com probabilidade de perda possível, referem-se a ações cujo objeto é recomposição do patrimônio, inclusão de dependentes e agregados aos planos médicos, cobertura dos procedimentos médicos, materiais, custos de internação, reembolso de procedimento, manutenção de condições originárias e indenizações por danos morais.

14. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é composto pela incorporação dos superávits e déficits apurados em cada exercício social. O Economus não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado.

Margem de Solvência

A partir de janeiro de 2014, as operadoras ficam submetidas à Margem de Solvência, a fim de verificar a capacidade do patrimônio necessário para operar no mercado de saúde.

Regulamentada pelo art. 6º da RN nº 209/2009, alterada pela RN nº 313/2012, a Margem de Solvência representa a manutenção do patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior.

Descrição	2016	2015
Patrimônio Líquido	289.932	311.399
Patrimônio Líquido	289.932	311.399
Margem de Solvência (maior entre 'A' ou 'B')	50.791	50.094
A - Contraprestações Líquidas (12 meses)	31.282	28.657
A1 - 50% das Contraprestações Líquidas Planos Pós-estabelecidos	103.669	91.074
A2 - 100% das Contraprestações Líquidas Planos Preestabelecidos	52.743	52.209
(=) Total das Contraprestações Líquidas (A1 + A2)	156.412	143.283
20% sobre as Contraprestações Líquidas	31.282	28.657
B - Eventos Indenizáveis Líquidos (36 meses)	50.791	50.094
B1 - Média anual 50% do total de Eventos Indenizáveis Pós-estabelecidos	108.284	104.943
B2 - Média anual de 100% do total de Eventos Indenizáveis Preestabelecidos	45.628	46.856
(=) Total das Contraprestações Líquidas (B1 + B2)	153.913	151.799
33% sobre a média anual dos Eventos Indenizáveis	50.791	50.094
Solvência Apurada	239.141	261.305

Em 31 de dezembro de 2016, possui um Patrimônio Social Ajustado que atende a Margem de Solvência total requerida pela ANS.

Patrimônio Mínimo Ajustado

De acordo com o art. 3º, da RN 209, o Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA), representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da Operadora de Planos de Saúde, ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto no inciso I, do artigo 22, calculado a partir da multiplicação do fator 'K' (38,39% no caso do Economus), obtido em tabela anexa à norma, em que são definidos coeficientes, de acordo com a região de atuação da operadora, pelo capital base de R\$ 7.908 (R\$ 7.266 em 2015). Em 31 de dezembro de 2016, foi observado o limite mínimo de patrimônio, multiplicado pelo fator K. A seguir, estão demonstrados os cálculos do Patrimônio Mínimo Ajustado.

Descrição	2016	2015
Capital-Base do Patrimônio Mínimo Ajustado	7.908	7.266
(x) Fator K	38,39%	38,39%
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	3.036	2.789
Capital Requerido	3.036	2.789

O capital para a gestão assistencial do Economus está em conformidade com o limite mínimo estabelecido pelo PMA, pois, ao fim do exercício 2016, seu capital totalizou R\$ 289.932 (em 2015, R\$ 311.399).

15. Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

Composição Consolidada das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2016	2015
Contribuições Líquidas (a)	249.384	218.573
Receitas com Administração dos Planos (b)	11.112	15.784
Total das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência	260.496	234.357

(a) Contribuições Líquidas: receita do patrocinador e do participante a título de contraprestação emitida pelos planos de Assistência à Saúde.

(b) Receitas com Administração dos Planos: são registrados os valores das receitas correspondentes à administração dos planos.

16. Eventos Conhecidos ou Avisados

a. Eventos Indenizáveis Líquidos Consolidados (Despesas Assistenciais)

Descrição	2016	2015
Eventos Indenizáveis (a)	294.609	260.954
Consultas	18.338	17.433
Exames	51.219	49.833
Terapias	7.428	5.747
Internações	157.228	124.824
Outros Atendimentos Ambulatoriais	59.579	60.314
Demais Despesas Assistenciais	7	38
Sistema Único de Saúde (SUS)	463	392
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (Peona)	347	2.373
(-) Recuperação de Eventos Indenizáveis (b)	(5.074)	(20.040)
Total dos Eventos Indenizáveis Líquidos	289.535	240.914

(a) Eventos Indenizáveis: registram os valores dos eventos conhecidos e indenizações de todos os gastos com procedimentos médico-hospitalares prestados a beneficiários dos planos do Mantenedor (Banco do Brasil S.A.), Autossustentável, Feas, Novo Feas, EcoSaúde II e Economus Família.

(b) Recuperação de Eventos Indenizáveis: são registrados os valores de eventos de assistência médico-hospitalar recuperados por glosas e coparticipação.

b. Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido – Planos Coletivos por Adesão Pós Lei

O plano coletivo por adesão do Economus Família firmado posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, está demonstrado no quadro abaixo e está contida em rubrica própria no custo da atividade.

	2016							2015
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total	Total
Rede Contratada	2.263	6.258	959	27.413	9.169	-	46.062	46.796
Reembolso	5	11	40		59	-	115	60
TOTAL	2.268	6.269	999	27.413	9.228	-	46.177	46.856

17. Despesas Administrativas

Representa os gastos que a Entidade possui para gerir os planos de assistência à saúde.

A partir de 1º de janeiro de 2010, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) que administram planos de assistência à saúde, passaram a adotar, adicionalmente, os normativos da ANS dispostos na RN ANS nº 207 e IN ANS nº 36, ambas de 22 de dezembro 2009, e alterações posteriores.

No âmbito da gestão administrativa, a alteração mais relevante está na obrigatoriedade das EFPCs contabilizarem seus gastos administrativos de forma segregada, dentro de um modelo denominado Plano de Gestão Administrativa (PGA). O PGA está suportado por regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos federais competentes e fiscalizadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabi-

lizadas no PGA, atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde.

Neste grupo se encontram as despesas reembolsadas à Previdência com a Administração da Entidade, Pessoal Próprio, Serviços de Terceiros, Impostos, Despesas Gerais e, as despesas diretamente custeadas pela Assistência, tais como: Taxas para a ANS e honorários advocatícios.

Abaixo, a composição das despesas administrativas:

Descrição	2016	2015
Despesas com Pessoal Próprio (a)	17.190	12.314
Despesas com Serviços de Terceiros (b)	4.213	3.270
Despesas com Localização e Funcionamento (c)	2.698	2.156
Despesas com Tributos (d)	274	160
Despesas Administrativas Diversas (e)	804	502
Total das Despesas Administrativas	25.179	18.402

a. Despesas com Pessoal Próprio: as despesas com pessoal próprio são originalmente registradas na Gestão Administrativa Previdencial (PGA), sendo transferidas à Gestão Assistencial de acordo com os critérios de segregação preestabelecidos. O saldo é composto conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2016	2015
Salários	11.410	8.032
Encargos	2.995	2.279
Bonificações / Benefícios	2.785	2.003
Total das despesas com Pessoal Próprio	17.190	12.314

b. Despesas com Serviços de Terceiros: são representadas pelos serviços contratados de terceiros, tais como: consultoria técnica, serviços de conectividade, temporários e terceirizados, honorários advocatícios, entre outros.

c. Despesas com Localização e Funcionamento: correspondem às despesas básicas para manutenção das atividades da empresa. Nesse subgrupo, são registradas despesas com água, aluguel, luz e telefone.

d. Despesas com Tributos: referem-se às despesas com impostos, taxas e similares, como IPTU, taxa de saúde suplementar e outras contribuições fiscais.

e. Despesas Administrativas Diversas: correspondem às despesas não classificáveis nas demais contas de despesas administrativas, tais como: despesas judiciais, jornais e revistas, multas, entre outras.

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas do Economus podem ser assim consideradas: dos beneficiários e dos mantenedores (Banco do Brasil S.A. e Economus), cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos planos assistenciais para seus empregados.

Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos. Os valores com os benefícios de curto prazo no exercício de 2016 somaram R\$ 1.892 (R\$ 946, em 2015).

19. Instrumentos Financeiros Ativos

Os instrumentos financeiros estão restritos às aplicações financeiras e no resultado, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- **Aplicações financeiras:** estão demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos em linha com as melhores práticas de precificação adotadas pelo mercado financeiro. Os ativos financeiros foram adquiridos levando-se em consideração as condições e premissas estabelecidas pela Política de Investimentos vigente à época, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

20. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante os exercícios de 2016 e de 2015, o Economus não realizou diretamente operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

21. Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

Com o objetivo de se promover eficiência em suas práticas operacionais, assegurar a manutenção de controles já conquistados e avançar na internalização de melhorias contínuas em seus processos, o Economus tem atuado firmemente na gestão dos riscos aos quais está exposto em decorrência de suas operações.

Os princípios e metodologias que orientam os trabalhos internos são respaldados por práticas, comitês e normativos mundialmente reconhecidos. Dentre eles destacam-se o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a Norma Brasileira de Gestão de Riscos (ABNT – NBR ISO 31000), a Norma AS/NZS 4360, assim como a utilização dos modelos de avaliação de riscos tais como: CSA (Control Self Assessment) e RSA (Risk Self Assessment). Esse conjunto de iniciativas consigna conformidade, transparência e confiabilidade à gestão de riscos da Entidade.

As unidades são submetidas a testes que têm como objetivo verificar se suas práticas estão em conformidade com os controles estabelecidos em suas normas e procedimentos. Os resultados destes testes e os pontos de melhoria identificados são comunicados às áreas, com o objetivo de que ações corretivas possam ser tempestivamente adotadas.

Tais práticas, associadas à contínua difusão de uma cultura de controle no Instituto têm contribuído para o fortalecimento da governança e promovido um ambiente de constante monitoramento, o que tem se traduzido em segurança e perenidade para a Entidade.

Gerenciamento de riscos

O Economus está exposto a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos e seus passivos atuariais. O gerenciamento de tais riscos está contido nas Políticas de Investimentos, bem como em seus Normativos e Procedimentos internos.

a. Risco de Crédito

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes do descumprimento pela contraparte de uma operação contratada.

O Economus faz distinção entre diferentes níveis de risco, a fim de determinar limites de investimentos específicos para cada um deles.

Para minimizar este risco, o Economus possui processo de análise e aprovação de títulos de crédito privado.

Para títulos emitidos por instituições financeiras, o Economus possui um modelo denominado Limite Técnico Bancário, para cálculo do limite de investimento, monitoramento da exposição e controle de concentração dos recursos investidos. Esse modelo baseia-se no rating atribuído por agência classificadora de risco contratada pelo Instituto.

Esses limites são atualizados anualmente e podem ser revisados quando se identificar fato relevante que implique em alterações dos limites calculados.

Para títulos emitidos por instituições não financeiras e para fundos de direitos creditórios, é considerado rating de crédito atribuído por agências internacionais domiciliadas no Brasil, além de outros fatores de risco.

b. Risco de Mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

O Economus, em aderência à legislação e melhores práticas de mercado, realiza a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado por meio do *Value at Risk* (VaR), ou Valor em Risco, e do *Benchmark – Value at Risk* (B-VaR), ou seja, Valor em Risco em relação ao parâmetro de referência, e do *Tracking Error*.

c. Risco de Terceirização

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos da Entidade. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a Entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

O Economus possui processos instalados que relacionam o histórico, justificativas e documentação pertinente à Seleção e Monitoramento de Gestores.

d. Risco de Liquidez

É a probabilidade de a Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento.

Para mitigar o risco de liquidez, é realizado monitoramento e avaliação para os horizontes de curto, médio e longo prazos. O monitoramento e a avaliação são realizados por meio do Índice de Cobertura de Liquidez, metodologia desenvolvida internamente e aprovada pela Diretoria Executiva, e também pelo Estudo de Gestão de Ativos e Passivos, aprovado pelo Comitê de Investimentos

e. Risco Legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, assistencial, trabalhista, regulamento dos progra

mas, processos judiciais, ações legais, entre outros.

Para assegurar a conformidade em seus processos, a Entidade atua de forma diligente na observância contínua do ambiente regulatório que orienta seus negócios, a partir do monitoramento do cumprimento das obrigações legais emitidas pelos órgãos reguladores, em especial, de Assistência à Saúde. Para tanto, é utilizada ferramenta de monitoramento de Obrigações Legais, contratada de empresa de consultoria especializada em gerenciamento de riscos.

No que tange à gestão de Investimentos, o Economus, utiliza software contratado especificamente para verificação, mensuração e quantificação da aderência de todas as carteiras de investimentos à luz da legislação aplicável às Operadoras e das Políticas Institucionais da Entidade.

f. Risco Sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral.

Para o Economus os critérios de diversificação são fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Dessa forma, busca-se na alocação dos recursos da Entidade considerar a diversificação de setores, emissores e gestores externos, bem como observar os diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos dos Planos de Assistência à Saúde.

Esforça-se, ainda, para obter diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

g. Risco do Passivo

É a probabilidade de perdas decorrentes da inadequação dos níveis de contribuições necessárias à disponibilidade de recursos ao longo do tempo.

A avaliação anual dos programas compreende a avaliação de encargos e receitas e, também, adequação do Plano de Custeio em vigor.

h. Risco Operacional

O risco operacional é caracterizado pela possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

No Economus, a gestão do risco operacional é realizada a partir do porte e complexidade dos processos da Entidade. Para tanto, são realizados Ciclos de Autoavaliação de Riscos e Controles Internos nos quais, inicialmente, os riscos associados aos processos são mensurados pelos seus gestores e, posteriormente, os controles já existentes e que mitigam tais riscos são apontados.

Os resultados obtidos são comunicados à Diretoria Executiva e planos de ação são desenvolvidos junto às unidades com o objetivo de se implementar novos controles ou promover melhorias nos processos. Estes resultados também são reportados periodicamente ao Conselho Fiscal.

As perdas operacionais ocorridas no Instituto são monitoradas, identificadas, documentadas, reportadas e tratadas.

Com estas práticas pretende-se atuar de forma prudente e eficiente na administração dos recursos dos participantes, assistidos e beneficiários.

22. Aprovação das Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial

As Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 04 de abril de 2017, após avaliação do Conselho Fiscal, em 28 de março de 2017.

De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Lucia Helena Cruz Moya Cuevas
Diretora Superintendente
CPF 084.353.268-88

Adilson Nascimento Ferreira
Diretor Administrativo
CPF 626.989.406-97

Marcelo Gonçalves Farinha
Diretor Financeiro
CPF 063.750.328-73

Mauricio Messias
Diretor de Seguridade
CPF 097.549.218-73

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90



CAPÍTULO 7

Pareceres

PARECERES

Avaliação Atuarial de 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR nº 1

CNPB 1978.0002-19

Parecer Atuarial 35/17

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 e suas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do **Regulamento Complementar nº 1**, administrado e executado pelo **ECONOMUS** – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano do **Regulamento Complementar nº 1** é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da Patrocinadora do Plano admitidos originariamente pelo regime de CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/1951 e nº 4.819/1958, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **1978.0002-19**, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2016 contempla o

Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007.

Procedemos a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016 na Data Base de **31 de dezembro de 2016**, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de **31 de dezembro de 2016**, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do **Regulamento Complementar nº 1**, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório **GAMA 151 – RE 58/17**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano do **Regulamento Complementar nº 1** posicionada em **31 de dezembro de 2016**.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano do **Regulamento Complementar nº 1**, admitidos originariamente pelo regime CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, para aqueles admitidos até 22/01/1974 nos termos do Decreto nº 33.754, de 09/09/91, ou Banco do Brasil, para aqueles admitidos após 22/01/1974 e até 13/05/1974:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está em atividade na Patrocinadora ou recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil, bem como os Aposentados e Pensionistas que recebem benefício pelo Plano. Assim, na forma da regulamentação geral e do Regulamento específico do Plano de Benefícios em comento, são assegurados, mediante custeio dos Participantes, Assistidos e Patrocinadora, os seguintes benefícios:

- Pecúlio por Morte.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em referência, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo **ECONOMUS**, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade. Em relação ao Auxílio- Reclusão, Auxílio-Doença e Pecúlio por Invalidez, segundo informações da Entidade, não são devidos aos Participantes tendo em visto que todos encontram-se em aposentadoria pelo regime de Previdência Oficial, portanto, não são elegíveis aos referidos benefícios.

Adicionalmente, e em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **GAMA 151 - CT 343/16** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016 consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: GERAL

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Na Avaliação Atuarial a que se refere este Parecer Atuarial todos os benefícios assegurados pelo Plano do **Regulamento Complementar nº 1** foram avaliados pelo Regime de Capitalização e Método Atuarial Crédito Unitário Projetado. Sendo assim, considerando as características da massa de Participantes e Assistidos, de acordo com bases técnicas e atuariais, não há custo normal calculado para os benefícios do Plano, conforme Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 151 - RE 58/17**.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do Plano foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e montam **R\$10.707.600,06**, na data de **31 de dezembro de 2016**, sendo **R\$8.511.854,73** referentes aos benefícios **programados** e **R\$2.195.745,33** referentes aos benefícios **não-programados**, estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC** foram avaliadas em **R\$47.054.455,97**, na data de **31 de dezembro de 2016**, referentes ao valor atual dos benefícios futuros **não programados**.

O Plano possuía **Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC** na data base da Avaliação Atuarial no montante de **R\$18.134.514,30**, referente ao Déficit Equacionado de 2015.

Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em **31 de dezembro de 2016**, em **R\$39.627.541,73**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2015, a variação nominal das Provisões Matemáticas foi **negativa** em **28,94%**, tendo sido registrado o montante de **R\$55.768.213,26**, em **31 de dezembro de 2015**. A redução deve-se, em especial, à contabilização da Provisão Matemática a Constituir referente ao déficit equacionado em 2015, por Patrocinador, Participantes e Assistidos no montante de R\$18.134.514,30, conforme Plano de Equacionamento aprovado

pelo Conselho Deliberativo do **ECONOMUS**, sendo essa redução também influenciada pela alteração da tábua de mortalidade geral, que apesar de contribuir para a elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, tem efeito contrário nas Provisões de Benefícios a Conceder, contribuindo para sua redução. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 151- RE 58/17**.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano do **Regulamento Complementar nº 1**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do Plano do **Regulamento Complementar nº 1**, foram definidas pelo **ECONOMUS**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 151 - RE 140/16**, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2016, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpramos esclarecer que a análise efetuada pela MERCER GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Plano **Complementar nº 1**, em 31 de dezembro de 2016, não possuía Fundos Previdenciais.

Contudo, é importante frisar que durante o exercício de 2016 foi constituído o Fundo Previdencial descrito a seguir, sendo que a respectiva metodologia de constituição e destinação estão dispostas em Nota Técnica Atuarial, conforme sua classificação.

O **Fundo de Cobertura Especial** foi constituído durante o exercício de 2016 para fins de constituir recursos para suportar o equacionamento de déficit futuro. O referido Fundo foi desconstituído na data de encerramento do exercício de 2016, conforme previsto quando da sua constituição, sendo o seu valor utilizado para reduzir o saldo do déficit equacionado referente ao exercício de 2015, conforme definição da Entidade.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas no montante total de **R\$39.627.541,73**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em **31 de dezembro de 2016**, no montante de **R\$40.822.511,16**, verifica-se que o Plano do **Regulamento Complementar nº 1** apresentou superávit técnico-atuarial, de **R\$1.194.969,43**, em **31 de dezembro de 2016**.

O resultado do Plano passou de um **déficit** de **R\$20.346.711,46**, em **31 de dezembro de 2015**, para superávit de **R\$1.194.969,43** em **31 de dezembro de 2016**, tendo a variação sido motivada, especialmente, pelo equacionamento do déficit registrado em 2015, que resultou numa diminuição em 28,94% das Provisões Matemáticas, em virtude da contabilização da Provisão Matemática a Constituir.

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam a Data da Avaliação foi de 12,87%, conforme informado pela Entidade, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa real anual de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 12,31%, o que resultou em um **ganho técnico atuarial no exercício de 0,50%**.

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação apurado pela Entidade montava **R\$1.750.046,62** na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$2.945.016,05**. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superávit.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2016, observa-se que o Plano apresentou superávit, o qual foi resultante de causas **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, da supe-

ração da meta atuarial e alteração da premissa de mortalidade geral do Plano.

A totalidade do superávit apurado em 31/12/2016, no montante de **R\$1.194.969,43**, foi alocada em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, e alterações posteriores, especialmente a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, visto que o mesmo representa 3,02% das Provisões Matemáticas Totais do Plano e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2016 de 14,82 anos, o limite da Reserva de Contingência é de 24,82%.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2016, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário Projetado. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) O Plano abriga Participantes que foram admitidos pelo então Banco Nossa Caixa S.A. até 13/05/1974, originariamente pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A estes Participantes, ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante **custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo** para aqueles admitidos até 22/01/1974 ou pelo **Banco do Brasil**, para aqueles admitidos após 22/01/1974 e até 13/05/1974, benefícios de Aposentadoria e Pensão. Mediante custeio, serão assegurados pelo Plano o benefício de Pecúlio por Morte.

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento,

sendo que, a Entidade apresentará Parecer específico **GAMA 151 – PA 71/17** acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores.

3) De acordo com Balancete contábil de dezembro de 2016, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizada.

4) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo total praticado no exercício de 2016 para este Plano, sendo distribuído no exercício de 2017 em **0,68%** sobre o Salário Real de Participação - SRP, para os Participantes; **0,68%** sobre a folha de SRP, para a Patrocinadora; e **0,68%** da folha dos benefícios para os Assistidos custeados pelo **ECONOMUS**.

5) Os **Fundos** do Plano em **31 de dezembro de 2016** montavam a quantia de **R\$2.238.152,78**, referente ao Fundo Administrativo, valor esse informado pela Entidade.

6) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, destaca-se a alteração do **Fator de Capacidade dos Benefícios**, em que se utilizou **0,9804**, em substituição a 0,9780; da **Taxa de Juros** que se utilizou **5,00%** em substituição a 5,38%; e da **Tábua de Mortalidade Geral**, onde utilizou-se a **tábua AT-83 F** em substituição a tábua AT 2000 M&F (A50).

7) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes que não tem dependentes cadastrados na data base da Avaliação Atuarial, este registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os Participantes teriam direito a 50% das suas contribuições pessoais em caso de desligamento da Patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral vigente até dezembro de 2005.

3 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2017, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter seguinte configuração:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2017	
Participantes	
Contribuição Extraordinária – Déficit 2015**	
Participantes “Ativos”	0,88% do Salário Real de Participação
Participantes em Percepção de Benefícios Custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil S.A	0,88% do Salário Real de Participação*
Patrocinadora	
Contribuição Extraordinária – Déficit 2015**	
Patrocinadora	0,44% da Folha de Salário Real de Participação
Assistidos	
Contribuição Extraordinária – Déficit 2015**	
Aposentados em Recebimento de Benefício Custeado pelo Economus	0,80% Sobre o Valor da Complementação
Pensionistas em Recebimento de Benefício Custeado pelo Economus	0,80% Sobre o Valor da Complementação
Plano de Custeio Administrativo	
Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 é definido conforme a seguir:	
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação dos Participantes Ativos e em percepção de Benefício custeado pela SEFAZ e Banco do Brasil	0,68%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) cujos benefícios são custeados pelo ECONOMUS	0,68%
c) Taxa de Carregamento, paga pela Patrocinadora, aplicável sobre a folha de salário real de participação	0,68%
d) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%

* O Salário Real de Participação corresponde à soma da renda mensal real paga pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil S.A., bem como dos salários dos funcionários que se encontram em atividade.

** O prazo de financiamento original é de 147 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Economus, contudo, devido a utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, conforme definido pelo Instituto, na Data da Avaliação é de 124 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente. O objetivo é o equacionamento da Provisão a Constituir por Déficit apurado em 2015.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano **Regulamento Complementar nº 1** é **superavitária** em **R\$1.194.969,43**, posicionada em 31 de dezembro de 2016, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo esse montante integralmente alocado em **Reserva de Contingência**.

Este é o Parecer.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA

Atuário MIBA 2.017 MTPS/RJ
SUPERVISOR ATUARIAL

Avaliação Atuarial de 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR nº 2

CNPB 1978.0003-83

Parecer Atuarial 36/17

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 e suas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do **Regulamento Complementar nº 2**, administrado e executado pelo **ECONOMUS** – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano do **Regulamento Complementar nº 2** é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da Patrocinadora do Plano optantes pelo regime celetista, na forma prevista pela Lei Estadual (SP) nº 10.430/1971 e Decreto nº 7.711/1976, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **1978.0003-83**, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2016 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a

partir de 29 de outubro de 2007. Cumpre ressaltar que o Plano encontra-se em situação de **extinção**, ou seja, fechado a novas adesões.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016 na Data Base de **31 de dezembro de 2016**, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de **31 de dezembro de 2016**, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do **Regulamento Complementar nº 2**, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório **GAMA 151 – RE 59/17**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano do **Regulamento Complementar nº 2** posicionada em 31 de dezembro de 2016.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano do **Regulamento Complementar nº 2**, optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 34.351, de 09/09/91 e da Lei Estadual nº 8.236, de 19/01/93, conforme Regulamento do Plano:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

Além daqueles acima listados, o Plano oferece os benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Invalidez e Pecúlio por Morte, sendo estes custeados pelos Participantes.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como os Pensionistas que recebem benefício pelo Plano em comento. Assim, considerando os demais benefícios assegurados pelo Plano, o único em que a massa remanescente se enquadra é o de **Pecúlio por Morte**.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em referência, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo **ECONOMUS**, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade. Em relação ao Auxílio- Reclusão, Auxílio-Doença e Pecúlio por Invalidez, segundo informações da Entidade, não são devidos aos Participantes tendo em vista que todos encontram-se em aposentadoria, portanto, não são elegíveis aos referidos benefícios.

Adicionalmente, e em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **GAMA 151 - CT 343/16** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016 consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: GERAL

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Na Avaliação Atuarial a que se refere este Parecer Atuarial, todos os benefícios assegurados pelo Plano do **Regulamento Complementar nº 2** foram avaliados pelo Regime de Capitalização e Método Atuarial Crédito Unitário. Sendo assim, considerando as características da massa de Participantes e Assistidos, de acordo com bases técnicas e atuariais, não há custo normal calculado para os benefícios do Plano, conforme Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 151 - RE 59/17**.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (neste caso, apenas Pensionistas) do Plano do **Regulamento Complementar nº 2** disponibilizadas pelo ECONOMUS, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e montam **R\$1.716.118,57**, na data de **31 de dezembro de 2016**, sendo referentes ao benefício **não programado**, estruturado na modalidade de Benefício Definido.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC** foram avaliadas em **R\$44.542.837,28**, na data de 31 de dezembro de 2016, referentes ao valor atual dos benefícios futuros **não programados**.

O Plano possuía **Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC** na data base da Avaliação Atuarial em **R\$21.123.602,22**. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2016, em **R\$25.135.353,63**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2015, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi negativa em **46,04%**, tendo sido registrado o montante de **R\$46.584.953,19**, em 31 de dezembro de 2015. Esta redução é resultado da constituição da Provisão Matemática a Constituir em decorrência do equacionamento do déficit de 2015 por Participantes e Assistidos no montante de R\$21.123.602,22, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do ECONOMUS, sendo

essa redução também influenciada pela alteração da tábua de mortalidade geral que, apesar de contribuir para elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, tem efeito contrário nas Provisões de Benefícios a Conceder, contribuindo para sua redução. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 151 – RE 59/17**.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano do **Regulamento Complementar nº 2**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do Plano do **Regulamento Complementar nº 2** foram definidas pelo **ECONOMUS**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 151 - RE 140/16**, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2016, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpramos esclarecer que a análise efetuada pela Mercer GAMA na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

O **Plano Complementar nº 2**, em 31 de dezembro de 2016, não possuía Fundos Previdenciais.

Contudo, é importante frisar, que durante o exercício de 2016 foi constituído o Fundo Previdencial descrito no subitem a seguir, sendo que a respectiva metodologia de constituição e destinação estão dispostas em Nota Técnica Atuarial, conforme sua classificação.

O **Fundo de Cobertura Especial** foi constituído durante o exercício de 2016 para fins de constituir recursos para suportar o equacionamento de déficit futuro. O referido Fundo foi desconstituído na data de encerramento do exercício de 2016, conforme previsto quando de sua constituição, sendo o seu valor utilizado para reduzir o saldo do déficit equacionado referente ao exercício de 2015, conforme definição da Entidade.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas no montante total de **R\$25.135.353,63**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2016, no montante de **R\$25.526.282,33**,

verifica-se que o Plano do **Regulamento Complementar nº 2** apresentou **Superávit** técnico-atuarial, de **R\$390.928,70**, em 31 de dezembro de 2016.

O resultado do Plano passou de um **déficit de R\$22.992.063,32**, em **31 de dezembro de 2015**, para superávit de **R\$390.928,70**, em **31 de dezembro de 2016**, tendo a variação sido motivada, especialmente, pelo equacionamento do déficit registrado em 2015, que resultou numa diminuição em 46,04% das Provisões Matemáticas em virtude da contabilização da Provisão Matemática a Constituir.

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam a Data da Avaliação foi de 12,43%, conforme informado pela Entidade, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa real anual de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 12,46%, o que resultou em uma perda **técnica atuarial no exercício de 0,03%**.

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava **R\$558.831,14**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$949.759,84, superavitário**. Cumpre ressaltar que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superávit.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2016, observa-se que o Plano apresentou superávit, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, da superação da meta atuarial do Plano e alteração da premissa de mortalidade geral.

A totalidade do superávit apurado em 31/12/2016, no montante de **R\$390.928,70**, foi alocada em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, e alterações posteriores, especialmente

a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, visto que o mesmo representa 1,56% das Provisões Matemáticas Totais do Plano e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2016 de 8,46 anos, o limite da Reserva de Contingência é de 18,46%.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2016, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário. O método utilizado está aderente à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) O Plano abriga Participantes que foram admitidos pelo então Banco Nossa Caixa S.A., optantes pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A estes Participantes ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante **custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, benefícios de Aposentadoria e Pensão. Considerando os demais benefícios assegurados pelo Plano, bem como sua atual massa de Participantes, na qual não há qualquer Participante em atividade na Patrocinadora, o único benefício que esta massa remanescente se enquadra é o de **Pecúlio por Morte**.

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que a Entidade apresentará Parecer específico **GAMA 151 - PA 72/17** acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores.

3) De acordo com o Balancete Contábil de dezembro de 2016, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizada.

4) Conforme decisão da Entidade, será mantido o custeio administrativo total praticado no exercício de 2016 para este Plano, sendo distribuído no exercício de 2017 em **1,37%** sobre o Salário Real de Participação - SRP, para os Participantes; **1,37%** sobre a folha de SRP, para a Patrocinadora e **1,37%** da folha dos benefícios para os Assistidos custeados pelo **ECONOMUS**.

5) Os **Fundos do Plano** em 31 de dezembro de 2016 montavam a quantia de **R\$2.985.914,36**, referente ao **Fundo Administrativo**, valor esse informado pela Entidade.

6) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, destaca-se a alteração do **Fator de Capacidade dos Benefícios**, em que se utilizou **0,9804**, em substituição a 0,9780; e da substituição da **Taxa de Juros**, que se utilizou **5,00%**, em substituição a 5,52%; e da alteração da **Tábua de Mortalidade Geral**, onde utilizou-se a **tábua AT-83 F**, em substituição a tábua AT-2000 M& F (A50%).

7) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes que não tem dependentes cadastrados na data da Avaliação Atuarial, este registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os Participantes teriam direito a 50% das suas contribuições pessoais em caso de desligamento da Patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral vigente até dezembro de 2005.

3 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2017, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, sendo atribuíveis contribuições normais exclusivamente aos

Participantes do Plano, conforme definição da Entidade:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2017	
Participantes	
Contribuição Extraordinária – Déficit 2015**	
Participantes em Percepção de Benefícios Custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	2,94% do Salário Real de Participação*
Assistidos	
Contribuição Extraordinária – Déficit 2015**	
Assistidos em Percepção de Benefícios Custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	0,31% do Salário Real de Participação*
Plano de Custeio Administrativo	
Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 é definido conforme a seguir:	
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação	1,35%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Assistidos cujos benefícios são custeados pelo ECONOMUS	1,35%
c) Taxa de Carregamento, paga pela Patrocinadora, aplicável sobre a folha de salário real de participação	1,35%
d) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%

* Corresponde à renda mensal real de responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ.

** O prazo de financiamento original é de 87 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo ECONOMUS, contudo, devido a utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, conforme definido pelo Instituto, na data da Avaliação é de 78 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente. O objetivo é o equacionamento da Provisão a Constituir por Déficit apurado em 2015.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do **Regulamento Complementar nº 2**, em **31 de dezembro de 2016**, é superavitária em **R\$390.928,70**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo esse montante, **integralmente alocado em Reserva de Contingência**.

Este é o Parecer.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA

Atuário MIBA 2.017 MTPS/RJ
SUPERVISOR ATUARIAL

Avaliação Atuarial de 2016

PLANO DO REGULAMENTO GERAL

CNPB 1978.0001-38

Parecer Atuarial 37/17

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 e suas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do **Regulamento Geral**, administrado e executado pelo ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio ECONOMUS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano de Benefícios do **Regulamento Geral** é um plano complementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das Patrocinadoras do Plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **1978.0001-38**, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2016 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC

nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007. Cumpre ressaltar que o Plano passou por processo de **saldamento** facultativo no ano de 2006, sendo que se encontra em situação de **extinção**, ou seja, fechado a novas adesões.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016 na Data Base de **31 de dezembro de 2016**, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de **31 de dezembro de 2016**, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do **Regulamento Geral**, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório **GAMA 151 – RE 60/17**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios do **Regulamento Geral**, posicionada em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, o **ECONOMUS** informou sobre a execução do Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI da Patrocinadora como evento posterior a esta Avaliação Atuarial. Sendo assim, recomenda-se a avaliação dos eventuais impactos em resultados e adequações de premissas, face a mutação da massa de participantes vinculados ao Plano. Ademais, em face de o **ECONOMUS** não ter informado nenhum outro fato relevante, em conformidade com a correspondência **GAMA 151 – CT 343/16** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016 consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: GERAL

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Todos os benefícios do Plano do **Regulamento Geral** estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados (Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço e por Idade) estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método de Crédito Unitário Projetado. Dentre os benefícios de risco, as Complementações de Aposentadoria por Invalidez, de Pensão por Morte e de Auxílio-Reclusão, estão estruturadas sob o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, enquanto que os demais benefícios (Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte, Pecúlio por Invalidez e Auxílio-Adicional) estão estruturados em Repartição Simples, sendo o Auxílio-Doença avaliado pelo método Atuarial e os demais avaliados pelo método de Teoria Coletiva do Risco, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à Avaliação, com margem de segurança estatística de 86%.

Comparativamente ao exercício anterior, o custo do Plano apurado, para fins meramente referenciais, sobre a base de folha de Salário Real de Participação – SRP elevou-se de **1.860,92%** para **2.082,10%**. Essa elevação deveu-se, sobretudo, à revisão dos custos dos benefícios avaliados pela Teoria Coletiva do Risco, que considera o histórico de 36 meses de eventos ocorridos, o que pode acarretar variações nas alíquotas de custo, bem como a redução da massa de participantes.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do Plano do **Regulamento Geral**, existentes em **31 de dezembro de 2016**, e disponibilizadas pelo ECONOMUS, foram determinadas atuarialmente e montam **R\$4.691.554.597,01**, na data de 31 de dezembro de 2016, sendo **R\$4.186.728.888,33** referentes aos benefícios

programados e **R\$504.825.708,68** referentes aos benefícios **não programados**, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes do Plano, observada a metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial do Plano, e montam **R\$691.396.674,05**, na data de 31 de dezembro de 2016, integralmente referentes aos benefícios **programados** do Plano.

As **Provisões Matemáticas a Constituir – PMAc** foram avaliadas em **R\$693.600.708,87**, em 31 de dezembro de 2016, e referem-se, integralmente, a equacionamento do Déficit, sendo R\$407.995.272,88 referente ao déficit de 2005 e R\$285.605.435,99 referente ao déficit de 2015. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2016, em **R\$4.689.350.562,19**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2015, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi de **0,21%**, tendo sido registrado o montante de **R\$4.679.580.727,80**, em 31 de dezembro de 2015. A elevação das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, ao reajuste de salários e benefícios, inclusive saldados, além da alteração das premissas de tábua de entrada em invalidez, tendo sido atenuada pela redução ocorrida com a constituição da Provisão Matemática a Constituir referente ao equacionamento do déficit de 2015. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 151– RE 60/17**.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano de Benefícios do **Regulamento Geral**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas** e **Econômico-financeiras**, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos,

assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do Plano do **Regulamento Geral**, foram aprovadas pelo **ECONOMUS**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 151 - RE 140/16**, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava **R\$52.217.361,09** na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$301.907.153,28**.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício, de 11,02 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2016 seria de **R\$329.192.409,47** (7,02% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação inferior ao limite em **R\$27.285.256,19**, **não haverá** necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que exceda ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2017.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpra-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Não há fundos previdenciais na data da Avaliação Atuarial, em 31 de dezembro de 2016.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$4.689.350.562,19**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2016, no montante de **R\$4.335.226.047,82**, verifica-se que o **Plano do Regulamento Geral** apresentou Déficit Técnico de **R\$354.124.514,37**, em 31 de dezembro de 2016.

O Resultado do Plano passou de um Déficit de **R\$511.781.249,91**, em 31 de dezembro de 2015, para **R\$354.124.514,37**, em 31 de dezembro de 2016. A redução do déficit no exercício deveu-se, sobretudo, à constituição das Provisões Matemáticas a Constituir relativas ao equacionamento do déficit de 2015, além do ganho motivado pela superação da meta atuarial do Plano de 12,97%, enquanto que a rentabilidade do período foi de **15,45%**, gerando um ganho atuarial de **2,20%** no período.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

O resultado deficitário acumulado apresenta características **estruturais**, sendo oriundo, dentre outras causas, dos regimes financeiros adotados para os benefícios de risco do Plano. Contribui para este resultado, também, a ocorrência de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais

definidas para o Plano, o que é inerente a processos estocásticos baseados em inferências.

Cumprido ressaltar que, com amparo no Ofício nº 2206/SPC/GAB, de 9 de junho de 2006, o **ECONOMUS** vem registrando valores na conta contábil “Resultados a Realizar”, valor este que, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$359.735.001,68. Este valor é registrado no Grupo de contas “Equilíbrio Técnico”, influenciando no déficit ou superávit do Plano.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava **R\$52.217.361,09**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$301.907.153,28**.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício de 11,02 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2016 seria de **R\$329.192.409,47** (7,02% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação inferior ao limite em **R\$27.285.256,19**, **não haverá** necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que exceda ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2017.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios programados assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário Projetado. Quanto aos benefícios de risco, adota-se o regime de Repartição de Capitais de Cobertura para os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Auxílio-Reclusão e o regime de Repartição Simples para os benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio Adicional, Pecúlio por Morte e Pecúlio por Invalidez, estando todos avaliados pelo método de Teoria do Risco Coletivo, exceto o Auxílio-Doença avaliado pelo método Atuarial.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) O Plano do **Regulamento Geral** encontra-se em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, considerando a data de desativação de 31 de julho de 2006, e passou por processo de saldamento facultativo em 2006, contendo, portanto, além de Participantes e Assistidos, Participantes com direito a Benefício Proporcional Saldado.

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela **curva do papel** e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Entidade apresentará Parecer específico **GAMA 151 – PA 73/17** acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas alterações posteriores.

3) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizado.

4) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2016 para este Plano, sendo este de **0,90%** sobre o Salário Real de Participação, Benefício Saldado ou Benefício Proporcional Diferido, para os Participantes, conforme sua situação; **0,90%** sobre o valor do benefício, para os Aposentados e Pensionistas; e contribuições patronais paritárias as dos Participantes e Assistidos, exceto Autopatrocinados.

5) As Provisões Matemáticas a Constituir do Plano, no valor total de **R\$693.600.708,87**, em 31 de dezembro de 2016, referem-se ao equacionamento do Déficit apurado na Avaliação Atuarial do exercício de 2005 (R\$407.995.272,88) e do Déficit verificado na Avaliação Atuarial do exercício de 2015 (R\$285.605.435,99). A amortização dessas provisões se dá por meio de contribuições extraordinárias mensais, conforme definido no respectivo

Plano de Custeio, sendo as alíquotas de contribuição aplicáveis a Participantes, Patrocinadoras e Assistidos, e revistas anualmente, sendo que, apenas no déficit de 2005 os pensionistas não realizam contribuição extraordinária.

6) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R\$48.149.644,21**, sendo **R\$43.773.424,42** referentes à **Fundo Administrativo** e **R\$4.376.219,79** referentes à **Fundo dos Investimentos**. Os valores desses fundos foram informados pela Entidade através do balancete contábil do Plano. O Plano não apresenta, em 31 de dezembro de 2016, valores registrados em **Fundos Previdenciais**.

7) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, destacam-se às alterações do **Fator de Capacidade dos Benefícios**, em que se utilizou

0,9805 em substituição a **0,9776** e da **Tábua de Entrada em Invalidez**, em que se utilizou a **Tábua TASA-1927** em substituição a Light Média.

8) Cumpre ressaltar que, conforme recomendado nos Pareceres Atuariais anteriores e relatórios de teste de aderência, a Entidade iniciou estudos visando, dentre outros aspectos relacionados à manutenção da solvência e equilíbrio do Plano, a alteração dos regimes financeiros atualmente adotados nos benefícios de risco assegurados pelo Plano para o regime de Capitalização, tendo em vista suas características, principalmente, no que tange ao Plano se encontrar em extinção, havendo possibilidade de comprometimento da formação de reservas técnicas para o custeio desses benefícios. Registra-se, entretanto, que os regimes atualmente adotados estão aderentes à legislação vigente, conforme Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

3 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2017, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação pela Entidade, antes de sua entrada em vigor:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2017			
Participantes			
Contribuição Normal			
	Faixa Salarial	Alíquota (% SRP)	Dedução (% Teto INSS)
Participantes ⁽¹⁾	SRP ≤ ½ x Teto INSS	1%	-
	½ x Teto INSS < SRP ≤ 1 Teto INSS	1,75%	0,375%
	1 Teto INSS < SRP ≤ 6 Teto INSS	25,55%	24,17%
Participantes em BPD que não optaram pela Cobertura dos Benefícios de Risco			0,00%
Participantes em BPD que optaram pela Cobertura dos Benefícios de Risco			4,90% do BPD
Participantes que Optaram pelo Saldamento			0,00%
Participantes Saldados em Autopatrocínio que Optaram pela Cobertura dos Benefícios de Risco			4,90% do valor do Benefício Saldado
Participantes Autopatrocinados ⁽⁴⁾			Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
Contribuição Extraordinária – Déficit Equacionado 2005			
	Prazo Remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% SRP, % BPD ou % BS)	
Participantes (Ativos, em BPD e que Optaram pelo Saldamento)	201 meses	3,84% ⁽³⁾	
Participantes Autopatrocinados ⁽⁴⁾	201 meses	Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora ⁽³⁾	
Metodologia de Financiamento	Tabela <i>Price</i> , com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente.		
Objetivo	Equacionamento da Provisão a Constituir por Déficit verificado e equacionado na Avaliação Atuarial de 2005.		
Contribuição Extraordinária – Déficit Equacionado 2015			
	Prazo Remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% SRP, % BPD ou % BS)	
Participantes (Ativos, em BPD e que optaram pelo Saldamento)	198 meses	2,04% do SRP, BPD ou BS	
Participantes Autopatrocinados ⁽⁴⁾	198 meses	Idêntica à dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
Metodologia de Financiamento	Tabela <i>Price</i> , com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente.		
Objetivo	Equacionamento do Déficit verificado na Avaliação Atuarial de 2015.		

PLANO DE CUSTEIO PARA 2017		
Patrocinadoras		
Contribuição Normal		
Patrocinadoras	Paritárias às Contribuições Normais dos Participantes e dos Assistidos	
Contribuição Extraordinária – Déficit Equacionado 2005	Prazo Remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% SRP, % BPD ou % Benefício)
Patrocinadoras	201 meses	Paritárias às Contribuições dos Participantes e Assistidos para esse fim ⁽³⁾
Metodologia de Financiamento	Tabela <i>Price</i> , com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente.	
Objetivo	Equacionamento da Provisão a Constituir por Déficit verificado e equacionado na Avaliação Atuarial de 2005.	
Contribuição Extraordinária – Déficit Equacionado 2015	Prazo Remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% SRP, % BPD ou % Benefício)
Patrocinadoras	198 meses	Paritárias às Contribuições dos Participantes e Assistidos para esse fim
Metodologia de Financiamento	Tabela <i>Price</i> , com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente.	
Objetivo	Equacionamento do Déficit verificado na Avaliação Atuarial de 2015.	
Assistidos		
Contribuição Normal		
Aposentados	4,1% sobre o valor do benefício.	
Pensionistas	Não há.	
Contribuição Extraordinária – Déficit Equacionado 2005	Prazo Remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% Benefício)
Aposentados	201 meses	3,84% ⁽³⁾ sobre o valor do Benefício
Pensionistas	-	-
Metodologia de Financiamento	Tabela <i>Price</i> , com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente.	
Objetivo	Equacionamento da Provisão a Constituir por Déficit verificada e equacionada na Avaliação Atuarial de 2005.	
Contribuição Extraordinária - Déficit Equacionado 2015	Prazo Remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% Benefício)
Aposentados	198 meses	3,20% sobre o valor do Benefício
Pensionistas	198 meses	3,20% sobre o valor do Benefício
Metodologia de Financiamento	Tabela <i>Price</i> , com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente.	
Objetivo	Equacionamento do Déficit verificado na Avaliação Atuarial de 2015.	

PLANO DE CUSTEIO PARA 2017

Plano de custeio administrativo

Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral é definido conforme a seguir:

a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Salário Real de Participação	0,90%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD	0,90%
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Benefício Proporcional Saldado	0,90%
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Aposentado	0,90%
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Pensionista	0,90%
f) Taxa de Carregamento paga pelas Patrocinadoras	0,90%
g) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%
h) Participantes Autopatrocinados ⁽⁴⁾	Taxa de carregamento devida pelo Participante adicionada a parcela que seria devida pelas Patrocinadoras.

(1) Só contribuem os Participantes com tempo de Plano inferior a 30 anos.

(2) Na Data da Avaliação.

(3) Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, conforme decisão da Entidade, para tanto tendo sido realizada a reavaliação do prazo remanescente, observando-se para tanto o prazo remanescente máximo segundo o observado quando da realização do equacionamento em vigor, sendo o prazo original em abril de 2011 de 311 meses, com isso o prazo remanescente original é de 243 meses.

(4) No caso dos Participantes autopatrocinados, o custo é definido pela soma do custo do Participante e da Patrocinadora.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do **Regulamento Geral**, em **31 de dezembro de 2016**, é **deficitária** em **R\$354.124.514,37**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Ainda, após o ajuste de precificação de **R\$52.217.361,09**, apurou-se um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de **R\$301.907.153,28**, que, por ser inferior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de **R\$329.192.409,47** ou 7,02% das Provisões Matemáticas, não haverá, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de equacionamento de Déficit do que excede o limite.

Este é o Parecer.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO

Atuária MIBA 2.017 MTPS/RJ
SUPERVISORA ATUARIAL

FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA

Atuário MIBA 2.017 MTPS/RJ
SUPERVISOR ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVMAIS

CNPB 2006.0034-29

Parecer Atuarial 38/17

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano **PrevMais**, administrado e executado pelo **ECONOMUS** – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio **ECONOMUS**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano **PrevMais** está estruturado na modalidade de **Contribuição Variável** (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano observam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) ou Contribuição Definida (CD), na fase de percepção, conforme opção a ser exercida pelo Participante, estando sujeitos a riscos atuariais aqueles que optam pela percepção do benefício na modalidade de Benefício Definido (renda vitalícia).

No que se refere aos benefícios de risco, todos estão estruturados sob a modalidade de Benefício Definido, conforme Regulamento do Plano, sendo assegurados os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral.

O Plano está registrado na **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **2006.0034-29**, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2016 contempla

o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada pela Portaria MPS/SPC nº 1.577, de 18 de setembro de 2007.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016 na Data Base de **31 de dezembro de 2016**, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de **31 de dezembro de 2016**, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano **PrevMais**, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório **GAMA 151 – RE 61/17**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano **PrevMais** posicionada em **31 de dezembro de 2016**.

Adicionalmente, o **ECONOMUS** informou sobre a execução do Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI da Patrocinadora como evento posterior a esta Avaliação Atuarial, sendo assim, recomenda-se a avaliação dos eventuais impactos em resultados e adequações de premissas, face a mutação da massa de participantes vinculados ao Plano. Ademais, em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **GAMA 151 - CT 343/16** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016 consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: GERAL

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios de risco assegurados pelo Plano **PrevMais** são os de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral. Todos esses benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo avaliados sob o Regime de Capitalização e pelo Método de Financiamento de Crédito Unitário Projetado, e registrados no **Fundo Previdencial para Cobertura de Benefícios de Riscos**, em conformidade com o Regulamento e Nota Técnica Atuarial do Plano.

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 151 – RE 61/17**, os benefícios avaliados atuarialmente na fase de acumulação (benefícios de risco) apresentaram aumento em suas alíquotas. No total dos benefícios de risco, o custo aumentou de **1,53%** na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31 de dezembro de 2015 (Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 151 – RE 29/16**), para **1,56%** na Avaliação posicionada em **31 de dezembro de 2016**, sendo as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário de Benefício. Esse aumento deveu-se ao reajuste médio dos salários, assim como no ano passado, foi utilizado o carregamento de segurança estatística no cálculo, objetivando, sem provocar qualquer alteração no Plano de Custeio, elevar o nível de segurança atuarial do **PrevMais**.

Quanto ao benefício programado de Aposentadoria, o custo calculado com base na contribuição média dos Participantes e Patrocinadoras foi de **12,31%** em 31 de dezembro de 2015, aumentando para **12,57%** na Avaliação do exercício de 2016. Essa variação deveu-se ao aumento das contribuições médias dos Participantes e, conseqüentemente, à contrapartida das Patrocinadoras. Embora este benefício esteja sujeito a risco atuarial, em razão da possibilidade de requerimento da Aposentadoria em forma de renda vitalícia, estruturada em Benefício Definido, não há custo atuarialmente calculado atribuído a este benefício.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC** fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do **Plano PrevMais**, foram avaliadas em **R\$309.695.071,66**, na data de **31 de dezembro de 2016**, sendo **R\$88.743.878,58** referentes aos benefícios programados estruturados na modalidade de Contribuição Definida, e **R\$220.951.193,08** referentes aos benefícios estruturados na modalidade de **Benefício Definido**, onde **R\$16.778.415,70** são referentes aos benefícios **programados** e **R\$204.172.777,38** referentes aos benefícios **não-programados**.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** foram avaliadas em **R\$1.037.426.370,12**, na data de **31 de dezembro de 2016**, com base nas informações individuais dos Participantes, referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados, na fase de captação, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Plano **PrevMais** não possui **Provisões Matemáticas a Constituir - PMAc**, na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em **31 de dezembro de 2016**, em **R\$1.347.121.441,78**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2015, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano **PrevMais** foi de **24,35%**, tendo sido registrado o montante de **R\$1.083.335.822,64** em 31 de dezembro de 2015. O crescimento deveu-se, majoritariamente, à elevação dos saldos de contas de Participantes, motivada pelo fato do ingresso de novas contribuições somado ao retorno dos investimentos ter superado o total de pagamentos de benefícios e institutos.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano **PrevMais**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas**,

Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do Plano **PrevMais**, foram aprovadas pelo **ECONOMUS**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 151 - RE 140/16** observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2016, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Os Fundos Previdenciais subdividem-se em Fundo de Reversão, por exigência regulamentar, cujo valor de **R\$11.152.235,45**, em **31 de dezembro de 2016**, foi informado pela Entidade, o qual é constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes que optaram pelo Instituto do Resgate e destina-se à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou a outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta do Regulamento do Plano; e, pelo Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco, previsto em Nota Técnica Atuarial, que montava, em **31 de dezembro de 2016**, **R\$111.469.786,31**, e teve como origem primária de recursos o Fundo de Oscilação de Risco, mantido pelo Plano até a capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 31 de dezembro de 2011, sendo este fundo dimensionado atuarialmente e destinado a custear os benefícios de risco do Plano.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$1.347.121.441,78**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em **31 de dezembro de 2016**, no montante de **R\$1.366.393.551,47**, verifica-se que o Plano **PrevMais** apresentou **Superávit** técnico-atuarial, de **R\$19.272.109,69**, em **31 de dezembro de 2016**.

O Plano passou de um superávit de R\$8.049.045,39 em 31 de dezembro de 2015 para um superávit de **R\$19.272.109,69** em **31 de dezembro de 2016**, representando um aumento de **R\$11.223.064,30**. Este aumento deveu-se, em especial, pela superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano e a elevação abaixo do esperado pelo Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco motivada pela alteração da premissa de crescimento real dos salários.

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam a Data da Avaliação foi de 15,09%, conforme informado pela Entidade, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 11,91%, o que resultou em um **ganho técnico atuarial no exercício de 2,84%**.

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava **R\$28.087.917,89**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$47.360.027,58 superavitário**. Cumpre esclarecer que para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superávit.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

O resultado superavitário do Plano apresenta características **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, de variações estatísticas em torno das premissas atuariais adotadas e da superação da meta atuarial.

A totalidade do superávit apurado em 31/12/2016, no montante de **R\$19.272.109,69**, foi alocada em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, e alterações posteriores, especialmente a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, visto que o mesmo representa 8,72% das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido do Plano e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2016 de 15,04 anos o limite da Reserva de Contingência é de 25,00%.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2016, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios do Plano, o Regime de Capitali-

zação conjugado com o Método de Capitalização Financeira para o benefício programado, estruturado em Contribuição Variável, e o método de Crédito Unitário Projetado para os benefícios de risco, estruturados em Benefício Definido. Portanto, os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) O Plano **PrevMais** foi implantado quando da realização do processo de saldamento do Plano do Regulamento Geral, também administrado pelo **ECONOMUS**, como opção de ingresso para aqueles que optaram pelo Saldamento de seus benefícios naquele Plano, encontrando-se, atualmente, aberto a novas adesões.
- 2) Para fins desta Avaliação Atuarial, foram considerados os valores de patrimônio, ativos de investimentos, exigível operacional e exigível contingencial do Plano informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2016.
- 3) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado.
- 4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela **curva do papel** e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Entidade apresentará Parecer específico **GAMA 151 – PA 74/17** acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas alterações posteriores.
- 5) Na Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016, não obstante ter sido possível uma redução no custeio dos benefícios de risco do Plano, tendo em vista a manutenção do custo normal desses benefícios em

nível inferior ao projetado pelo custeio vigente, **optou-se por manter o custeio ora praticado**, por meio da inserção de **carregamento de segurança estatística** para a apuração do custo dos **benefícios de risco, posto que estes são dimensionados por meio de Fundo Previdencial**.

6) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2016 para este Plano, sendo esta variável conforme o Salário de Benefício do Participante, de 0,15% a 0,94% sobre o Salário de Benefício; e de 0,90% sobre o valor da Complementação recebida e do Benefício Proporcional Diferido, para os Assistidos e Participantes em BPD, respectivamente.

7) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R\$146.405.950,24**, sendo **R\$122.622.021,76** referentes a **Fundos Previdenciais**; **R\$22.836.476,51** referentes à **Fundo Administrativo**; e **R\$947.451,97** referentes à **Fundo dos Investimentos**. Os valores dos Fundos Administrativos e dos Investimentos foram informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano posicionado em 31/12/2016.

8) No que diz respeito às **hipóteses atuariais**, procederam-se às seguintes alterações na Avaliação Atuarial de 2016, quando comparadas com aquelas adotadas em 2015: i) **Fator de Capacidade** de 0,9778 para **0,9804** e ii) **Crescimento Real de Salários** de 1,36% ao ano para **1,12% ao ano**.

3 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em **1º de abril de 2017**, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação pela Entidade e Patrocinadoras, antes de sua entrada em vigor:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2017				
Participantes				
Contribuição Normal				
	Para o custeio dos benefícios programados	Variável de 2% a 8% sobre o salário de benefício, conforme opção do Participante.		
		Limite Inferior SB* em R\$	Limite Superior SB* em R\$	% SB*
Participantes	Para o custeio dos benefícios de risco	0	2.500	0,06%
		2.500,01	3.000	0,20%
		3.000,01	3.500	0,34%
		3.500,01	4.000	0,46%
		4.000,01	5.000	0,55%
		5.000,01	6.000	0,65%
		6.000,01	7.000	0,73%
		7.000,01	8.000	0,77%
		8.000,01	10.000	0,83%
		10.000,01	12.000	0,88%
		12.000,01	6 PPE **	0,93%
		Participantes autopatrocinados		Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
Participantes BPD		0,00%		
Patrocinadoras				
Contribuição Normal				
Paritárias às Contribuições Normais dos Participantes.				
Assistidos				
Contribuição Normal				
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Contribuição Normal de Assistido no Plano.				

PLANO DE CUSTEIO PARA 2017		
Plano de Custeio Administrativo		
	FAIXA SALARIAL (SB*)	TAXA APLICADA
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação aos Participantes	Até 2.500,00	0,15%
	De 2.500,01 a 3.000,00	0,30%
	De 3.000,01 a 3.500,00	0,45%
	De 3.500,01 a 4.000,00	0,55%
	De 4.000,01 a 5.000,00	0,65%
	De 5.000,01 a 6.000,00	0,80%
	De 6.000,01 a 7.000,00	0,85%
	De 7.000,01 a 10.000,00	0,90%
	De 10.000,01 a 6 PPE**	0,94%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação ao Participante Autopatrocinado		Idêntica à dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD		0,90%
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Aposentado		0,90%
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Pensionista		0,90%
f) Taxa de Carregamento, paga pelas Patrocinadoras		Paritárias às Contribuições dos Participantes para este fim
g) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano		0,15%

* Salário de Benefício.

** Padrão Previdenciário ECONOMUS, correspondente a R\$3.999,80 na Data da Avaliação.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do **Plano PrevMais**, em **31 de dezembro de 2016**, é **superavitária** em **R\$19.272.109,69**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, **sendo integralmente alocado em Reserva de Contingência**. Após o **Ajuste de Precificação de R\$28.087.917,89** resulta em um **Superávit Técnico Ajustado de R\$47.360.027,58**.

Sendo assim, a situação econômico-atuarial do Plano é Superavitária, não havendo, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de distribuição de Superávit, tendo em vista a não ocorrência de Reserva Especial durante três exercícios consecutivos.

Este é o Parecer.

Brasília, 23 de fevereiro de 2017.

FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA

Atuário MIBA 2.017 MTPS/RJ
SUPERVISOR ATUARIAL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores do

Economus - Instituto de Seguridade Social

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Economus - Instituto de Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo Economus - Instituto de Seguridade Social, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Economus - Instituto de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com

tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefícios". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12.1.C às demonstrações contábeis, durante o exercício a Entidade deu continuidade aos estudos técnicos atuariais visando à alteração dos regimes financeiros dos benefícios de risco do Plano do Regulamento Geral, calculados pelo regime de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, para o regime de capitalização. Em decorrência desse assunto, em 31 de dezembro de 2016 essa alteração gerou um impacto projetado de R\$ 919.964 mil nas reservas técnicas do plano, considerando a regulamentação previdenciária vigente. Para a cobertura de parte deste impacto financeiro, em 24 de novembro de 2016, o Conselho Deliberativo aprovou a criação de um Fundo Previdencial pelo prazo de 240 meses, por meio de contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes e assistidos, ao qual a constituição depende da homologação dos órgãos competentes. As reservas técnicas do plano só serão impactadas no momento em que ocorrer a deliberação e a respectiva implementação da alteração do regime financeiro de capitalização. O impacto acima apresentado não considera eventuais alterações na regulamentação previdenciária vigente. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros Assuntos

Examinamos, também, informações suplementares sobre o Plano de Assistência e Saúde, compreendendo o balanço patrimonial, e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa, da mutação do

patrimônio líquido, assim como as correspondentes principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas informações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, e em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2016

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Economus Instituto de Seguridade Social, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do Artigo 45 de seu Estatuto Social, examinou as Demonstrações Contábeis de 2016 (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios) e respectivas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas e as Informações Contábeis da Gestão Assistencial (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Resultados Abrangentes, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social) e respectivas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos do Economus e, considerando ainda o parecer dos Auditores Independentes e o parecer Atuarial da Consultoria Externa contratada, o Conselho Fiscal recomenda ao Conselho Deliberativo à aprovação das referidas Demonstrações Contábeis.

CONSELHO FISCAL

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

QUANTO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO 2016

Em reunião de 04 de abril de 2017, o Conselho Deliberativo do Economus Instituto de Seguridade Social, no uso das competências de que trata o inciso XIII do Artigo 21 do Estatuto Social da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer da KPMG - Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pela Gama Consultores Associados, no Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 2016, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

CONSELHO DELIBERATIVO